UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

MARCELO MASSON MAROLDI

UM ESTUDO SOBRE O RACIONALISMO INFERENCIALISTA

São Paulo
2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

MARCELO MASSON MAROLDI

UM ESTUDO SOBRE O RACIONALISMO INFERENCIALISTA

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Filosofia sob a orientação do Prof. Dr. João Vergílio Gallerani Cuter.

São Paulo
2013

Philosophy does not often produce stable, reliable "results" the way science does at its best. It can, however, produce new ways of looking at things, ways of thinking about things, ways of framing the questions, ways of seeing what is important and why. (Daniel Dennett)

History of philosophy is the lingua franca which makes communication between philosophers, at least of different points of view, possible. Philosophy without the history of philosophy, if not empty or blind, is at least dumb. (Wilfrid Sellars)

AGRADECIMENTOS

Ao professor Robert Brandom, pela inestimável ajuda e paciência.

Ao professor Dr. João Vergílio Gallerani Cuter e aos professores Dr. Marcelo Carvalho e Dr. Caetano Ernesto Plastino, pelas sugestões e questionamentos que permitiram melhorar este trabalho.

À FAPESP, pelo suporte financeiro que permitiu esta pesquisa.

RESUMO

MAROLDI, M. M. Um estudo sobre o racionalismo inferencialista. 2013. 157f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

UM ESTUDO SOBRE O RACIONALISMO INFERENCIALISTA.

Robert Brandom desenvolve um racionalismo que compreende os seres racionais como usuários de conceitos e sensíveis à "força" das razões. Essa ideia é explorada a partir de uma noção central da obra de Wilfrid Sellars, o "espaço lógico das razões". Este espaço é uma estrutura conceitual, linguística e normativa através da qual os seres racionais podem aplicar conceitos, dar razões e justificá-las. Contudo, sua principal característica é a articulação inferencial, isto é, aplicar conceitos, dar razões e justificá-las são atividades que só podem ser realizadas num contexto inferencial. Esta pesquisa visa discutir e analisar esta concepção de racionalidade evidenciando a centralidade do conceito de "inferência".

PALAVRAS-CHAVE: Brandom, Sellars, inferencialismo, racionalismo, linguagem, semântica, pragmática.

ABSTRACT

MAROLDI, M. M. A research on the inferentialist rationalism. 2013. 157f. Thesis (Master Degree) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

A RESEARCH ON THE INFERENTIALIST RATIONALISM

Robert Brandom develops a rationalism that considers rational beings as concept users and sensitive to the "force" of reasons. This idea is explored from a central notion of Wilfrid Sellars's philosophical work, the "logical space of reasons". This space is a conceptual, linguistic and normative structure by which rational beings can apply concepts, giving reasons and justifying them. However, the main feature of logical space is the inferential articulation, i.e., applying concepts, give reasons and justify them are activities that can be performed only in inferential context. This research aims to discuss and analyze this conception of rationality emphasizing the centrality of the concept of "inference".

KEY WORDS: Brandom, Sellars, inferentialism, rationalism, language, semantic, pragmatic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – A PRAGMÁTICA NORMATIVA	15
1.1. CLASSIFICAÇÃO CONCEITUAL E JUSTIFICAÇÃO	15
1.2. NORMATIVIDADE E PRÁTICA	17
1.2.1. WITTGENSTEIN SOBRE REGULISMO E REGULARISMO	18
1.3. ATITUDES NORMATIVAS, STATUS NORMATIVOS E SANÇÕES	25
1.3.1. A AMEAÇA REDUCIONISTA E O RISCO DA CIRCULARIDADE	30
CONCLUSÃO.....	36
CAPÍTULO 2 – A SEMÂNTICA INFERENCIALISTA	38
2.1. REPRESENTAÇÃO OU INFERÊNCIA?	38
2.2. INFERENCIALISMO CONTEMPORÂNEO	40
2.2.1 SELLARS.....	41
2.2.2. DUMMETT.....	46
CONCLUSÃO.....	51
CAPÍTULO 3 – A PRÁTICA LINGÜÍSTICA E DISCURSIVA	53
3.1. A PRÁTICA ASSERTIVA E INFERENCIAL	53
3.1.1. A DIMENSÃO SOCIAL DA PRÁTICA ASSERTIVA E INFERENCIAL ..	58
3.2. STATUS E ATITUDES NORMATIVAS	60
3.3. SCOREKEEPING	62
3.3.1. UM EXEMPLO.....	67
3.4. A DIMENSÃO PRAGMÁTICA E NORMATIVA	70
3.5. INFERÊNCIA, ASSERTÇÃO E RAZÃO.....	73
3.6. PERCEPÇÃO E AÇÃO.....	76
CONCLUSÃO.....	78
CAPÍTULO 4 – A SEMÂNTICA DE TERMOS SUBSENTENCIAIS.....	81
4.1. SUBSTITUIÇÃO	82
4.2. ANÁFORA	86
4.3. UMA NOTA SOBRE TERMOS SINGULARES E OBJETOS	89
4.4. INFERÊNCIA, SUBSTITUIÇÃO E ANÁFORA	91
CONCLUSÃO.....	93
CAPÍTULO 5 – REPRESENTAÇÃO, OBJETIVIDADE E COMUNICAÇÃO.....	95
5.1. A INFERENCIALISMO EXPRESSIVO	95
5.2. ATRIBUIÇÕES DE RE E DE DICTO	96
5.3. NAVEGAR ENTRE PERSPECTIVAS E SUBSTITUIÇÃO.....	100
5.4. OBJETIVIDADE	106
5.5. A DIMENSÃO INTERSUBJETIVA: COMUNICAÇÃO.....	109
CONCLUSÃO.....	113

CAPITULO 6 – NORMATIVIDADE, EXPRESSIVISMO E RACIONALIDADE....	115
6.1. NORMATIVIDADE.....	115
6.1.1. INTERPRETAÇÃO SIMPLES E INTERPRETAÇÃO ORIGINAL.....	118
6.1.2. COLAPSO DOS NÍVEIS	121
6.1.3. EXTERNALISMO SEMÂNTICO.....	124
6.1.4. REDUCIONISMO, CIRCULARIDADE E OUTRAS CRÍTICAS	126
6.1.5. ONDE ESTÃO AS NORMAS?	131
6.2. EXPRESSIVISMO.....	132
6.2.1. VOCABULÁRIO REPRESENTACIONAL, SEMÂNTICO, NORMATIVO E INTENCIONAL.....	136
6.3. SERES SENCIENTES, SAPIENTES E LÓGICOS	139
CONCLUSÃO.....	146
CONCLUSÃO.....	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155

LISTA DE ABREVIACÕES

TRABALHOS DE ROBERT BRANDOM:

- A (ASSERTING)
- AR (ARTICULATING REASONS)
- BSD (BETWEEN SAYING AND DOING: TOWARDS AN ANALYTIC PRAGMATISM)
- FNNF (FACTS, NORMS, AND NORMATIVE FACTS: REPLY TO HABERMAS' 'FROM KANT TO HEGEL: ON ROBERT BRANDOM'S PRAGMATIC PHILOSOPHY OF LANGUAGE'.
- ISC (INFERENTIALISM AND SOME OF ITS CHALLENGES)
- KLMMR (KANTIAN LESSONS ABOUT MIND, MEANING, AND RATIONALITY)
- MIE (MAKING IT EXPLICIT)
- PIM (PRAGMATISM, INFERENTIALISM, AND MODALITY IN SELLARS'S ARGUMENTS AGAINST EMPIRICISM)
- RP (REASON IN PHILOSOPHY)
- TSAI (THE SOCIAL ANATOMY OF INFERENCE)
- TOMD (THE TALES OF THE MIGHTY DEAD)

INTRODUÇÃO

Robert Brandom afirma pertencer à tradição do "racionalismo filosófico" (*MIE*, *AR*, *RP*), que considera os seres humanos como seres usuários de conceitos, capazes de oferecer razões para justificar suas condutas e declarações, e a filosofia como a disciplina responsável por investigar a razão e seu uso. Este racionalismo é essencialmente normativo: ser racional é sujeitar-se a uma avaliação do conteúdo conceitual em termos do que é "correto", "permitido" ou "apropriado". Isto é, um ser racional está sujeito à "força" normativa da razão, tem seus comportamentos e pensamentos medidos segundo permissões e obrigações numa estrutura de normas. Este racionalismo conceitual é um tipo de funcionalismo, ou seja, a tentativa de explicar o conteúdo conceitual (e as razões) a partir do papel que eles desempenham no raciocínio. Brandom adota ainda um inferencialismo semântico, propondo que um conteúdo conceitual serve como uma razão se ele for inferencialmente articulado, isto é, se desempenhar um papel de premissa ou conclusão em uma inferência. Portanto, trata-se de entender o conteúdo conceitual em termos do papel no raciocínio e este em termos de inferências. Temos, assim, um racionalismo com um requisito de aplicação de conceitos, a dimensão normativa e a exigência de articulação inferencial. Porém, Brandom dá um novo passo ao propor que estas ideias sejam vinculadas às atitudes práticas dos agentes sociais. Pensamentos e ações têm um entendimento inseparável daquilo que os seres racionais fazem. O resultado é um modelo de práticas sociais que conferem conteúdo conceitual, normativo e inferencialmente articulado a seus usuários.

Essa teoria poderia ser denominada de "racionalismo inferencialista", convergindo um "funcionalismo conceitual", uma "semântica inferencial" e uma "pragmática normativa". O primeiro aspecto investiga o uso de conceitos e sua justificação a partir de suas funções para o sujeito. O segundo é uma filosofia da linguagem derivada do significado como uso, numa perspectiva inferencial. O terceiro é uma explicação das práticas que conferem conteúdo conceitual a estados, ações e expressões linguísticas dos seres racionais. É possível se comprometer com cada uma destas orientações separadamente, mas o tipo de proposta oferecida por Brandom só é possível conjugando todos estes aspectos simultaneamente, como pretendemos mostrar.

Para construir sua teoria, Brandom encontra motivação histórico-filosófica em lições herdadas de autores como Spinoza e Leibniz, mas especialmente de Kant e Hegel, que teriam avançado em direção a um racionalismo desprendido do dualismo cartesiano, sem exagerar numa atitude intelectualista, inatista ou naturalista – teses que Brandom espera manter. Contemporaneamente, suas ideias nascem de interpretações de Frege, Wittgenstein, Sellars, Dummett, Dennett e Davidson, dos quais o mais importante é Sellars.

Sellars dizia que sua obra poderia ser vista como uma tentativa de levar a filosofia analítica do estágio humeano para o estágio kantiano, e sugeriu que o passo seguinte seria conduzi-la de Kant a Hegel. Este passo, porém, considerou prematuro ele próprio efetuar-lo. Brandom toma para si esse projeto e pede que *Making It Explicit* seja tomado como um prolegômeno a *Fenomenologia do Espírito*¹, de Hegel.

Segundo Brandom, seu projeto deve ser entendido como decorrência de um "novo entendimento" das ideias de Kant e de Hegel. Kant teria revolucionado a explicação do que chamamos atualmente de "mente". Sua principal inovação foi adotar e insistir numa concepção normativa da atividade conceitual. O que separa as criaturas racionais das naturais não é uma distinção ontológica, mas deontológica: seres racionais seguem regras. Essa ideia teria surgido a partir da rejeição à teoria clássica do juízo. Para Kant, conceitos são regras que especificam como outros conceitos devem ser usados nos juízos, isto é, conceitos só são entendidos analisando o papel que eles desempenham em juízos. Assim, a utilização de um conceito mostra o comprometimento com uma regra e uso, um compromisso normativo com a aplicação conceitual que os sujeitos reconhecem para a si e para os demais membros de sua comunidade – o entendimento, portanto, é a faculdade de analisar o uso dos conceitos (regras). Assim, comprometer-se com o conteúdo judicativo é sujeitar-se livremente à aplicação conceitual e ser avaliado normativamente por isso. Ser racional é se deixar guiar por regras, movendo-se num espaço de compromissos que se decide seguir por um

¹ O mesmo faz John McDowell no prefácio de *Mind and World*. Como Hegel não tem sido uma figura presente na filosofia analítica, ele e Brandom são comumente citados como os autores que estão provendo uma "virada hegeliana" nesta tradição. Para um panorama geral sobre a relação de Brandom e McDowell com Hegel, confira *Analytic Philosophy and the Return of Hegelian Thought* (Redding, Paul. Cambridge: Cambridge University Press, 2007) e *The Analytic Neo-Hegelianism of John McDowell & Robert Brandom* (Redding, Paul. In: Houlgate, Stephen e Baur, Michael (eds.). *The Blackwell Companion to Hegel*. New York: Blackwell, 2009).

reconhecimento de sua autoridade, contrariamente a um modelo de obediência cega ou de regularidade prática.

A esse racionalismo conceitual e normativo, Brandom acrescenta uma análise inferencialista de Kant. A síntese da apercepção, na sua interpretação, é uma atividade na qual se reconhecem e integram os comprometimentos conceituais assumidos pelo indivíduo (incompatibilidades, consequências etc.). A síntese de compromissos é uma síntese inferencial e o que é produzido é uma unidade sujeita a demanda normativa. Finalmente, ao afirmar que a atividade cognitiva é centrada na faculdade espontânea do entendimento, Kant estaria propondo que as sínteses são algo que os sujeitos fazem – isto é, Kant estaria combinando uma semântica com uma pragmática (cf. *KLMMR*).

"What one must *do* in order to be taking responsibility for or committing oneself to judgment content [...] in the sense that matters for apperceptive [...] awareness is *synthesize* an original unity of apperception, by *integrating* the content in question into the whole that comprises all of one's commitments, in the light of the relations of material inferential consequence and incompatibility they stand in to one another. This is the synthesis of a rational self or subject: what is responsible *for* the commitments. It has a *rational* unity in that the commitments it comprises are treated as *reasons* for and against other commitments, as normative *obliging* one to acknowledge some further commitments and *prohibiting* acknowledge of other. This is Kant's normative inferential conception of awareness or experience." (*RP*, p. 14).

Brandom considera que uma maneira de retomar as ideias kantianas foi o que fez Hegel, porém, introduzindo o conceito de "reconhecimento" (*Anerkennung*). Para Brandom, o que Hegel chama, na *Fenomenologia do Espírito*, de "reconhecimento" é a atitude de atribuir um compromisso conceitual a alguém, e essa atitude é necessária para que algo funcione como uma norma. A atitude de um agente, junto à do outro, institui a norma, como um compromisso articulado socialmente. Seres racionais seguem regras, ensinou Kant, mas só Hegel percebeu que estas regras são frutos de uma estrutura de interação social.

"Hegel's principal innovation is his idea that in order to follow through on Kant's fundamental insight into the essentially *normative* character of mind, meaning, and rationality, we need to recognize that normative statuses such as authority and responsibility are at base social statuses. He broadens Kant's account of synthesizing normative individual selves or subjects (unities of apperception) by the activity of *rational integration*, into an account of the simultaneous synthesizing of apperceiving individual selves (subjects of normative statuses) and their communities, by practical of *reciprocal recognition*." (*RP*, p. 66).

Hegel também teria adotado um tratamento inferencial do conteúdo:

"Hegel's two central semantic concepts in the *Phenomenology* are both inferential notions. 'Mediation', his term for inferential articulation, is derived from the role of the middle term in syllogistic inference. 'Determinate negation' is his term for material incompatibility, from which, he takes it, the notion of formal negation is abstracted. The contents of concepts are identified and individuated by the functional role they play in historically evolving webs constituted by relations of mediation and determinate negation, that is, by their material inferential and incompatibility relations to each other." (*MIE*, p. 92).

Por fim, Hegel não teria insistido apenas no "funcionalismo social" e na articulação inferencial do conteúdo, mas estaria dando um passo pragmático ao entender a instituição do conteúdo conceitual a partir de seu papel social. A norma não pode ser separada da atitude prática diante da norma, daquilo que se faz em relação a ela.

Ora, Brandom enxerga em Kant e Hegel os mesmos compromissos filosóficos (normatividade, inferencialismo e pragmatismo), resolvidos de modo distinto pelos dois. Kant introduziu a normatividade como o uso de um conceito num juízo e uma integração (inferencial) final; Hegel propôs que a autoridade da atividade normativa institui-se pelas atitudes (práticas) de reconhecimento social mútuo. Combinando-os, Brandom espera conceber um modelo de práticas racionais normativas, instituídas pragmaticamente, com uma explicação do conteúdo semântico a partir do papel funcional desempenhado por ele em relações inferenciais. Para isso, ele recorre a Frege, Wittgenstein e Sellars, especialmente, mas também a Dennett, Dummett, David Lewis, entre outros. O grande mérito de Brandom é fundir perspectivas teóricas diversas sobre linguagem, mente e comportamento em uma explicação coerente e que cobre variados aspectos da atividade cognitiva racional. Ela é construída sobre um modelo social prático inferencial e uma explicação da produção e consumo de razões, como asserções. Essa dissertação trata deste modelo e desenvolve-se da maneira seguinte.

No Capítulo 1 são apresentadas as motivações teóricas, sobretudo relacionadas a Kant e Wittgenstein, que Brandom utiliza para sustentar o aspecto pragmático e normativo de sua proposta. A "pragmática normativa" é a defesa de que as normas conceituais a que se submetem os seres racionais são instituídas por suas próprias atitudes práticas. O Capítulo 2 recupera algumas noções de Frege, Sellars e Dummett para o desenvolvimento de uma "semântica inferencialista". O objetivo do capítulo é oferecer subsídios para aceitação de duas teses: que o conteúdo conceitual deve ser

entendido em termos do papel inferencial que ele desempenha no raciocínio e que o raciocínio inferencial não é tão somente uma capacidade lógica, mas incorpora inferências extralógicas. O Capítulo 3 discute a proposta de Brandom, apresentando um modelo de prática linguística (assertiva) que combina a "pragmática normativa", a "semântica inferencialista" e o conceito de "jogo de dar e pedir por razões", de Sellars. Este modelo é chamado de *scorekeeping*. O Capítulo 4 apresenta a discussão técnica complementar ao Capítulo 2, mostrando como entender os termos subsentenciais segundo o inferencialismo semântico. O capítulo 5 se volta às questões referentes à dimensão representacional e a objetividade dos conceitos e das normas, e oferece uma explicação sobre como a comunicação é possível num contexto inferencialista. O Capítulo 6 retoma a discussão sobre normatividade e analisa o "expressivismo lógico". Ele se encerra com uma análise final da racionalidade.

CAPÍTULO 1 – A PRAGMÁTICA NORMATIVA

Este capítulo introduz a discussão sobre a prática social em três níveis: como normas explícitas (razões), como normas implícitas (atitudes e *status* normativos) e como regularidades (sanções). O primeiro aspecto é inspirado em Sellars e será o fio condutor de todo o trabalho, enquanto que a implicitude das normas depende especialmente da interpretação que Brandom faz de Wittgenstein. A importância das sanções, e sua explicação em relação ao segundo aspecto, irá se mostrar como um dos mais significativos e discutidos tópicos da filosofia de Brandom. Ao final, analisamos a "pragmática normativa" resultante e seus desafios.

1.1. CLASSIFICAÇÃO CONCEITUAL E JUSTIFICAÇÃO

Brandom inicia *Making It Explicit* convidando o leitor a refletir sobre o que significa dizer "nós". Pragmatista, ele sugere que a resposta não deve se basear em nossa constituição física ou origem biológica, mas naquilo que "nós" somos capazes de *fazer*. Ora, quais habilidades práticas "nós" possuímos que permitem nos definir como uma comunidade específica, diferente dos papagaios e dos robôs, por exemplo? A resposta surge da constatação de certas capacidades cognitivas que permitem que as ações e os pensamentos dos seres racionais tenham, para eles, um significado, sirvam como razões que eles reconhecem e as quais se submetem.

Embora o racionalismo tenha um extenso desenvolvimento histórico, Brandom liga-se principalmente a Kant, Hegel e Sellars. O último, na metade do século XX, desenvolveu a noção de "espaço lógico das razões" (SELLARS, 1963, *Empiricism and the Philosophy of Mind*), uma estrutura conceitual e de justificação, normativa e inferencialmente articulada, que sustenta as práticas racionais. Através do espaço lógico,

seres racionais podem "dar e pedir por razões", justificando e exigindo justificativas para aquilo que é feito ou falado. Portanto, dar razões não é uma habilidade inata, mas conquistada junto à comunidade durante o aprendizado da linguagem pública – envolve, assim, uma dimensão intersubjetiva, capturada pelos jogos de linguagem. Ao mesmo tempo, a "força" de uma razão é um *deveria*: ser racional é agir e pensar reconhecendo o espaço de normas vigentes na comunidade em que se vive. Contudo, a principal característica do espaço racional é sua articulação inferencial, que confere ao quadro conceitual uma estrutura em termos de consequências e incompatibilidades. Isto é, aplicar conceitos e seguir normas é mover-se em um espaço de relações inferenciais.

A caracterização feita por Sellars do espaço das razões tem como principal objetivo expor uma estrutura epistemológica e semântica, como veremos, sobre a qual se sustenta a racionalidade. Ela visa diferenciar duas capacidades cognitivas. A primeira é a capacidade de reagir aos estímulos externos classificando-os, como um papagaio treinado a dizer "Isto é vermelho" na presença de objetos vermelhos ou um termostato que emite o som "Está 30°C" quando tal temperatura é atingida. A segunda capacidade, porém, é um estado cognitivo associado à justificação das classificações conceituais. O que a torna uma capacidade sofisticada é considerá-la como um comportamento de resposta aos estímulos associado à aplicação de conceitos e a justificando desta aplicação, não apenas a emissão de sons.

Ora, a capacidade de responder a um estímulo é uma condição necessária para a racionalidade, mas não é uma condição suficiente. Um ser racional responde a um estímulo classificando-o sob um conceito, posicionando sua resposta numa rede conceitual. Ou seja, sua resposta vai além da capacidade respondente ao ocupar uma posição na estrutura da razão. O papagaio e o termostato fazem uma classificação correta do estímulo, mas não fazem uma classificação conceitual; ela não cumpre qualquer papel no raciocínio. O que se deseja tornar claro é a necessidade da articulação conceitual da resposta, a habilidade de reconhecer que ela assume uma posição num "jogo" conceitual. Seres racionais aplicam conceitos reconhecendo suas relações com outros conceitos, como permissões e incompatibilidades. O papagaio e o termostato não aplicam o conceito de "vermelho" se não são capazes de dominar as regras que determinam as relações deste conceito com todos os demais – afirmar "Isto é vermelho" na presença de objetos vermelhos, mas também "Isto é não azul", como uma consequência *justificável* derivada da relação conceitual entre "vermelho" e "azul". Esse

é um tipo de entendimento ausente no papagaio e no termostato: eles não têm a capacidade de tratar suas ações e os sons que emitem reconhecendo neles relações conceituais que servem como razões para agir e falar. Então, Sellars está propondo que a conduta racional depende da identificação dos papéis desempenhados pelos conceitos no raciocínio (ou seja, ele desenvolve uma teoria funcional dos conceitos). Estas ideias são o ponto de partida de Brandom, que denomina as duas capacidades cognitivas mencionadas de senciência (*sentience*) e sapiência (*sapience*).

1.2. NORMATIVIDADE E PRÁTICA

Uma característica muito ressaltada por Sellars é que o jogo de dar e pedir por razões é normativo. Naturalmente, ele procurou elaborar o entendimento conceitual em termos do que seja "seguir uma regra", tema amplamente desenvolvido ao longo de sua obra². Apesar da importância de Sellars, Brandom considera que o filósofo mais influente do século XX que tratou os conteúdos conceituais ressaltando sua dimensão normativa foi Wittgenstein. Brandom acredita que as *Investigações Filosóficas* consideram e desmontam duas explicações possíveis sobre as normas que governam os conteúdos conceituais: regulismo (*regulism*) e regularismo (*regularism*).

² "To say that man is a rational animal, is to say that man is a creature not of habits, but of rules. When God created Adam, he whispered in his ear, 'In all contexts of action you will recognize rules, if only the rule to grope for rules to recognize. When you cease to recognize rules, you will walk on four feet'" (SELLARS, 1980, p. 138).

1.2.1. WITTGENSTEIN SOBRE REGULISMO E REGULARISMO

O regulismo defende que seguir uma regra é ser governado por algum tipo de formulação explícita da regra, que alguém consulta ao agir; a ação pode ser comparada com a formulação da regra para saber se ela foi executada corretamente. Assim, a conduta é considerada correta sempre em referência a uma regra que determina explicitamente o que é correto. O problema com o regulismo é que ele gera um regresso ao infinito. Sellars o formula assim, no caso específico de regras linguísticas:

"*Thesis.* Learning to use a language (L) is learning to obey the rules of L.
But, a rule which enjoins the doing of an action (A) is a sentence in a language which contains an expression for A.
Hence, a rule which enjoins the using of a linguistic expression (E) is a sentence in a language which contains an expression for E, – in other words a sentence in a *metalanguage*.
Consequently, learning to obey the rules for L presupposes the ability to use the metalanguage (ML) in which the rules for L are formulated.
So that learning to use a language (L) presupposes having learned to use a language (ML). And by the same token, having learned to use ML presupposes having learned to use a *meta-metalanguage* (MML) and so on.
But this is impossible (a vicious regress).
Therefore, the thesis is absurd and must be rejected."
(SELLARS, 2007, *Some Reflections on Language Games*, pp. 28-9).

Brandom entende que o §201 das *Investigações Filosóficas* considera e rejeita o modelo regulista de normatividade ao mostrar que ele, de fato, gera um regresso ao infinito. O regresso seria introduzido um pouco antes, no §198.

"'But how can a rule shew me what I have to do at this point? Whatever I do is, on some interpretation, in accord with the rule.' – That is not what we ought to say, but rather: any interpretation still hangs in the air along with what it interprets, and cannot give it any support. Interpretations by themselves do not determine meaning." (WITTGENSTEIN, 1983, §198).

Neste parágrafo, após fazer inúmeras considerações relacionadas à prática de seguir uma regra e rejeitar explicações mentalistas, metafísicas e causais, Wittgenstein afasta a

tentação de considerar que alguém necessita de uma *interpretação* da regra para poder segui-la corretamente. Então, logo adiante, ele comenta:

"This was our paradox: no course of action could be determined by a rule, because every course of action can be made out to accord with the rule. The answer was: if everything can be made out to accord with the rule, then it can also be made out to conflict with it. And so there would be neither accord nor conflict here.

It can be seen that there is a misunderstanding here from the mere fact that in the course of our argument we give one interpretation after another; as if each one contented us at least for a moment, until we thought of yet another standing behind it. What this shews is that there is a way of grasping a rule which is not an interpretation, but which is exhibited in what we call 'obeying the rule' and 'going against it' in actual cases.

Hence there is an inclination to say: every action according to the rule is an interpretation. But we ought to restrict the term 'interpretation' to the substitution of one expression of the rule for another." (WITTGENSTEIN, 1983, §201).

Assim, podemos formular o regresso da seguinte maneira. Wittgenstein afirma que uma interpretação não determina a aplicação da regra, pois aplicada incorretamente qualquer interpretação falha. Sempre são possíveis muitas interpretações de uma regra e, portanto, para ser devidamente aplicada, uma interpretação também exige uma interpretação. Contudo, como Wittgenstein considera que uma interpretação é a substituição de uma expressão da regra por outra (§201), podemos formular o regresso nos seguintes termos. A expressão da regra, sozinha, não determina a ação, pois ela precisa ser aplicada (a expressão da regra determina a ação correta apenas se ela é aplicada corretamente). Aplicar a expressão da regra a uma situação particular é algo que pode ser feito correta ou incorretamente. Assim, a própria aplicação da expressão da regra precisa de uma regra, o que gera o regresso. Portanto, nenhuma aplicação de uma regra explícita pode ser explicada sem a necessidade de outra regra, o que gera um regresso insustentável.

Meredith Williams, Kripke, Glock, Tim Thornton, entre muitos outros autores, reconhecem que as *Investigações* indicam o problema do regresso. Contudo, é a conclusão que Brandom extrai dele, e que atribui a Wittgenstein, que é importante. Segundo Brandom, visando atacar o regulismo, o argumento do regresso ensina que é preciso que as normas sejam construídas em termos da prática. Deve haver um entendimento da regra que supõe um nível anterior ao da formulação explícita: a

normatividade não está explícita em regras, mas *implícita* na prática. Isto é, Wittgenstein teria mostrado que é inútil tentar entender as normas considerando sua forma explícita, uma vez que o normativo está escondido nas práticas dos seres que as seguem, ele está implícito no que eles fazem.

"In the best-known portion of his discussion of rule-following in the *Philosophical Investigations*, Wittgenstein argues that proprieties of performance that are governed by explicit rules do not form an autonomous stratum of normative statuses, one that could exist though no other did. Rather, proprieties governed by explicit rules rest on proprieties governed by practice. Norms that are *explicit* in the form of rules presuppose norms *implicit* in practices." (MIE, p. 20).

"The conclusion of the regress argument is that there is a need for a *pragmatist* conception of norms – a notion of primitive correctness of performance *implicit* in *practice* that precedes and are presupposed by their *explicit* formulation in *rules* and *principles*." (MIE, p. 21)

Então, devemos compreender a prática de seguir uma regra sem apelar para interpretações ou formulações explícitas daquilo que é considerado "correto" ou "apropriado", pois o regresso mostra que as normas estão implícitas no que é feito, embora a noção de "implicitude" não tenha sido explicada. Ora, não haveria uma solução que evite o regresso e ao mesmo tempo reconheça essa noção de "norma implícita na prática"? Para Brandom, Wittgenstein considera e rejeita uma alternativa: o regularismo. Este propõe considerarmos a presença de uma regra a partir da observação da regularidade comportamental. Uma prática é correta simplesmente se está conforme a regra. Sellars ilustra a concepção desse modo:

"Now, at first sight there is a simple and straightforward way of preserving the essential claim of the thesis [regulista] while freeing it from, the refutation. It consists in substituting the phrase 'learning to *conform* to the rules ...' for 'learning to obey the rules ...' where 'conforming to a rule enjoining the doing of A in circumstances C' is to be equated simply with 'doing A when the circumstances are C' – regardless of how one comes to do it. (It is granted that 'conforming to' is often used in the sense of 'obeying' so that this distinction involves an element of stipulation.) A person who has the habit of doing A in C would then be conforming to the above rule even though the idea that he was to do A in C had never occurred to him, and even though he had no language for referring to either A or C." (SELLARS, 2007, *Some Reflections on Language Games*, p. 29).

Ou seja, o regularista propõe que uma prática é correta, no sentido de seguir uma regra, simplesmente se está ajustada ou corresponde à regra. Então, a regra é uma maneira de descrever uma regularidade, mas não há, na verdade, uma expressão da regra que

alguém precisa conhecer para segui-la. Assim, o regularista entende a regra como implícita ao considerá-la como a descrição de uma disposição para desempenhar um comportamento regular, que um alguém poderia chamar de um comportamento regrado.

"The simple regularity approach is committed to identifying the distinction between *correct* and *incorrect* performance with that between *regular* and *irregular* performance. A norm implicit in practice is just a pattern exhibited by behavior. To violate that norm to make a mistake or act incorrectly according to that norm is to break the pattern, to act irregularly. The progress promised by such a regularity account of proprieties of practice lies in the possibility of specifying the pattern or regularity in purely descriptive terms and then allowing the relation between regular and irregular performances to stand in for the normative distinction between what is correct and what is not." (*MIE*, pp. 27-8).

O problema imediato com esta proposta é que ela trata a ação a partir de uma explicação causal, ela transforma em *must* causal o que deve ser visto como *must* normativo. O regularista defende que quando alguém tem um comportamento segundo a regra, ele está seguindo a regra. Assim, o sujeito que segue a regra está em um estado qualquer que produz o comportamento adequado à regra. Este estado está causalmente ligado à sua aplicação, como um mecanismo que determina o movimento da máquina, criticado nas *Investigações Filosóficas* §193-4. Como resultado, perde-se o sentido de "normatividade" da relação entre o conteúdo conceitual e a prática, afinal, "Ninguém nunca age incorretamente no sentido de violar as suas próprias disposições" (*MIE*, p. 29³). Considerando isso, não há realmente algo que os praticantes precisam entender para seguir regras.

Brandom insiste que Wittgenstein apresenta um argumento adicional, e decisivo, contra o regularista: *gerrymandering*⁴. Wittgenstein expõe, no §201, um paradoxo: qualquer modo de agir pode estar em conformidade ou contradizer a regra (isto é, a regra não garante a aplicação correta). Como a regra não determina e nem restringe uma aplicação particular, qualquer ação pode ser caracterizada a partir da aplicação de alguma regra – é possível encontrar regras que sejam consistentes com qualquer comportamento, ou seja, toda regularidade pode ser explicada a partir de *alguma* regra. Essa ideia colapsa a distinção entre o correto e o incorreto, além de ser incapaz de

³ Todas as traduções para o português da obra de Brandom que constam neste trabalho são de responsabilidade do autor da pesquisa.

⁴ Expressão da política americana geralmente aplicada à discussão epistemológica.

explicar a possibilidade de erro. Como qualquer prática sempre pode ser explicada por uma regra, o regularista não consegue exprimir a distinção entre aquilo que é feito e aquilo que deve ser feito.

Tendo em vista tal análise, ficamos numa situação difícil. Enquanto o regulismo não resiste ao regresso, o regularista, reduzindo o normativo ao não normativo, cai sob o argumento do *gerrymandering*. É necessário encontrar uma solução que mantenha a dimensão normativa da prática sem ser uma formulação explícita da regra.

1.2.2. BRANDON SOBRE WITTGENSTEIN

Vimos que Brandom começa com a análise do regulismo. A partir da recusa ao regresso, que o regulismo gera, ele extrai como consequência a tese que as normas devem estar implícitas na prática. Diferente do regulista, entretanto, o regularista não perde a noção de implicitude. Assim, o outro pilar da análise de Brandom é a rejeição ao regularismo. Ora, analisar a interpretação que Brandom faz de Wittgenstein não é o objetivo desta pesquisa, contudo, deseja-se indicar que esta leitura, presente em *MIE*, não é inquestionável. McDowell (2009)⁵, por exemplo, defende que Wittgenstein está sugerindo, com o regresso, que seguir uma regra não é agir baseando-se na regra, simplesmente não faz diferença se a regra é explicitamente formulada ou não. Também é possível oferecer outros tipos de explicações de normas implícitas na prática que não sejam regularistas, no sentido de Brandom, mas que precisam ser descartadas pelos argumentos das *Investigações*. Como Wittgenstein analisa e recusa várias destas concepções (platônicas, mentalistas, etc.), tem-se a impressão que Brandom dá um destaque exagerado a um caso que é apenas parte de um argumento geral.

⁵ "The thrust of his regress argument is not that what is fundamental is norms implicit in practice, but that what is fundamental is the ability to act immediately on an understanding – to act in a way that is not mediated by an interpretation of what is understood. As I have stressed, this point applies in the same way whether or not what is understood and acted on is something discursively explicit. For Wittgenstein's purposes here, the difference between discursive and not-discursive expressions of rules has no particular significance. **Wittgenstein regress has no particular connection with regulism in Brandom's sense.**" (MCDOWELL, 2009, p. 103, grifo meu).

O regresso nasce de nossa tendência de considerar, por exemplo, um indicador de direção como inerte. Então, somos levados a crer que é preciso uma interpretação ou ele não poderia ser seguido. Assim, ao formular o regresso e afirmar que há uma maneira de entender uma regra que não é uma interpretação, Wittgenstein mostra o erro de supor ser necessário algo entre a regra e a prática que a satisfaz, principalmente se julgamos que o que falta é uma interpretação. Então, recorrer à prática é compreender que não se deve explicar a relação entre a regra e a prática como uma relação que exige um intermediário. O regresso mostra, apenas, que agimos sem a interpretação das normas que seguimos – os sinais de direção são inertes em si mesmos, mas deixam de sê-lo na prática social, após o treinamento, sem a necessidade de interpretação. Ademais, as *Investigações* mostram que as normas precisam, de algum modo não discutido na obra, estarem inscritas no sujeito (serem implícitas), sem serem tomadas como meras disposições comportamentais. Assim, a crítica ao regulismo, embora correta, pode ser encarada como um caso pontual da compreensão equivocada de que seguir uma regra exige uma interpretação da regra, enquanto a crítica ao regularismo é uma maneira de destacar que seguir uma regra é uma práxis, e não uma relação causalmente explicável.

"But that is only to give a causal connexion; to tell how it has come about that we now go by the sign-post; not what this going-by-the-sign really consists in. On the contrary; I have further indicated that a person goes by a sign-post only in so far as there exists a regular use of sign-posts, a custom." (WITTGENSTEIN, 1983, §198).

Portanto, a recusa ao regulismo e ao regularismo pode ser tomada como parte de uma crítica mais abrangente feita por Wittgenstein e que não precisa ser entendida como implicando na ênfase do reconhecimento de que a explicação da normatividade se inicia com o entendimento das normas implícitas na prática, como *MIE* defende. Contudo, Brandom considera que Wittgenstein nos conduz a um beco sem saída, e só nos resta explicar o que significa dizer que as normas estão implícitas na prática. Isto é, ele acredita que Wittgenstein nos ensina que explicar a normatividade é oferecer uma resposta adequada à pergunta: "Em que sentido as normas podem estar implícitas na prática?" (*MIE*, p. 25).

Ora, a interpretação de Brandom sobre Wittgenstein é bem articulada e filosoficamente relevante. Como queremos manter a normatividade da prática e, ao mesmo tempo, evitar uma visão intelectualista da atividade normativa, formula-se uma explicação onde a norma já está contida na prática (de alguma maneira a ser explicada posteriormente) e, assim, não necessita ser explicitada para ser seguida. Contudo, recorrer à prática e admitir que as normas devam estar implícitas nas ações dos sujeitos, não significa que precisamos "olhar não apenas para o que é *feito* [...] mas também para a avaliação da adequação" (MIE, p. 63), como Brandom conclui. Aprendemos com o regresso "what this shews is that there is a way of grasping a rule which is *not* an *interpretation*, but which is exhibited in what we call 'obeying the rule' and 'going against it' in actual cases" (WITTGENSTEIN, 1983, §201) e não que **"há uma necessidade de uma concepção pragmática das normas** – uma noção de correção primitiva de performance implícita na prática, que precede e é pressuposta por sua formulação explícita em regras e princípios" (MIE, p. 21, grifo meu). McDowell observa:

"[...] Wittgenstein does not even start in the direction of the sort of theory Brandom offers. There is no reason to suppose there must be a level of normativity below the level at which linguistic practice is described in terms of explicitly using this or that concept, and it is no concern to Wittgenstein's to suggest that there is. Brandom gives his philosophy an illusory cachet by claiming that Wittgenstein's thinking about rules open into it." (MCDOWELL, 2009, p. 98).

Segundo Brandom, as *Investigações* não oferecem uma concepção de normas implícitas na prática, mas mostram que, sem ela, não entendemos como uma regra codifica o que é uma ação correta. Essa tese não estaria desenvolvida uma vez que Wittgenstein, sendo um quietista, não a forneceria, e rejeitaria se alguém tentasse fazê-lo. Ou seja, Brandom atribui ao modo como Wittgenstein entende a investigação filosófica a não resolução da questão, ainda que as *Investigações* forneçam os recursos para isso. Assim, um dos objetivos filosóficos do próprio Brandom é oferecer uma "explicação das normas implícitas na prática que satisfaça os argumentos de Wittgenstein" (MIE, pp. 29-30), uma teoria geral da conduta normativa humana.

Contrariamente a esta explicação, consideramos que compreender a atitude quietista de Wittgenstein é compreender que as *Investigações Filosóficas* não estão oferecendo, ou sequer apontando um caminho, para uma explicação do que seja seguir

uma regra, e Wittgenstein está apenas continuando seu trabalho de desfazer mal-entendidos, sem sugerir nada em seu lugar. Portanto, ele não está deixando algo para ser explicado e sim expondo ideias que apresentam dificuldades para algumas teorias, sobretudo devido ao uso incorreto da linguagem. Não há o que ser explicado, há o que ser desfeito. Não é preciso uma explicação da normatividade, mas analisar nossos jogos de linguagem e formas de vida. O quietismo não significa que devemos desistir de oferecer uma explicação filosófica, mas simplesmente que tal explicação não é necessária. A filosofia tem um sentido terapêutico.

Assim, o que precisa ficar claro é que Brandom interpreta as *Investigações Filosóficas* de acordo com a sua própria necessidade teórica, procurando encontrar sustentação em Wittgenstein para ele mesmo colocar e responder o que significa "normas implícitas na prática". É o que Brandom quer fazer, não Wittgenstein. De todo modo, esta crítica à interpretação que *MIE* faz de Wittgenstein não altera a relevância da proposta que discutiremos a seguir. Importa-nos, na verdade, a concepção de normatividade do próprio Brandom.

1.3. ATITUDES NORMATIVAS, *STATUS* NORMATIVOS E SANÇÕES

Segundo Brandom, Wittgenstein defendeu a normatividade do conteúdo conceitual, mas rejeitou duas propostas para sua explicação. Fazendo isso, Wittgenstein teria conduzido seu leitor para um entendimento de que as normas estão implícitas na prática. Para dar um novo passo em direção a uma análise compatível com tal ideia, Brandom recorre a Kant.

Brandom (*MIE*, *AR*, *RP*) atribui duas teses a Kant: que a atividade racional tem como principal característica a dimensão normativa, como dito na introdução, e que as normas são regras explícitas (regulismo). Com base em sua leitura de Wittgenstein, Brandom concorda com a primeira e discorda da segunda. Mas Brandom considera que estas duas ideias só são plenamente entendidas se consideradas junto a uma terceira ideia kantiana. Ela introduz a distinção entre seres capazes de seguir regras e seres que

obedecem a regras. Enquanto os últimos se conformam às regras segundo uma regularidade, os seres normativos agem de acordo com a ideia de regra. Isto é, os seres normativos não são obrigados a seguir regras, não agem por causa da regra, mas pelo reconhecimento da normatividade e por sua livre escolha. Um ser racional pode *reconhecer* e *tratar* uma prática como correta ou incorreta. A autoridade da regra não deriva de sua obediência cega, mas da compreensão de limites estabelecidos por regras endossadas e selecionadas para demarcarem as ações racionais livres. A partir desta leitura de Kant, Brandom propõe entender a autoridade da regra como emergindo da atitude de reconhecimento da regra. Uma atitude prática é só uma resposta comportamental descrita num vocabulário não normativo, mas a atitude racional diante da regra tem uma significação normativa, é uma "atitude normativa".

Ora, uma prática comportamental tem propriedades naturais (descritíveis), mas não tem quaisquer propriedades normativas (nem implícitas, nem explícitas). Portanto, para que uma atitude prática seja entendida como normativa, ela depende do reconhecimento e atribuição de tais propriedades. Isto é, uma atitude normativa é a atitude de atribuir, para si próprio ou para outro agente, um compromisso conceitual sujeito a uma avaliação normativa, tratando implicitamente um agente como comprometido. Este compromisso, Brandom chama de "*status* normativo": "Adequações [properties] são status normativos – o status que uma performance tem de ser [avaliada como] *correta* ou *incorreta* de acordo com uma regra ou prática" (MIE, p. 628). Portanto, uma atitude normativa é uma atitude de atribuição de uma adequação normativa que está implícita na prática, uma atribuição de um status normativo.⁶

Assumir a posição acima é enfatizar "a distinção de perspectiva entre *avaliar* uma performance e *produzir* aquela performance" (MIE, p. 37), ou seja, a distinção entre a aplicação da regra e o reconhecimento normativo de tal aplicação. A atitude normativa indica que alguém reconhece uma prática como uma prática sujeita a ser avaliada normativamente. A aplicação da norma, porém, é que é correta ou incorreta. Esta distinção é crucial, pois Brandom acredita que o fato de uma prática ser correta não

⁶ Compare com o que Brandom afirma de Hegel:

"The core of the notion of recognition is the idea that normative status such as rational responsibility and authority [...] are fundamentally *social* statuses. They are in principle unintelligible apart from considerations of the practical attitudes of those who *hold* each other responsible, *acknowledge* each other's authority, *attribute* commitments and entitlements to one another. Because the space of reasons is a *normative* space, it is a *social* space." (RP, pp. 3-4).

pode ser entendido separadamente da atitude de reconhecimento de que essa ação pode (ou não) ser correta. Assim, a estratégia de Brandom começa explicando a conduta normativa a partir do reconhecimento de certos compromissos normativos que estão implícitos na prática e a defesa de que eles são instituídos pelas atitudes normativas dos sujeitos, que governam sua adoção e alteração. (Como isso ocorre, contudo, só ficará claro no Capítulo 3).

"Filling in a story about normative attitudes as assessments of normative status, and explaining how such attitudes are related both to those statuses and to what is actually done, will count as specifying a sense of 'norms implicit in practice' just insofar as the result satisfies the criteria of adequacy imposed on the notion of practice by the regress-of-rules argument." (*MIE*, p. 25).

Um *status* normativo é um compromisso normativo. Uma das teses mais importantes de Brandom é que um *status* normativo é explicado em termos de atitudes normativas, ou seja, um compromisso normativo é instituído como um uso a partir de seres que reconhecem e atribuem estes compromissos uns aos outros, como veremos. O compromisso emerge da atribuição de compromisso. O resultado das atitudes dos sujeitos é a imposição de compromissos, como produtos de suas atitudes. Simplesmente não existem *status* normativos antes dos agentes reconhecerem e se comportarem diante de certas situações que exigem um emprego de um vocabulário normativo. Assim, são os agentes que impõem o normativo sobre o mundo de leis causais (ideia presente, segundo Brandom, em Kant, Hobbes, Rousseau, Sellars e outros). Vejamos se podemos aplicar esses conceitos em exemplos simples.

O primeiro exemplo (adaptado de KIESSELBACH, 2012) é a valoração do dinheiro. Uma nota (cédula) é um papel que nada significa antes das pessoas começarem a atribuir àquele papel uma importância. Isto é, não é o objeto físico que tem valor, mas o modo como as pessoas o tratam. A atitude das pessoas em relação ao papel institui seu valor⁷. Assim, o papel passa a ter um *status* normativo, e as atitudes normativas atribuem ao seu portador compromissos e direitos (por exemplo, um direito a trocá-lo por alimentos etc.). Dois exemplos simples, mencionados por Brandom (*MIE*, p. 161), são a assinatura de um contrato e um ingresso para assistir a um jogo. No caso

7 Como lembra-nos o professor Dr. Marcelo Carvalho, este exemplo tem um entendimento ilustrativo, pois a explicação histórica da valoração do dinheiro envolve a capacidade dos governos oferecerem lastro (garantia) para o papel circulante etc.

do contrato, Brandom explica que assinar um papel nada mais é que o movimento de uma mão sobre um objeto. Porém, esta ação passa a ser considerada a assinatura de um contrato por serem assumidos, na ocasião, diversos compromissos. Não se trata mais de um comportamento sem significação, mas da instituição de um valor contratual (normativo) instituído pelo reconhecimento de todos os envolvidos. Finalmente, os conceitos acima podem ser apreciados numa piada de um dos episódios recentes da prestigiada série americana *The Big Bang Theory*. Um dos personagens principais da série, Sheldon Cooper, que é um físico teórico retratado como *nerd* e absolutamente desprovido de qualquer habilidade social, diz o seguinte, ao receber um presente de natal de sua vizinha Penny: "Você não me deu um presente. Você me deu uma obrigação". Ou seja, Sheldon considera que a atitude de Penny, de lhe presentear, institui um compromisso social, que é a obrigação de Sheldon retribuir a gentileza. Ou seja, o que Penny e as pessoas em geral fazem, ao distribuírem presentes natalinos, cria determinadas normas, entendidas como compromissos que passam a ser considerados vigentes dentro da comunidade que as instituiu. (Alguém poderia defender que Penny e as demais pessoas seguem (estão instituindo) costumes, hábitos de trocar presentes que não correspondem exatamente a nenhum compromisso dentro da prática social. De fato, a diferença entre um hábito e um compromisso não foi delineada, mas veremos posteriormente que certas práticas sociais são delimitadas por relações de obrigação e dever que podem ser chamadas de compromissos. Sheldon vai presentear de volta Penny em função de certas normas vigentes, inclusive sanções funcionando como não disposições a presentear).

Entretanto, esses exemplos são insuficientes para a caracterização de práticas normativas, pois também se deseja uma explicação do surgimento, constituição e alteração destes compromissos numa prática. Brandom acredita que uma maneira usual de explicar tudo isso e entender as atitudes normativas e sua relação com os *status* normativos foi oferecida pela tradição jurídica na época do iluminismo (Grotius, Pufendorf e Crusius), invocando o conceito de "sanções". Basicamente, esta explicação é formulada a partir de recompensa e punição: alguém trata uma ação como correta oferecendo uma recompensa, enquanto pune uma ação considerada incorreta. A sequência dessas ações modela comportamentos e institui normas.

Isto é, um modo de explicar as normas sociais é defini-las como disposições a sancionar. Uma formulação recente deste tipo é a de John Haugeland (1990), que

desenvolveu um modelo de práticas normativas a partir de Sellars (2007, 1980). Sellars faz uma distinção entre o comportamento "conforme a regra" e o comportamento "de obediência à regra". O primeiro é uma submissão à regra (uma resposta ao estímulo, a *senciência* no vocabulário de Brandom), mas o último é um comportamento que ocorre porque alguém está seguindo uma regra, explicado a partir de outro tipo de comportamento, que Sellars chama de "comportamento governado por um padrão", cuja explicação foge ao objetivo deste trabalho. A partir disso, Haugeland constrói seu modelo imaginando uma comunidade prélinguística "conformista", que têm duas habilidades inatas: imitar comportamentos e aplicar sanções ("a positive tendency to see that one's neighbors do likewise, and to suppress variation", HAUGELAND, 1990. p. 404). Com o tempo, explica Haugeland, os comportamentos da comunidade se tornam produtos das regularidades iniciais, passando a retroagir sobre as regularidades dos indivíduos. Ou seja, ocorre um processo de instituição da normalização. A ideia principal que Brandom extrai do trabalho de Haugeland é que um comportamento normativo pode surgir a partir de sanções, normas emergem porque certos comportamentos naturais vão sendo positivamente sancionados.

"Conformism – imitateness and censoriousness together – is a causal interactive process that in more or less permanent changes in the behavioral dispositions of its participants. Without such a process, there can be no community, no social practices, and no neo-pragmatist account of intentionality. [...] norms are a kind of 'emergent' entity, with an identity and life of their own, over and above that of their constituents. Thus, young animals replace the old, thereby enabling a single herd to outlast many generations; likewise, though each individual's dispositions eventually pass away, they beget their successors in conformist youth, and thereby are the norms handed down to the generations. [...] The community-wide classes of similar dispositions that coalesce under the force of conformism can be called "norms" and not just collections or kinds – precisely because they themselves set the standard for that very censoriousness by which they are generated and maintained." (HAUGELAND, 1990. p. 405).

Porém, Brandom considera que a normatização por sanções corre um sério risco de ser considerada regularista, e acusa o conformismo de Haugeland de perecer sob este problema (*MIE*, pp. 34-5). Segundo Brandom, Haugeland, ao construir sua teoria em termos de padrões de reforços (positivos e negativos) para explicar a noção de sanções, não consegue mostrar como uma regularidade específica é reforçada. Ou seja, qualquer conduta regulada por um padrão de reforço pode ser especificada de infinitas maneiras, o que impede a caracterização precisa do papel de um reforço em particular. Então,

Haugeland não evita o *gerrymandering* e falha em oferecer uma explicação da conduta que seja realmente normativa. Ainda assim, há algo de promissor na proposta de Haugeland, em especial se evitarmos o regularismo e tomarmos um sentido social – considerar a perspectiva da comunidade – para a aplicação de sanções. Assim, o objetivo de Brandom passa a ser explicar os compromissos normativos em termos da atribuição de compromissos e a atribuição de compromissos em termos de disposições a reforços e punições (status normativos a partir de "atitudes normativas" e estas a partir de sanções). Tal estratégia poderia ser chamada de pragmatismo normativo baseado em sanções e se aplica às normas implícitas que governam as práticas sociais⁸.

"[a estratégia que Brandom chama de 'retributive approach to the normative'] involves three distinguishable commitments. First, Kant's distinction between acting according to a rule and acting according to a conception of a rule is taken to express an important insight about the special way in which we are normative creatures. Second, the pragmatist regress-of-rules argument is taken to show that in order to make use of this insight, it is necessary that the sort of normative attitude that Kant takes to play an essential mediating role in our government by norms be understood as involving implicit acknowledgement of norms in practice. Specifically, it is necessary to make sense of the idea of practically taking or treating performances as correct or incorrect. Third, taking or treating performances as correct or incorrect, approving or disapproving them in practice, is explained in terms of positive and negative sanctions, rewards and punishments. This tripartite strategy is endorsed and pursued in the rest of this work." (MIE, pp. 35-6).

1.3.1. A AMEAÇA REDUCIONISTA E O RISCO DA CIRCULARIDADE

Uma maneira interessante de compreender a discussão que Brandom faz sobre seguir uma regra é posicionar Wittgenstein em relação ao reducionismo e ao platonismo. Se considerarmos a interpretação de Brandom, Wittgenstein está mostrando que o reducionista não consegue explicar a diferença entre o que é feito e o que deveria ser feito; ao mesmo tempo, indicaria que a estratégia oposta gera um regresso ao infinito insolúvel. Brandom entende que Wittgenstein resolve o problema mostrando que o

⁸ Portanto, os dois compromissos pragmáticos wittgensteinianos assumidos na interpretação de Brandom são: reconhecer que seguir uma regra não exige a formulação explícita da regra (e sim compromissos implícitos) e privilegiar o aspecto comunitário da atividade normativa.

vocabulário normativo é irreduzível e a normatividade é explicada pelos compromissos normativos implícitos na prática. Isto é, explicar a conduta normativa a partir de *status* normativos e atitudes normativas é uma solução que evita o *gerrymandering* (por ser não redutiva) e o regresso (por ser implícita).

Essa conclusão, entretanto, está longe de ser partilhada pelos leitores de Brandom. Boa parte das principais críticas que *Making It Explicit* recebe é por tentar explicar normas a partir de atitudes. Se isso for feito em termos não normativos, como evitar que seja reducionista ou que explique verdadeiramente o normativo? Se for feito empregando vocabulário normativo, como evitar a circularidade? Em outras palavras, ou não se explica o surgimento do normativo ou já se emprega vocabulário normativo na origem da explicação. São armadilhas no caminho. Começemos com o risco reducionista.

A crítica padrão insiste que explicar *status* normativos em termos de atitudes práticas e sanções é uma maneira de reduzir o normativo ao não normativo (disposições ou regularidades). Neste caso, Brandom não fugiria do regularismo – o que, evidentemente, é o contrário do que ele almeja mostrar.

"It must then be asked how such an apparently reductive story about norms as instituted by social practices can be understood be compatible with an insistence on the *irreducibly* normative character of the metalanguage in which norm-instituting social practices are specified." (*MIE*, p. 626).

Construir atitudes normativas a partir da aplicação de sanções pode realmente ser feito por uma perspectiva naturalista e reducionista, mas não há razão para se pensar que esta é a única estratégia possível. A adesão ao reducionismo é opcional, garante Brandom, pois existe uma solução que não se compromete com esta orientação. Se é possível entender sanções em termos não normativos, também é possível entendê-las em termos normativos: "Sanções positivas e negativas podem consistir em elogios (*acclaim*) e censuras (*censures*) que tenham em si mesmas apenas um significado normativo" (*MIE*, p. 43). Assim, Brandom enfrenta o problema assumindo dois tipos de sanções. As "sanções externas" podem ser descritas sem referência ao vocabulário normativo. Elas causam impacto nas pessoas – alguém que apanha com um chinelo vai sendo condicionado a se comportar de um jeito específico – e independem da existência

de normas. As "sanções internas" são especificadas em termos normativos e causam impactos somente em criaturas sujeitas a um "sistema de normas" (éticas ou culturais, por exemplo). Elas alteram os compromissos normativos que os agentes assumem e atribuem uns aos outros, isto é, são sanções que agem sobre normas, alterando os compromissos (permissões e obrigações) dos agentes. Uma vez que eles estão interagindo, as atitudes normativas e os *status* normativos formam um "sistema" em funcionamento, regulando os comportamentos não como um conjunto de disposições, mas por estarem internalizados numa rede de direitos e deveres normativamente constituídos. Voltaremos a isso no Capítulo 3.

Ora, a explicação de Brandom não é trivial. Vejamos se um exemplo (inspirado em *MIE*, p. 34, p. 43) pode nos ajudar. A norma que uma comunidade impõe para adentrar a um local sagrado é que se mostre uma folha de uma determinada árvore. A violação da norma (entrar no local sem a folha) poderia implicar em levar uma surra, e tal prática seria explicada naturalisticamente. Porém, na comunidade em questão, a sanção é a autorização de uma ação futura contra o sancionado, como impedi-lo de ir à piscina no dia seguinte. Neste caso, trata-se de uma sanção normativa, pois altera os compromissos normativos vigentes que os agentes daquela comunidade estão assumindo, esta sanção autoriza um novo compromisso normativo: barrar o infrator na entrada da piscina, como uma permissão legítima aceita pelos membros da comunidade. Esta sanção só pode ser especificada em termos normativos, a partir das alterações de obrigações e permissões dos envolvidos. Ela funciona como um reforço e ao mesmo tempo altera um *status* normativo.

Estas noções também podem ser identificadas em uma prática muito comum, o ato de prometer (*MIE*, pp. 163ss). Uma promessa não consiste na elaboração de uma sentença ("Eu prometo tal e tal"), mas na atribuição e no reconhecimento de compromissos entre os envolvidos. Aquele para quem a promessa é feita atribui a quem prometeu um compromisso (de fazer algo), e adquire ele próprio outro compromisso (de aplicar uma sanção se a promessa não for cumprida). (Esse exemplo é interessante por ilustrar que as práticas normativas têm compromissos sendo atribuídos e exigidos em ambos os lados da prática linguística, uma constatação que é a base do modelo que será descrito mais adiante).

Ora, introduzir dois níveis de sanções pode resolver a questão regularista, se aceitarmos a explicação de Brandom, mas introduz um novo problema. Se o modo de

evitar o reducionismo é recorrer às sanções normativas, é legítimo deduzir que estas mesmas sanções estão sujeitas a aplicações corretas ou incorretas, o que introduz simultaneamente o regresso ao infinito e a circularidade. Os *status* normativos são explicados por atitudes normativas, que são explicadas por sanções normativas. Ou é necessária uma sanção normativa para explicar outra sanção normativa (regresso) ou o normativo explica o normativo (circularidade). Brandom só comenta o problema nas páginas finais de *MIE*:

"[...] it can easily look as though the account of normative statuses as instituted by social practices is marching around in an unproductive circle (at best, unilluminating; at worst viciously circular and incoherent). For clearly the prior question arises once more: What is the relation between normative specifications of practices and nonnormative specifications of behavior?" (*MIE*, p. 627).

Embora seja pouco claro e muitíssimo sucinto, Brandom relaciona as sanções internas às externas, e parece sugerir que isso resolve o problema:

"[...] these webs of norms linked by internal sanctions are anchored, as each chain of definitional dependence terminates in some normative status that is definable independently, by external sanctions specified in nonnormative terms. [...] It is possible to interpret a community as instituting normative statuses by their attitudes of assessment, even though each such status that is discerned is responded to by sanctions that involve only other normative statuses. It is compatible with the sanctions paradigm of assessment, and so of normative attitude, that is should be 'norms all the way down'. Such an interpretation would not support any reduction of normative status to non-normatively specifiable dispositions, whether to perform or to assess, whether individual or communal." (*MIE*, p.44).

Porém, se isso evita a circularidade e o regresso (fechando o "círculo" numa sanção não normativa), reintroduz o regularismo: uma sanção interna precisa de uma externa. Assim, fica claro que o problema principal é realmente o reducionismo, e que até agora não temos uma resposta satisfatória sobre como e quando a normatividade emerge.

Contudo, é justo considerar o que afirma o autor. Logo no início de *MIE*, Brandom explica que a instituição de normas não pode ser entendida até o final da obra, onde se trata da atribuição de atitudes proposicionais, objetividade e interpretação. Portanto, é injusto apontar a circularidade ou a redução a partir do exposto, antes que os tópicos mencionados sejam analisados. Devemos entender que a introdução de sanções

internas é um argumento incompleto, a ser ainda refinado. Assim, retornaremos ao assunto oportunamente, no Capítulo 6. Neste momento, a definição é confusa e não afasta os perigos citados. Sabemos, somente, que as normas são instituídas por atitudes sociais e que isso deve ser explicado sem redução. Ou seja, o modelo de prática social a ser introduzido deve incluir normas como características que precisam estar presentes para que a prática seja considerada normativa, porém, não se pretende eliminar o vocabulário normativo em favor de um vocabulário não normativo (*MIE*, xiii). Brandom defende que o "racionalismo pragmatista" que ele está apresentando é oposto ao naturalismo, pelo menos no sentido que o naturalismo é usualmente compreendido e domina as discussões epistemológicas e semânticas. O racionalismo aqui defendido enfatiza a distinção entre criaturas usuárias de conceitos e normas e criaturas naturais, que são incapazes de dominar as propriedades que regulam o uso de conceitos e normas. Conceitos e normas são o que são por participarem do jogo de dar e pedir por razões, são produtos sociais que não podem ser estudados somente por ciências naturais (embora isso não signifique que elas sejam não naturais). As práticas sociais instituem conteúdos conceituais que vão além das respostas que caracterizam as criaturas naturais (sencientes), instituindo um reino de cultura. Assim, o uso de conceitos e normas não tem uma natureza, mas uma "história" (*AR*, pp. 26ss). Portanto, embora seja tentador enxergar nesse projeto um tipo de naturalismo reducionista, ele deve ser entendido como um "fenomenalismo sobre normas" (*MIE*, p. 25). Um ingresso para assistir a um jogo é um papel que autoriza seu proprietário a fazer algo somente se as pessoas reconhecem o direito que aquele papel institui. Assim, a autoridade do ingresso está nos "olhos" do bilheteiro (*MIE*, p. 161). Mais precisamente:

"On the broadly phenomenalist line about norms that will be defended here, norms are in an important sense in the eye of the beholder, so that one cannot address the question of what implicit norms are, independently of the question of what it is to acknowledge them in practice. The direction of explanation to be pursued here first offers an account of the practical attitude of *taking* something to be correcting-to-a-practice, and then explains the status of *being* correct-according-to-a-practice by appeal to those attitudes." (*MIE*, p. 25).

"In this way the maintenance, from every perspective, of a distinction between status and attitude is reconciled with the methodological phenomenism that insists that all that really needs to be considered is attitudes." (*MIE*, p. 597).

O fenomenalismo sobre normas explica o que é tomar algo como correto numa prática apelando para as atitudes práticas de tomar algo como correto numa prática. Isto é, um compromisso normativo é explicado como atribuição de um compromisso normativo: aquilo que é correto se institui pela atitude de tomar aquilo como correto. Explicar as normas retrocedendo as atitudes práticas que as pessoas adotam umas em relação às outras é explicar o que é para alguém "tomar algo como uma norma" ao invés de explicar o que é "ser uma norma". Loeffler (2005) aponta quatro critérios que o "fenomenalismo sobre normas" pretende respeitar:

- Não naturalização, isto é, não deve ser explicado em termos não normativos.
- Evitar a circularidade entre a explicação de normas e as atitudes normativas.
- Realista, no sentido de evitar entidades transcendentais, platônicas etc.
- Objetividade (autoridade objetiva).

Pode-se acrescentar um quinto critério:

- Evitar o subjetivismo (muitas vezes associado ao fenomenalismo).

As duas primeiras exigências já foram apresentadas (embora não justificadas adequadamente por Brandom, segundo a nossa análise). As demais estão relacionadas e serão tratadas conjuntamente nos Capítulos 5 e 6. (De fato, a restrição de objetividade, associada a uma explicação não "supernatural ou misteriosa" das normas, parece ser o grande desafio de Brandom).

Como faz com outros tópicos, Brandom refinará sua descrição da fenomenologia sobre normas, até o final de *MIE*. Fica claro que esse é um procedimento metodológico, cujo efeito colateral é a confusão e a insatisfação do leitor. A dificuldade é exemplificada por Heath:

"One of the most unsatisfactory sections of Robert Brandom's very complex and difficult book, *Making it Explicit*, is, unfortunately, the very first chapter. [...] In particular, one expects Brandom to show that the concept of 'social norm' that he rests his analysis of language on can, in turn, be cashed out in terms of some simpler set of action-theoretic or behavioral concepts. And since preference for a pragmatic order of explanation is what *motivates* Brandom's whole project, it would not be unreasonable to expect an analysis of the action-theoretic primitives to appear front and centre at the beginning of the book. Furthermore, Brandom starts out in the first chapter *sounding* as if he is going to supply just such an analysis. Thus the absence of any conclusive argument or analysis on this score comes as something of a surprise. Many readers of *Making it Explicit* finish the first chapter not quite knowing whether Brandom chose to omit the argument, whether he made an argument, but a very weak one, or whether he chose to defer the burden of proof until chapter eight." (HEATH, 2001, pp. 1-2).

Realmente, o primeiro capítulo de *MIE* não oferece nenhuma teoria consistente e sequer uma justificação sólida para adoção da pragmática normativa que, mesmo assim, passa a ser aceita. Não fica claro como o projeto é não naturalista e ao mesmo tempo defender uma explicação não metafísica da normatividade. Também é difícil compreender o fenomenalismo sobre normas, embora ele seja apresentado logo no início. Assim, como Heath (2001), cremos que esse procedimento é decorrente do hegelianismo de Brandom. É preciso entender o sistema, as explicações não são linearmente encadeadas (o quanto isso é um procedimento analítico, portanto, cabe perguntar). Dada à extensão do texto e sua reconhecida dificuldade técnica e interpretativa, esta não parece à melhor estratégia possível.

CONCLUSÃO

Este capítulo apresentou ideias de Kant e Wittgenstein que Brandom considera importantes para a formulação inicial de uma prática racional gerada a partir dos seguintes comprometimentos teóricos. Primeiro: uma defesa normativa do entendimento e do significado linguístico. Segundo: as normas devem estar implícitas na prática, como um modo de evitar as objeções às teses regulistas e regularistas. Terceiro: compreender a normatividade a partir da atitude de tratar algo como um compromisso normativo. As duas ideias anteriores originam o quarto: explicar *status* normativos como instituídos por atitudes normativas. Quinto: explicar atitudes normativas a partir de sanções.

Tendo estes comprometimentos em vista, o objetivo principal do capítulo foi o de introduzir um tratamento não primitivo e nem inexplicável da normatividade e, ao mesmo tempo, não naturalizá-la ou reduzi-la a termos não normativos. A atividade normativa é explicada pelas atitudes dos agentes sociais, que impõe o normativo. Isto é, a autoridade da norma não é natural, mas produzida pela atividade racional (normas são

instituídas pelo reconhecimento e atribuição de compromissos, o fenomenalismo sobre normas).

Mas em quais circunstâncias uma atitude prática deve ser vista como instituindo uma norma? A resposta é pragmática: a atitude normativa é explicada a partir da função que ela cumpre na prática, a atitude dos sujeitos diante de certas práticas sociais impõe aos próprios agentes compromissos normativamente constituídos, que eles aprendem a dominar via treinamento. O Capítulo 3 desenvolverá em detalhes essa ideia, mostrando quais condições às práticas sociais devem apresentar para que as atitudes de seus membros instituem normas. Antes disso, porém, discutiremos, no capítulo seguinte, o conteúdo conceitual a partir dos papéis inferenciais desempenhados. O que começa a surgir é uma insistência pragmatista de focar no que os seres racionais fazem aliada a um compromisso racionalista de articulação inferencial dos conceitos.

Finalizamos este capítulo introdutório discutindo dois problemas, que persistirão até o final de nossa análise. O primeiro é em relação às interpretações que Brandom faz de outros autores clássicos como Kant e Hegel. Nesse capítulo, mostramos nosso descontentamento com sua leitura de Wittgenstein (embora reconheçamos que ela não altera a concepção a ser ainda apresentada). O segundo questionamento é sobre o modo de exposição de Brandom, progressivo, pouco claro e de difícil entendimento, tornando mais difícil a análise de sua filosofia.

CAPÍTULO 2 – A SEMÂNTICA INFERENCIALISTA

O Capítulo 1 apresentou a dimensão normativa da linguagem e da racionalidade dando destaque à atitude prática de reconhecer e atribuir normas (pragmática normativa). Neste capítulo, voltamos nossa atenção para a instituição e articulação do conteúdo conceitual. Primeiro, começamos posicionando o "inferencialismo semântico" em relação ao "representacionismo". Depois, oferecemos uma explicação da articulação semântica em termos de inferências (formais e materiais), como encontrada em Sellars e Dummett. Por último, comentamos a relação entre a pragmática normativa e a semântica inferencialista.

2.1. REPRESENTAÇÃO OU INFERÊNCIA?

O modelo semântico dominante desde Descartes começa com a representação de objetos ou estados de coisas para um sujeito imediatamente consciente. Neste modelo, um conteúdo conceitual é um conteúdo representacional. Em geral, toma-se o inferencialismo como uma proposta que explica o conteúdo conceitual opondo-se ao representacionismo. Um "inferencialismo redutivo" defende que as relações inferenciais conferem o conteúdo semântico, sem envolver o conceito de "representação". Esta, porém, não é a única possibilidade. Racionalistas como Spinoza e Leibniz aceitaram o papel do conceito de "representação" na explicação da atividade cognitiva, mas rejeitaram a estratégia cartesiana de tratar o conteúdo representacional como "o que explica sem ser explicado". Como resultado, desenvolveram suas estratégias fazendo do conceito de "inferência" o principal conceito. Isto é, tanto Spinoza quanto Leibniz consideraram o papel inferencial desempenhado pelas representações na atividade cognitiva e o modo como tais papéis explicam o significado. Um desenvolvimento similar foi feito por Kant, que também usou a inferência para explicar como as

representações adquirem significado (explicar a representação a partir de seu potencial inferencial em juízos). No entanto, segundo Brandom, foi Hegel quem deu o passo definitivo contra o representacionismo cartesiano ao propor que a atividade conceitual começa com a experiência, sendo discutida em termos dos papéis inferenciais que conceitos desempenham para o sujeito.

Ora, o que estes autores fizeram foi privilegiar o conteúdo conceitual como aquilo que se constitui a partir do papel desempenhado por tal conteúdo no raciocínio. Mesmo assumindo que conceitos envolvem a representação de objetos ou estados de coisas, não é preciso aceitar que eles são meras representações de como as coisas são. Por isso, os autores citados sugeriram um tipo de inferencialismo não reduutivo. Esse "inferencialismo expressivo" reconhece que não há inferência sem referência, porém, a análise do conteúdo se inicia pela inferência. O conceito de "representação" tem um uso teórico, mas posterior, não é dele que a explicação deve partir. Ou seja, se o representacionista explica o conteúdo antes de considerar suas relações inferenciais com outros conteúdos, o inferencialista expressivo inverte essa ordem. Ele recusa a prioridade da representação na explicação semântica e se interessa em mostrar como a representação representa algo, e não a sua natureza. Explica-se qual papel a representação cumpre para o entendimento, e fazer isso é explicar como a representação participa de inferências. A este gênero de inferencialismo Brandom se filia.

Contemporaneamente, a recusa de Brandom ao representacionismo nasce de suas leituras de Sellars e Richard Rorty. Ambos rejeitam a representação como aquilo que reflete ou reproduz objetos ou estados de coisas simplesmente dados ao sujeito. Aquilo que for dado ao sujeito, inclusive uma representação, não consegue escapar do "mito do dado", que Sellars muito insistiu. Portanto, versões fundacionistas, atomistas e o empirismo lógico são prontamente descartados⁹.

Rejeitar a centralidade das representações e valorizar as inferências produz uma diferença metodológica fundamental. O representacionista inicia com nomes e predicados e os relaciona a objetos e estados de coisas. Em seguida, constrói estruturas maiores (sentenças, proposições, juízos), compondo-as correlacionando as partes menores. Por fim, apresenta as regras para as relações entre estas estruturas. Tal estratégia, cujo modelo paradigmático, segundo Brandom, é o tarskiano – mas pode ser

⁹ Brandom (*MIE*, p. 699, nota 90) reconhece que representacionismo e inferencialismo não são as únicas possibilidades. Portanto, recusar o representacionismo não implica em aceitar o inferencialismo. Confira, por exemplo, McDowell (1997).

Agostinho ou o primeiro Russell – é uma estratégia *bottom-up*. O inferencialista, por sua vez, adota uma versão *top-down*. Ele parte daquilo que serve como premissa ou conclusão de inferências (proposição) e então explica o conteúdo subsentenciais e sua dimensão objetiva. A semântica inferencialista começa desmontando as sentenças (este tema será retomado no Capítulo IV).

A justificação para a sentença ser o ponto de partida da análise é a tese de que somente a sentença pode participar de inferências. Contudo, Brandom (*AR*, pp. 13-4; *MIE*, pp. 79-82) considera uma motivação adicional, a "prioridade do proposicional", que ele encontra em Kant, Frege e Wittgenstein. Eles teriam indicado que somente o que tem a forma sentencial (proposicional) desempenha um papel na razão: Kant mostrando que o juízo é "a unidade mínima do entendimento" e Wittgenstein enfaticamente defendendo que a sentença é a menor parte da linguagem que desempenha um papel num "jogo de linguagem" (afirmação, aliás, questionável). Falaremos de Frege a seguir.

2.2. INFERENCIALISMO CONTEMPORÂNEO

O inferencialismo é a explicação do conteúdo conceitual em termos do papel inferencial desempenhado por um conceito no raciocínio, ideia desenvolvida por Spinoza, Leibniz, Kant e Hegel. Essa noção teria sido abandonada, até o jovem Frege retomá-la. Ele propôs partir da análise da proposição completa com sentido e adotou a ideia de que os conceitos só podem ser entendidos a partir dos papéis desempenhados nos juízos.

"Every act of cognition is realized in judgments." (FREGE, 1979, *Logic*, p. 144).

"For in Aristotle, as in Boole, the logically primitive activity is the formation of concepts by abstraction, and judgment and inferences enter in through an immediate or indirect comparison of concepts via their extensions. [...] As opposed to this, I start out with judgments and their contents, and not from concept [...] I only allow the formation of concepts to proceed from judgments [...] And so instead of putting a judgment together out of an individual as subject and an already previously formed concept as predicate, we do the opposite and arrive at a concept by splitting up the content of possible judgment." (FREGE, 1979, *Boole's logical calculus and the concept-script*, pp. 15-6-7).

O papel inferencial é a base para o entendimento da noção fregeana de conteúdo conceitual (*begriffliche Inhalt*). Um conteúdo conceitual é um conteúdo que pode servir como premissa ou conclusão numa inferência, que pode ser aplicado em um juízo (FREGE, 1967, §2). Dois conteúdos conceituais são iguais se sua substituição não altera a validade da inferência – ou seja, a tese de substitucionalidade é uma consequência do entendimento de conteúdo conceitual derivável da noção de papel inferencial.

"A distinction between *subject* and *predicate* does *not occur* in my way of representing a judgment. In order to justify this I remark that the contents of two judgments may differ in two ways; either the consequences derivable from the first, when it is combined with certain other judgments, always follow also from the second, when it is combined with the same judgment, or this is not case. The two sentences 'the Greeks defeated the Persians at Plataea' and 'the Persians were defeated by the Greeks at Plataea' differ in the first way. Even if one can detect a slight difference in meaning, the agreement outweighs it. Now I call the part of the content that is the *same* in both the *conceptual content* [...] In my formalized languages only that part of judgments which affects the *possible inferences* is taken into consideration [...] Now, all those peculiarities of ordinary language that result only from the interaction of speaker and listener [...] have nothing that answers to them in my formula language, since in a judgment I consider only that which influences its *possible consequences*. Everything necessary for a correct inference is expressed in full, but what is not necessary is generally not indicated; *nothing is left to guesswork*." (FREGE, 1967, §3).

A partir dos anos 1890, entretanto, essa posição "imatura" de Frege é alterada e ele substitui o conceito de "inferência" pelo de "verdade".¹⁰ Como resultado, ele passou a adotar uma explicação representacionista. Assim, Frege não chegou a desenvolver uma verdadeira proposta inferencialista, embora suas ideias sejam identificáveis com as exigências básicas desse tipo de programa de pesquisa. De fato, o projeto inferencialista contemporâneo só foi levado adiante mais tarde, por Sellars e Dummett.

2.2.1 SELLARS

Sellars procurou desenvolver uma teoria funcional dos conceitos em termos inferenciais, isto é, explicar o conteúdo conceitual a partir do papel inferencial que ele

¹⁰ Dummett (1981, p. 433) comenta: "In this respect [...] Frege's new approach to logic was retrograde".

desempenha no raciocínio. Sua ideia fundamental é que os seres racionais estão numa prática especial, um jogo de dar e pedir por razões (SELLARS, 1963, *Empiricism and the Philosophy of Mind*). Um ser racional responde a um estímulo posicionando-o em uma rede de conceitos, que se articula a partir das relações de implicação e incompatibilidade. Isto é, compreender um conceito é entender sua participação na rede de inferências possíveis na qual a sentença está inserida, ou seja, o papel desempenhado pelo conceito é o de premissa ou conclusão de uma inferência. Assim, ser um usuário de conceitos é ser capaz de dominar tais inferências, dominar o jogo de aplicar corretamente as transições válidas para cada conceito.

Ora, explicar o conteúdo conceitual a partir de inferências não significa explicá-lo a partir de inferências *formais*. Sellars (*Inference and Meaning*, 2007) afirma que um dos dogmas de sua época foi o de que inferências como "It is raining, therefore the streets will be met" são entimemas (uma inferência com premissas ocultas, cuja forma explícita é "Whenever it rains the streets will be met, it is raining; Therefore the streets will be met"). O dogmático reivindica que a validade inferencial depende dessa articulação lógica – nesse caso, pode-se conceber um modelo de racionalidade puramente lógico, no qual inferir (oferecer razões) é uma capacidade que depende exclusivamente da forma lógica do argumento. Sellars recusa o "formalismo dogmático" e se empenha em mostrar a indispensabilidade das inferências materiais para a linguagem e para o pensamento.

"Everyone would admit that the notion of a language which enables one to state matters of fact, but doesn't permit argument, explanation, in short *reason-giving*, in accordance with the principles of *formal logic*, is a chimera. It is essential to the understanding of scientific reasoning to realize that the notion of a language which enables one to state empirical matters of fact, but contains no material moves is equally chimerical. The classical 'fiction' of an inductive leap which takes its point of departure from an observation base undefiled by any notion as to how things hang together is not a fiction but an absurdity. The problem is not 'is it reasonable to include material moves in our language?' but rather 'Which material moves is it reasonable to include?'" (SELLARS, 2007, p. 53).

Inferências como "Today is Wednesday, tomorrow will be Thursday" ou "Lightning is seen now, thunder will be heard soon" estão garantidas por princípios materiais. Sellars estrutura a defesa desta proposta a partir de Rudolf Carnap, ex-aluno de Frege. Carnap (1937) desenvolveu as ideias do mestre assumindo que o conteúdo de

uma sentença é o que pode ser inferido dela ("[Carnap] defines the *content* of a sentence as the class of non-valid sentences which are its consequences (i.e. can be inferred from it).", SELLARS, 2007, p. 9). Ele faz a distinção entre dois tipos de regras de inferência: as "regras-P" (*physical*) e as "regras-L" (*logical*). As regras-L dependem da validade lógica das inferências, enquanto que as regras-P dependem dos termos descritivos que nela aparecem. Julgando correta essa distinção, Sellars procura mostrar que as regras-P, que ele chamava de materiais ou extralógicas, são *necessárias* para a linguagem natural. Ou seja, enquanto Carnap as considerou um "luxo dispensável", Sellars afirma que elas são tão essenciais quanto às regras formais.

Sellars (2007, p. 12) argumenta que as regras materiais são indispensáveis para explicar as condicionais subjuntivas das linguagens naturais ("If *had released* this piece of chalk, it *would have fallen*" ou "If there *were to be* a flash of lightning, there *would be* thunder"). Ou seja, as regras materiais cumprem uma função específica nas linguagens naturais, sem as quais seria impossível explicar essas condicionais (somente com princípios lógicos). Conclui-se que tais regras são imprescindíveis para qualquer linguagem que comporte ou permita tais condicionais, como o português ou o inglês. Além disso, a aceitação de inferências materiais permite explicar a diferença entre termos lógicos ou normativos, por exemplo, e observacionais. O termo "vermelho" tem seu uso explicado como uma resposta às situações práticas em que é apropriado utilizá-lo diante de certos objetos físicos, regras que não podem ser extraídas das inferências lógicas. Portanto, uma estrutura conceitual deve conter princípios materiais para garantir transições inferências a partir de conteúdos empíricos (SELLARS 1956, 1963, 2007).

Assim, Sellars passa a defender que as inferências materiais participam da articulação conceitual tanto quanto as inferências formais. Ou seja, ele não somente reconhece a validade das regras de transformação material como faz delas o conceito epistemológico e semântico central: "[inferências materiais] are as *essential to meaning* (and hence to language and thought) as formal rules, contributing the architectural detail of its structure within the flying but stresses of logical form" (SELLARS, 2007, p. 7). Uma linguagem é constituída por regras formais e materiais em uma comunidade que as reconhece. O significado não é dado por uma relação entre uma palavra ou representação e objeto ou estados de coisas, mas se constitui pela função desempenhada em inferências desses dois tipos no quadro conceitual ao qual o conceito pertence.

"Now, the moral of all this is that we need no longer be hypnoized by the facile contrast between the 'linguistic meaning' and the 'real meaning' of a word. For to say that 'rot' has real meaning, and, indeed, the real meaning red, is merely to convey the information that 'rot' is the subject [...] of a full-blooded set of habits sufficient to constitute it a word in actual use, and, indeed, a use which parallels our own use of 'red'. Consequently, to come to the point, if our use of 'red' involves extralogical syntactical rules ('P-rules') as well as 'L-rules' it follows that 'rot' couldn't have the 'real meaning' it does unless it, too, were subject to 'P-rules' and, indeed, 'P-rules' which parallel those obeyed by 'red'." (SELLARS, 1956, p. 154).

Uma inferência material não é um entimema, mas uma inferência em que se considera o *conteúdo* presente nas premissas e na conclusão. A inferência "X é vermelho então X é não azul" é formalmente inválida, mas inobjetable. O que permite a conexão é uma regra constitutiva do significado de "vermelho" e de "azul". Trata-se de uma incompatibilidade necessária, definida em termos extralógicos. Alguém poderia insistir que uma inferência material é uma "inferência humeana" (como Sellars a chama), a inferência de um conteúdo a outro pela constatação de uma regularidade. Mas não se trata disso, ele defende, mas de uma relação constitutiva do significado dos conteúdos envolvidos. Uma lei da natureza, por exemplo, é uma expressão de uma regra material e não uma declaração descritiva. Se há uma lei "Todo Φ é Ψ ", é possível inferir que "X é Ψ " a partir de "X é Φ ", mas isso não é o resultado do hábito e nem deve ser confundido com a inferência "Todo Φ é Ψ , X é Φ , portanto X é Ψ ". Enquanto o último caso depende da forma lógica, o primeiro é um movimento incorporado à linguagem em função dos conteúdos Φ e Ψ . Aceitar essa ideia é adotar um movimento de "X é Φ " para "X é Ψ " (ser Φ implica materialmente em ser Ψ), aceitando que "Todo Ψ é necessariamente Φ " ("X é Ψ " pode ser inferido de 'X is Φ ' ou " $(\forall x)(\Phi x \supset \Psi x)$ " é verdade").

Assim, a introdução de inferências materiais amplia a capacidade expressiva da linguagem e do entendimento racional, é um real "enriquecimento do significado conceitual" (SELLARS, 2007, p. 56). Dominar uma linguagem é enxergar o mundo com uma estrutura conceitual governada também por regras extralógicas, adquiridas após treinamento social. Ou seja, ao rejeitar o modelo formalista de entendimento inferencial do conteúdo, Sellars abre um caminho novo para epistemologias e semânticas incluírem o empírico. É fundamental observar que endossar uma inferência material demonstra uma capacidade, um domínio conceitual prático. Não se trata de uma habilidade lógica, mas de transitar entre conteúdos que têm suas relações

estabelecidas socialmente. Ou seja, a capacidade de inferir com conteúdos não é um domínio explícito das regras de inferência. Inferir é um tipo de *fazer*, de trocar de conteúdos tratando as inferências como corretas ou incorretas. Saber inferir é um saber prático e implícito¹¹.

Portanto, Sellars foca nos conteúdo conceitual sob duas perspectivas. Por um lado, está olhando para o uso da linguagem e dos conceitos. Por outro, propõe que esse uso determina o significado. Então, a semântica inferencial está amarrada a uma teoria pragmática, ao papel prático desempenhado pela linguagem e pelos conceitos. Ao mesmo tempo, há um terceiro compromisso: a orientação racionalista de considerar que fazer uma inferência é dar uma razão.

Brandom concorda com o funcionalismo inferencialista de Sellars. Entretanto, há dois desacordos importantes entre os dois autores. A primeira diferença é em relação às inferências materiais. Sellars defende que elas devem ser aceitas somente se envolverem relações necessárias entre os conceitos participantes (portanto, as relações contingentes não contribuem para a significação; cf. SELLARS, 2007, p. 21). Brandom considera errado invocar essa distinção desde o início, como se fosse um axioma. O inferencialista, ele sustenta, deve começar com as relações entre sentenças e só então mostrar como se instituem, pela linguagem, as relações conceituais (mostrar quais são as inferências válidas); não pode pressupor ou exigir que cumpram um pré-requisito qualquer. Assim, Brandom rejeita a explicação de Sellars e aceita as relações conceituais acidentais: todas as transições sentenciais justificáveis são inferências válidas (e, dessa maneira, constitutivas do conteúdo semântico).

Uma consequência da concepção de Brandom nos encaminha à segunda diferença entre ele e Sellars: a validade das inferências realizadas em circunstâncias não inferenciais (por exemplo, dizer que algo é "vermelho" na presença de um objeto vermelho). Ora, a aplicação de conceitos empíricos é não inferencial por ser uma resposta ao ambiente que não é resultado de inferências (são resultados de experiências perceptivas). Portanto, um dos principais tópicos do inferencialista é mostrar quando e como se inicia o jogo inferencial, como o estímulo participa de uma articulação que exige inferências.

Embora Sellars tenha defendido três tipos de movimentos linguísticos (regras de entrada, intralinguísticas e de saída), ele entende que a justificação inferencial ocorre em

¹¹ É natural associar à distinção feita por Gilbert Ryle entre *know-how* e *know-that*.

transições internas à linguagem (intralinguagem). Ou seja, ele adotou (em virtude de sua recusa ao "mito do dado", principalmente) uma versão internalista para a justificação das inferências oferecidas pelo sujeito (todas as premissas para a justificação inferencial devem estar disponíveis para o sujeito e serem endossadas por ele). Dois dos principais comentadores de Sellars, Brandom (*MIE*) e McDowell (*Sellars and the space of reasons*, 1994, 1997) o criticam e procuram corrigi-lo, assumindo posturas externalistas. Brandom espera resolver o problema mantendo as teses sellarsianas de que as respostas conceituais aos estímulos são movimentos no jogo de dar e receber razões, em virtude das práticas as quais estão vinculados (aplicar um conceito é uma classificação funcional inferencialmente articulada que ocorre numa prática social linguística). Contudo, Brandom adota um "confiabilismo" (*reliabilism*) semântico, isto é, mantém a tese da garantia das inferências observacionais, mas substitui o internalismo pelo endosso público. Veremos as duas diferenças entre Sellars e Brandom no Capítulo 3. Neste momento, porém, devemos passar a análise de outra grande influência de Brandom.

2.2.2. DUMMETT

Dummett, importante filósofo contemporâneo mais conhecido por sua contribuição para a compreensão do pensamento de Frege, é adepto de um inferencialismo *top-down* que espera analisar o conteúdo semântico a partir da generalização das ideias do lógico e matemático alemão Gentzen.¹² A ideia central de Gentzen é mostrar que os conectivos lógicos podem ser especificados por regras de introdução e eliminação, que controlam seu comportamento em inferências. As "regras de introdução" estão relacionadas às condições suficientes para o emprego do conectivo; as "regras de eliminação" se referem às consequências necessárias desse emprego. Por exemplo, a "regra de introdução" para "&" é " $P, Q \rightarrow P \& Q$ " e a "regra de eliminação" é " $P \& Q \rightarrow P, Q$ ". O

¹² Brandom (*ISC*) se refere a tal estratégia como a "versão lógica de teorias racionalistas do conteúdo", da qual Dummett é a figura principal, seguido por Christopher Peacock e ele próprio.

mesmo conectivo é explicado por Brandom em termos de compromissos conceituais assim:

"So, to define the inferential role of an expression '&' of Boolean conjunction, one specifies that anyone who is committed to p , and committed to q , is thereby to count also as committed to $p \& q$, and that everyone who is committed to $p \& q$ is thereby committed both to p and q . The first schema specifies, by means of expressions that do not contain the connective, the *circumstances* under which one is committed to claims expressed by sentences that contains (as principal connective) the connective whose inferential role is being defined, that is, the set of premises that entail them. The second schema specifies, by means of expressions that do not contain the connective, the *consequences* of being committed to claims expressed by sentences that contains (as principal connective) the connective whose inferential role is being defined, that is, the sets of consequences that they entail." (MIE, p. 118).

Dummett generaliza a sugestão de Gentzen para o tratamento da linguagem em geral (sentenças, termos singulares etc.), especificando os dois tipos de regras como dois usos de expressões linguísticas. As regras de introdução, na versão de Dummett, correspondem às condições suficientes para justificar uma asserção; as regras de eliminação correspondem às suas consequências necessárias. Portanto, um termo linguístico tem um conteúdo quando desempenha um papel funcional especificado segundo as condições e consequências de seu uso, implícito nas regras que o governam.

Portanto, na visão de Dummett, usar a linguagem exige o domínio das circunstâncias e consequências corretas de uso, dadas por regras inferenciais. Falhar em reconhecer um destes componentes é impeditivo para entender o conteúdo conceitual (isto é, não se deve restringir o entendimento do conteúdo ao entendimento das circunstâncias, tampouco identificá-lo com suas consequências; cf. DUMMETT, 1981, pp. 453-5). Então, quem usa a linguagem corretamente faz uma ponte entre as circunstâncias e as consequências de uso, ou seja, é preciso uma "harmonia" entre ambos os aspectos. Usar uma expressão ou aplicar um conceito é tomar um compromisso inferencial das circunstâncias de uso para as consequências da aplicação: o que garante o uso correto de um conceito deve garantir o que se segue desse uso.

Segundo Brandom, Dummett também faz um movimento em favor das inferências materiais.

"Though Dummett does not put the point this way, this model connects to inferentialism of the Sellarsian sort via the principle that part of the content to which one is committed by using the concept or expression may be represented by the material inference one implicitly endorses by such use: the inference from the circumstances of appropriate employment to the appropriate consequences of such employment." (MIE, p. 117).

"For the circumstances and consequences of application of a concept may stand in a substantive material-inferential relation. To ask what kind of 'harmony' they should exhibit is to ask what material inferences we ought to endorse, and so what conceptual contents we ought to employ. [...] Grooming our concepts and material inferential commitments in the light of our assertional commitments [...] and the latter in the light of the former is a messy, retail business." (AR, p. 75).

Isto é, declarar uma sentença exige um saber prático e implícito sobre o compromisso que autoriza a declaração e o que se segue dela. Este saber prático, segundo Brandom, é o reconhecimento da validade das inferências materiais. Ele sugere que Dummett mostra que o domínio prático inferencial é possível a partir do reconhecimento implícito de propriedades materiais de inferência presentes na estrutura conceitual: "[...] asserir uma sentença é [...] implicitamente tomar um compromisso com a correção da inferência material de suas circunstâncias para as suas consequências de aplicação" (MIE, p. 118). Embora isso seja absolutamente compatível com o que vem sendo discutido aqui, não há razões para supor que seja o que Dummett argumenta. De fato, parece que Brandom está tentando mostrar, em seu favor, que Dummett explica o conteúdo semântico a partir da aceitação de inferências extralógicas fazendo, assim, a ligação entre o empírico e as situações não inferenciais de uso de conceitos. Em outras palavras, Dummett também iria além do formalismo inferencial.

E isso não é tudo. Vimos que Dummett generaliza o modelo de Gentzen ao especificar os papéis inferenciais para quaisquer termos da linguagem, focando-se nas circunstâncias e consequências para que uma asserção seja considerada válida. Brandom considera que, ao fazer isso, Dummett está destacando a orientação pragmática do inferencialismo, chamando a atenção para o modo como o conteúdo conceitual está sendo determinado por estes dois usos das expressões. Isto é, asserir uma sentença é uma habilidade prática de articular conteúdos, ser capaz de fazer algo. Assim, a estratégia de Dummett também avança em relação a uma compreensão pragmática do conteúdo. Os dois modos de uso conferem conteúdo às expressões a partir do domínio de inferências materiais implícitas nestes usos. Este seria o jeito encontrado por Dummett para ligar o conteúdo inferencial à prática.

Dummett também inspira Brandom a rejeitar as teorias semânticas *one-sided*, aquelas que privilegiam ou as circunstâncias ou as consequências do uso de expressões (algo que Sellars igualmente fez, mas Dummett parece expor com mais ênfase):

"A naive view of language regards assertibility-conditions for a statement as assertibility-conditions for a statement as exhausting its meaning: the result is to make it impossible to see how a meaning can ever be criticized, revised, or rejected. An almost equally naive view is that which distinguishes the assertibility-conditions of a statement as its 'descriptive meaning' and its consequences as its 'evaluative meaning', dispensing with any requirement of harmony between them, but holding that we have the right to attach whatever evaluative meaning we choose to a form of statement irrespective of its descriptive meaning." (DUMMETT, 1981, p. 455).

Outro ponto interessante é em relação às circunstâncias não inferenciais de aplicação de conceitos. Segundo Brandom, o modelo de Dummett ilumina a questão da contribuição empírica ao conteúdo conceitual por aceitar as inferências em circunstâncias ou consequências não inferenciais. Por fim, Brandom (*MIE*, p. 130) afirma que uma teoria do significado, para Dummett, precisa ser uma explicação "da natureza da harmonia que deveria ser obtida entre as circunstâncias e as consequências da aplicação dos conceitos que nós empregamos". Tal harmonização é uma "harmonização entre compromissos". Veremos no capítulo seguinte que essa ideia é central na estratégia que Brandom desenvolve.

Sendo assim, Brandom considera o modelo de Dummett um exemplo bem sucedido de três ideias inferencialistas promissoras, já discutidas. A primeira, que o conteúdo conceitual deve ser entendido em termos do papel inferencial desempenhando no raciocínio. A segunda, que a capacidade de raciocinar não é como um "cálculo lógico", mas inclui inferências baseadas nos conteúdos. A terceira, que este tipo de "paradigma conceitual racionalista" é uma "racionalidade expressivista", a capacidade de explicitar os compromissos conceituais implicitamente assumidos nas inferências feitas, instituídas por práticas racionais (a racionalidade e a lógica expressivista serão discutidas somente no capítulo 6 e, por isso, ainda não foram tratadas). Não por coincidência, Brandom acredita que estas três características também estão presentes em Sellars.

Uma análise sobre as contribuições de Frege, Sellars e Dummett para o inferencialismo de Brandom mostra o seguinte. Frege não desenvolveu um "programa" inferencialista, mas suas ideias podem ser consideradas inferencialistas e são importantes para Carnap e o próprio Brandom (Sellars não cita frequentemente Frege), além de serem extensamente desenvolvidas através da filosofia de Dummett. Além disso, pelo menos uma das teses de Frege (substitucionalidade) tem um papel importante no inferencialismo de Brandom (capítulo 4 e seguintes). Sellars é a principal

fonte de Brandom, que segue à risca o programa sellarsiano, corrigindo-o pontualmente. Dummett é igualmente importante porque, embora muitas de suas ideias já estejam presentes em Sellars e Frege, ele as desenvolve mais clara e extensamente que aqueles, reforçando certos aspectos poucos discutidos nos dois primeiros autores. Conclui-se, assim, que todos os três têm importância para a compreensão do pensamento de Brandom e, de maneira geral, eles desenvolvem programas similares em relação ao tratamento semântico, pragmático e a racionalidade – embora sejam, evidentemente, três propostas diferentes.

Uma última (e fundamental) observação. Brandom alega que Frege, Sellars e Dummett (mas também Kant, Hegel e Wittgenstein) teriam mostrado a necessidade de uma concepção pragmática da análise semântica, isto é, além da articulação inferencial do conteúdo é preciso entender que a instituição da estrutura conceitual e linguística não é separável das ações dos agentes.

"Semantics must answer to pragmatics. The theoretical point of attributing semantic content to intentional states, attitudes, and performances is to determine the pragmatic significance of their occurrence in various contexts. This means settling how linguistic expressions of those contents are properly or correctly used, under what circumstances it is appropriate to acquire states and attitudes with those contents, and how one then ought or is obliged to go on to behave." (*MIE*, p. 83).

Segundo Brandom, o pragmatismo em relação ao conteúdo semântico procurar explicar o significado a partir do uso das expressões linguísticas, o que pode ser feito de duas maneiras. A primeira, tipificada por Quine, tenta reduzir a explicação semântica às disposições descritas num vocabulário não normativo. A segunda, que Brandom adere, deseja explicar as propriedades de uso para as palavras serem consideradas corretas (ou seja, constrói uma teoria do significado explicando quais são as propriedades que regem o uso desses significados). Essa é a estratégia sugerida e parcialmente desenvolvida nos dois capítulos iniciais desse trabalho, em que se quis mostrar que uma teoria do uso de conteúdos conceituais é descrita a partir de compromissos conceituais que explicam o funcionamento semântico e sua articulação inferencial. Os termos semânticos não são inteligíveis separadamente daquilo que permite aos seus usuários fazê-los inteligíveis, seu uso. A inferência é o conceito que liga a semântica e pragmática, como o capítulo seguinte deverá mostrar.

"Expressions come to mean what they mean by being used as they are in practice, and intentional and attitudes have the contents they do in virtue of the role they play in the behavioral economy of those to whom they are attributed. Content is understood in terms of proprieties of inference, and those are understood in terms of the norm-instituting attitudes of taking or treating moves as appropriate or inappropriate in practice. A theoretical route is accordingly made available from what people do to what they mean, from their practice to the contents of their states and expressions. In this way a suitable pragmatic theory can ground an inferential semantic theory; its explanations of what it is in practice to treat inferences as correct are what ultimately license appeal to material proprieties of inference, which can then function as semantic primitive." (*MIE*, p. 134)

CONCLUSÃO

Explicar o inferencialismo como um antirepresentacionismo é oferecer uma caracterização imprecisa, se julgarmos que há um tipo de inferencialismo que não exclui o conceito de "representação", mas prefere iniciar sua abordagem pelo conceito de "inferência". Mostrou-se que essa variedade de inferencialismo tem uma extensa raiz histórica, mas suas formulações mais completas são contemporâneas. Frege teria iniciado com ideias inferencialistas e se desviado desta perspectiva antes de sua fase intelectual madura. Assim, são Sellars e Dummett que possuem propostas detalhadas e similares em relação aos compromissos teóricos inferencialistas. Em primeiro lugar, defendem que o inferencialismo é um tipo de funcionalismo por privilegiar o papel do conteúdo no raciocínio. Depois, por destacarem a necessidade de aceitar inferências materiais na instituição do conteúdo conceitual. Por último, por sugerirem a necessidade da relação entre prática e conteúdo.

O inferencialismo não é compreendido separadamente da maneira de entender como se constitui pragmaticamente o conteúdo conceitual. Os Capítulos 1 e 2 procuraram mostrar a motivação para desenvolver uma teoria pragmática que institui o conteúdo conceitual. A proposta foi explicar o conteúdo a partir dos papéis funcionais que eles desempenham na vida de seus usuários. Linguagem e pensamentos significam o que significam (têm um conteúdo) por serem usados como são. Em síntese: o

conteúdo deve ser entendido em termos de sua articulação inferencial e a articulação inferencial deve ser entendida a partir das atitudes sociais dos usuários da linguagem, que instituem normas ao tratarem ou tomarem certos movimentos no jogo racional como corretos ou incorretos. É a "pragmática normativa" que funda a "semântica inferencialista": as normas práticas determinam quais inferências são corretas. Assim, o capítulo 3 vai mostrar qual é a estrutura social exigida para que as normas inferenciais confirmem conteúdo proposicional aos seres usuários de linguagem.

Como conclusão final em relação ao conjunto dos capítulos 1 e 2, o que vemos é um esforço grande de Brandom para convencer o leitor que suas escolhas filosóficas e metodológicas são o resultado da análise de autores importantes. Ele insiste em mostrar a relação de suas ideias com Leibniz, Spinoza, Kant e Hegel e Wittgenstein, nem sempre de maneira clara e muitas vezes com interpretações questionáveis que mais parecem distorções em seu benefício próprio. O que vemos, da introdução até aqui, é Brandom tentando convencer o leitor que todos estes autores aderem, a seu modo, às análises semânticas inferencialistas, funcionalistas e pragmáticas. Em termos filosóficos, essas interpretações de Brandom são irrelevantes para o desenvolvimento de sua própria proposta. Contudo, o fato dele se procurar se posicionar em relação à tradição mostra uma profunda preocupação com a história da filosofia – de certa forma, desmentindo a crítica costumeira à falta de compromisso dos filósofos analíticos com a tradição.

CAPITULO 3 – A PRÁTICA LINGUÍSTICA E DISCURSIVA

A Pragmática Normativa, desenvolvida no Capítulo 1, defendeu que as atitudes dos agentes instituem as normas que determinam os usos de seus conteúdos conceituais. No Capítulo 2, foram apresentadas as motivações teóricas para o desenvolvimento de uma Semântica Inferencial. Este capítulo irá unir a Pragmática Normativa à Semântica Inferencial, desenvolvendo um modelo de interação social que mostra como as atitudes práticas dos usuários da linguagem devem ser entendidas para que possam instituir conteúdos semânticos inferencialmente articulados, como estados intencionais, expressões linguísticas e ações práticas dos agentes que nestas práticas se engajam. O modelo será apresentado considerando-se o jogo de dar e pedir por razões, isto é, conteúdos proposicionais que podem ser oferecidos ou exigidos como razões. Para cumprir este objetivo, começamos avaliando o papel da asserção e sua relação com o conceito de "inferência". Em seguida, apresentamos o vocabulário normativo e explicamos o modelo de Brandom, usando tal vocabulário.

3.1. A PRÁTICA ASSERTIVA E INFERENCIAL

"So the challenge for assertibility theories is to start with a notion of propriety of assertion that is grounded in and intelligible in terms of the practice of speakers and audiences, and yet which is rich enough to fund normative assessments that are objective in the sense of transcending the attitudes of practitioners." (AR, p. 198).

Nos capítulos anteriores, defendeu-se que as práticas sociais conferem conteúdos semânticos a estados, atitudes e expressões linguísticas. A abordagem é claramente pragmática por atribuir às práticas a origem do conteúdo presente em condutas que

podem ser consideradas racionais. No entanto, tais conteúdos semânticos não são instituídos por quaisquer práticas sociais. Segundo Brandom, uma "prática discursiva" é uma prática linguística na qual as sentenças cumprem o papel de *asserções*. Começemos, então, analisando o *deve* ser entendido por uma "prática assertiva".

A asserção é um ato de fala que recebe muita atenção dos filósofos da linguagem. Em geral, eles se preocupam em explicar sua importância comunicativa, social e cognitiva. Contudo, lembra Brandom (1983), a asserção nem sempre recebeu tamanha atenção, e foi com o jovem Frege que o panorama começou a se alterar:

"He does so, analyzing asserting an identity statement on the basis of the inferences it licenses. In particular, in asserting an identity one licenses as truth preserving inter-substitution of the terms of that identity. **I regard the suggestion that asserting be explained in terms of inferring as the key to a correct understanding of assertion.**" (A, p. 639, grifo meu).

Com a proposta de vincular a asserção à inferência, Brandom analisa duas abordagens pós-fregeanas que discutiram o que torna uma inferência válida. A primeira, que ele atribui a Russell, Carnap e Tarski, sugere que "An inference is then correct just in case the truth conditions of its conclusion are a subset of the truth conditions of its premises" (A, p. 640). É a segunda proposta, porém, presente em Dewey e no segundo Wittgenstein, que Brandom considera promissora. Ela toma o conceito de "inferência" como uma prática social, como normas presentes em uma comunidade, e é a estratégia que será desenvolvida a seguir. Para compreendê-la, será útil analisar estratégias alternativas. MacFarlane (2011) sugere que as quatro abordagens contemporâneas mais comuns sobre asserção são: como a expressão de uma atitude, como um movimento em um jogo definido por regras, como a adição de informação a uma conversação ou como o reconhecimento de um compromisso. Começemos apresentando exemplos de abordagens do primeiro e terceiro tipo, cuja importância logo ficará clara.

Alguns teóricos definem a asserção em termos de movimentos válidos num jogo, por exemplo, Timothy Williamson (1996, p. 489), que a define como "a game and unlike the act of jumping is constituted by rules". Ou seja, uma sentença pode ser asserida se as regras que a autorizam são apropriadas. Caso sejam, o falante tem o direito (possui razões, evidências ou justificativas) de asserir, respeitando tais regras. Assim, as circunstâncias que autorizam a asserção são vistas como as regras do jogo, as

condições que especificam se a jogada pode ser realizada. Uma abordagem completamente distinta é oferecida por Stalnaker:

"I suggested that an assertion should be understood as a proposal to change the context by adding the content to the information presupposed. This is an account of the *force* of an assertion, and it respects the traditional distinction between the content and the force of a speech act. Propositional content is represented by a (possibly partial) function from possible worlds to truth-values; assertive force is represented by the way in which any such function is used to change the context that the speaker shares with those to whom he is speaking." (STALNAKER, 1999, pp. 10-1).

Stalnaker sugere entender a asserção como um ato de fala que pode alterar o contexto da prática linguística. Sua validade não depende de regras, como condições, mas do "efeito essencial", qual seja, "to change the presuppositions of the participants in the conversation by adding the content of what is asserted to what is presupposed" (STALNAKER, 1999, p. 86).

Ora, se Williamson valoriza os antecedentes usados para que uma sentença seja caracterizada como uma asserção, Stalnaker se preocupa com as consequências da sentença declarada. Ambas as explicações contém ensinamentos importantes, mas falham, na visão de Brandom, pois uma compreensão adequada da asserção precisa envolver os dois aspectos. De um lado, erram os que se focam exclusivamente no domínio prático das *circunstâncias* a partir das quais alguém tem o direito de proferir uma sentença – há sentenças que têm as mesmas circunstâncias de aplicação, mas consequências diferentes. De outro lado, também erra quem identifica a asserção somente com as *consequências* de aplicação, pois não se pode ignorar as condições para se aplicar conceitos – não se é capaz de saber o que se segue de uma declaração sem saber em quais situações é adequado aplicá-lo. Considerando estes fatores, a proposta de Brandom inspira-se no modelo de circunstâncias e consequências de Dummett (1981), já mencionado, especificando a asserção a partir de dois usos: como um conjunto de condições suficientes e outro de consequências necessárias. Ou seja, uma asserção é avaliada a partir de regras, que estabelecem quando ela pode ser corretamente executada, e de suas consequências, que estabelecem resultados ou expectativas. Adicionalmente, Brandom relaciona estas ideias ao jogo de dar e pedir por razões. Como o espaço lógico das razões demanda justificações e, ao mesmo tempo, exige uma articulação inferencial que implica em consequências, está montada a base para a

explicação da asserção como condições e consequências. Isto é, ao vincular o jogo assertivo ao jogo das razões, ficam estabelecidas suas exigências: justificação e reconhecimento das consequências inferenciais.

"Further, we should take account of the interaction of these two normative dimensions into which we have subdivided the undifferentiated notion of assertibility or appropriate assertion by asking also with what other claims the claim in question is incompatible. This structure gives broadly assertibilist semantic theories—those that seek to derive a notion of semantic content directly from the proprieties of use that are the subject matter in the first instance of pragmatics — a great deal more to work with." (AR, p. 196).

Portanto, a asserção passa a ser vista como um movimento que exige uma razão e, ao mesmo tempo, ela própria serve como uma razão, isto é, pelas regras do jogo racional, a asserção é aquilo que os usuários da linguagem podem aceitar ou oferecer como razões. Outra maneira de analisar a relação entre razão e asserção é focar na relação entre asserção e inferência. Vejamos.

Foi dito que o conteúdo conceitual é visto como o resultado de inferências. Assim, a função da asserção é disponibilizar tal resultado, e as práticas de uso que asseguram que uma sentença seja tratada como uma asserção são inferenciais. Isto é, alguém faz uma asserção se, e somente se, compreende que aquela sentença participa de uma estrutura construída em termos de permissões e incompatibilidades. Ela é mais do que um som, pois carrega consigo suas relações com as demais sentenças, relações que articulam o conteúdo. Como a asserção não é analisável fora da articulação inferencial de que participa, inferência e asserção são "dois lados da mesma moeda" e não podem ser completamente explicadas independentemente. Percebe-se, assim, um paralelismo funcional entre razão e asserção, explicado pelo conceito de "inferência". Voltaremos a isso abaixo.

Uma prática linguística deve ser assertiva e inferencial, contemplando circunstâncias e consequências da aplicação de conceitos. Para dar o próximo passo, analisaremos a asserção segundo o quarto tipo mencionado por MacFarlane (2011): a aquisição de um compromisso. Segundo MacFarlane, este tipo de caracterização tem suas raízes em Peirce, mas é encontrada também em Searle e Crispin Wright, além dele próprio. Para Peirce, a asserção envolve assumir uma responsabilidade, que ele compara àquela presente em leis morais e jurídicas. Num trecho muito conhecido, ele afirma o seguinte:

"If a man desires to assert anything very solemnly, he takes such steps as will enable him to go before a magistrate or notary and take a binding oath to it. Taking an oath is not mainly an event of the nature of a setting forth, *Vorstellung*, or representing. It is not mere saying, but is *doing*. The law, I believe, calls it an 'act'. At any rate, it would be followed by very real effects, in case the substance of what is asserted should be proved untrue. This ingredient, the assuming of responsibility, which is so prominent in solemn assertion, must be present in very genuine assertion." (PEIRCE, 1934, 5.546, p. 386).

Isto é, asserir é tomar uma responsabilidade com uma consequência, neste caso, "to assert a proposition is to make oneself responsible for its truth" (PEIRCE, 1934, 5.554, p. 384). Nota-se como esta afirmação se assemelha as palavras de Searle:

"An assertion is a (very special kind of) commitment to the truth of a proposition". (SEARLE, 1969, p. 29).

"In making an assertion we take *responsibility* for truth, sincerity, and evidence. And such responsibilities, like commitments in general, have the upward direction to fit. These responsibilities are met only if the world is such that the utterance is true, the speaker is sincere, and the speaker has evidence for the assertion." (SEARLE, 2001, pp. 175-6).

E como Brandom entende o compromisso expresso pela asserção? Ora, a asserção é o resultado de uma inferência que exige justificação e endosso. Pedir ou oferecer uma justificação é pedir ou oferecer uma garantia, fazer uma nova asserção que defenda, sustente ou explique a asserção original (expressar as condições inferenciais que a autorizam). Então, a justificação é um tipo de compromisso inferencialmente articulado tomado por quem asserir. Ao mesmo tempo, asserir exige endossar a asserção. Este endosso deve ser entendido como o compromisso com as consequências da asserção, o compromisso com o efeito de seu uso. Mais do que simplesmente compreender as inferências que são válidas, sustentando-as, a asserção envolve o compromisso com as consequências inferenciais assumidas ao asserir – por isso, como a adição de uma asserção à conversação exige um "compromisso consequencial", sentenças sem consequências são nulas. Tendo em vista estas duas ideias, Brando sugere que o "compromisso inferencial" é o compromisso das circunstâncias de aplicação de um conceito para suas consequências:

"The content of a concept such as temperature is, on this view, captured by the constellation of inferential commitments one undertakes in applying it: commitment, namely, to the propriety of all the inferences from any of its circumstances of appropriate application to any of its appropriate consequences of application" (*ISC*, p. 654).

Assim, nota-se que a estratégia de Brandom contempla várias ideias e envolve as condições e consequências de aplicação como a tomada de compromissos com os usos das sentenças. E todas estas ideias estão ligadas pelo conceito de "inferência", que explica a articulação do conteúdo da asserção ao determinar as relações sentenciais. Como consequência desta visão, vemos que a prática assertiva só é possível para criaturas sapientes, pois entender uma sentença como uma asserção requer seu domínio inferencial, em termos de compromissos assumidos com o conteúdo empregado. Um papagaio pode emitir o som "O céu é azul", mas não a asserção "O céu é azul", pois ele não assume quaisquer compromissos inferenciais com tal som. Entretanto, a capacidade de articulação inferencial da sentença é insuficiente para definir a prática assertiva. Não basta dominar as relações entre conteúdos, como uma habilidade puramente lógica. Como vimos, Brandom quer considerar a dimensão normativa, mostrar a relação entre os compromissos inferenciais assumidos nos usos dos conteúdos e as atitudes dos sujeitos. As inferências válidas, os compromissos que devem ser assumidos, são parte de uma prática social.

3.1.1. A DIMENSÃO SOCIAL DA PRÁTICA ASSERTIVA E INFERENCIAL

Brandom constrói seu modelo de asserção considerando tanto o que autoriza uma asserção quanto seu efeito. É preciso saber defender a asserção feita, mostrando as premissas de onde ela foi extraída, e olhar para as suas consequências. Este duplo movimento é uma maneira de afirmar que a asserção envolve a *responsabilidade* da justificação e o reconhecimento da *autoridade* de seus efeitos. Porém, como a asserção ocorre em contextos intersubjetivos, ela fica disponível para a avaliação de outros

usuários da linguagem. Assim, asserir uma sentença não é apenas garantir sua justificação e se comprometer com as suas consequências, mas autorizar os outros agentes a "consumirem" aquela sentença. Para entender este aspecto, convém avaliar, ainda que brevemente, o papel da justificação num contexto dialógico.

A justificação ocorre, na maior parte das vezes, quando solicitada, ou seja, se o interlocutor "desafia" o falante, exigindo dele um fundamento para uma sentença. Se este não consegue defendê-la, a sentença fica injustificada, suas consequências não são válidas. Esta constatação já mostra o reconhecimento de uma norma social da conversação: a aceitação de que os agentes linguísticos podem (e costumeiramente o fazem) exigir evidências para as asserções produzidas por outros agentes, que precisam ser capazes de defendê-las adequadamente. Ora, justificar é ser capaz de articular asserções de modo que a asserção original seja uma conclusão, isto é, as relações inferenciais determinam quais outras asserções justificam a asserção original. Neste sentido, uma asserção está justificada se o interlocutor reconhece a validade de tal articulação. Saber o que é justificar uma asserção é saber o que serve ou não como uma justificativa, entender o papel funcional que a justificativa desempenha na prática linguística. Então, o que torna uma justificação válida é seu uso adequado, que exige o domínio das relações inferenciais, sabendo usar os conteúdos segundo o modo como eles são usados e aceitos pela comunidade. Isto é, o entendimento da justificação depende dos demais usuários da linguagem, de suas práticas que instituem os usos dos conceitos.

"Our social practices [...] treat performances as appropriate and in accord with those practices until and unless some specific question is raised about them. Assertions are treated as in order, that is, as warranted, until challenged. Responding to such a challenge consists in producing further assertions whose contents are appropriately inferentially related to the original one. Each justifying consists of further assertings, which may themselves be challenged and stand in need of further justification." (A, p. 642).

Generalizando a ideia da justificação, podemos dizer que o torna uma asserção correta é aquilo que a comunidade trata como correto, suas atitudes de considerarem determinadas conexões conceituais como válidas ou inválidas. Qualquer movimento linguístico só deve ser aceito mediante o reconhecimento de tal articulação, estabelecida

socialmente. A asserção precisa ter uma autoridade intersubjetiva, pois o que a torna legítima é o modo como a comunidade está disposta a validar seu uso, respondendo a este uso de uma ou outra maneira. Ora, não são os significados dos conceitos que determinam as inferenciais válidas, mas as inferenciais que são consideradas (socialmente) adequadas é que determinam os usos dos conceitos. Claramente, a prática assertiva envolve uma dimensão interpessoal e crítica e, sendo assim, tem uma "significação social". Esta estrutura comunitária da articulação inferencial das sentenças também explica como alguém pode consumir uma asserção de um interlocutor, reutilizando-a ou asserindo uma de suas consequências; é o reconhecimento social da articulação conceitual que o autoriza.

Portanto, a asserção é um compromisso que, embora reconhecido por um sujeito, está sempre dentro de uma perspectiva social, de avaliação pública e normativa. Ela depende de regras inferenciais, tanto para justificar como para extrair consequências, que fazem parte das práticas de usos conceituais da comunidade e, por isso, conferem autoridade a tais regras. Este aspecto social pode ser contrastado, por exemplo, com o entendimento da asserção segundo o modelo de Grice. Segundo os primeiros trabalhos deste autor, que se tornaram bastante populares e influentes, ao asserir uma sentença o locutor tem a intenção de fazer a audiência compreender uma crença expressa pela sentença. Nota-se como esta ideia colide com a proposta de reconhecimento da articulação normativa estabelecida socialmente de Brandom.

"It is not the speaker's intention which brings about the desired effect, but the social convention or practice governing his remark. On both views the speaker puts forward his claim as one which has the significance of authorizing commitment to that claim on the part of others. The difference lies in whether the locus of authority and of commitment is viewed as internal and psychological or as constituted by public social practice" (A, p. 648).

3.2. STATUS E ATITUDES NORMATIVAS

A prática assertiva precisa contemplar as condições e as consequências da sentença declarada, considerando sua estrutura social e a prática de dar e pedir por razões. Mas como saber as ocasiões nas quais podemos afirmar que alguém está inserido em práticas

que atendem a estas exigências? Para responder a tal questão, iniciamos introduzindo dois conceitos: "compromissos" e "direitos".

Um compromisso (*commitment*) é um conceito para descrever aquilo que se endossa na utilização de um conteúdo conceitual, na forma proposicional, dentro de uma prática social. Comprometer-se com um conteúdo é assumir a responsabilidade por ele, tratando-o como articulado por relações inferenciais que impõem as consequências de sua aplicação. Podemos ilustrar a ideia pensando que a assinatura de um contrato, como uma prática já estabelecida, tem este sentido, ou que asserir "A casa é vermelha" exige assumir não somente o compromisso que "A casa é vermelha", mas suas consequências ("A casa é colorida", "A casa é não azul" etc.). O direito (*entitlement*)¹³, que também é um tipo de compromisso, é o conceito usado para descrever a autoridade de um compromisso assumido, e equivale às circunstâncias de aplicação ou as premissas que justificam um compromisso. Pensemos, como exemplo, num ambiente social em que um determinado papel autoriza seu proprietário a assistir a uma peça de teatro, ou quem asserir que "Há muitas nuvens escuras no céu" e fica autorizado a asserir "Vai chover" (a primeira sentença permite um direito à segunda). Então, justificar é demonstrar o direito a um compromisso, mostrando as premissas de onde ele foi tirado.

"So the overall claim is that the sense of endorsement that determines the force of assertional speech acts involves, at a minimum, a kind of *commitment* the speaker's *entitlement* to which is always potentially at issue. The assertible contents expressed by declarative sentences whose utterance can have this sort of force must accordingly be inferentially articulated along both normative dimensions. Downstream, they must have inferential *consequences*, commitment to which is entailed by commitment to the original content. Upstream, they must have inferential *antecedents*, relations to contents that can serve as premises from which entitlement to the original content can be inherited" (AR, pp. 193-4).

Estar comprometido é reconhecer o conteúdo expresso pela asserção e todas as suas relações consequências. Estar autorizado é estar justificado. Compromissos e direitos¹⁴ são *status* normativos que desempenham papéis na prática linguística. Ficou claro, porém, desde o princípio, que o objetivo é oferecer uma explicação da prática linguística em termos do que as pessoas fazem. Como o Capítulo 1 discutiu, *status* normativos são instituídos pelas atitudes sociais dos agentes linguísticos, eles não existem antes das pessoas agirem de um modo que os institua. Brandom considera que a

¹³Em geral, este trabalho traduz *entitlement* por "direito", embora muitas vezes "autorização" expresse melhor o sentido pretendido.

¹⁴Correspondendo aos conceitos normativos tradicionais de "permissão" e "obrigação", que Brandom redefine para evitar sua significação histórica e detalhes que não se aplicam à sua teoria.

atitude normativa fundamental é a atribuição de um compromisso. Pode-se fazer uma "atribuição" (*attributing*) de um compromisso a outra pessoa ou para si mesmo, neste último caso, "tomando" (*undertaking*) um compromisso. *Atribuir um compromisso* é a atitude prática de atribuição do conteúdo de um compromisso a um interlocutor, entendendo que ele deve endossar o compromisso a ele atribuído e assumir a responsabilidade de justificá-lo. Então, se eu ouço o ministro da economia afirmar que "O Brasil é um país sem problemas financeiros", posso atribuir a ele um compromisso dizendo, digamos, que "O ministro da economia acredita que o Brasil é um país sem problemas financeiros", e atribuindo-lhe a responsabilidade de justificar sua afirmação. Se ele for incapaz de fazê-lo, sua declaração não precisa ser aceita. *Tomar* (ou *assumir*) *um compromisso* é a atitude prática de atribuir a si mesmo um compromisso, fazendo algo que autorize um interlocutor a fazer-lhe uma atribuição. Por exemplo, se eu afirmo que "Cerveja faz mal à saúde", estou assumindo um compromisso com a minha afirmação ("Eu penso que cerveja faz mal à saúde") e autorizando meu interlocutor a atribuir a mim o compromisso correspondente, afirmando, por exemplo, que "Marcelo acredita que cerveja faz mal à saúde". Brandom chama de "I-Thou" a relação entre agentes atribuindo e tomando compromissos, e ela servirá de base para a explicação da prática de uso de conceitos. Por isso, é importante observar que falar de compromissos e direitos é falar nestas duas atitudes normativas, isto é, em atribuições ou tomadas de compromisso e direitos. Descrever uma prática dizendo que alguém está comprometido ou tem o direito ao uso de um conceito é dizer que ele adota uma destas atitudes. Vejamos em detalhes esta estrutura.

3.3. SCOREKEEPING

Qual estrutura uma prática de uso da linguagem precisa ter para ser considerada assertiva, no sentido acima, e poder ser descrita usando os conceitos normativos mencionados? O que alguém deve ser capaz de fazer, quais habilidades deve possuir, para se qualificar e se engajar em tal prática? Para responder a isto, Brandom recorre à

conhecida analogia com um jogo governado por regras. A ideia é que compromissos e direitos são os conceitos que podem ser usados para descrever as relações inferenciais atribuídas ou tomadas em um modelo idealizado de jogo linguístico e social, uma "prática deôntica".

Começemos com um exemplo apresentado em *MIE* como uma prática britânica do século XVIII. Quem recebia o *shilling* da rainha, das mãos de um oficial de justiça, deveria comprometer-se com o serviço militar. A prática estava garantida pelo compromisso que o oficial e o recrutado deveriam assumir na ocasião de entrega do *shilling*: o oficial atribuía ao recruta um compromisso, que o recruta deveria reconhecer como sendo atribuído a ele. Além disso, o oficial também tomava um compromisso, ao entregar a moeda, que lhe autorizava uma punição em caso de recusa por parte do recruta, isto é, o oficial reconhecia seu compromisso de punir o infrator, como uma consequência legítima da recusa do mesmo naquela circunstância. É interessante destacar a compreensão da sanção não como uma disposição ou um hábito, mas como um compromisso consequencial normativamente legítimo, instituído socialmente. O recruta é preso porque não se comprometer com o serviço militar, após receber o *shilling*, autoriza o oficial a uma consequência considerada correta naquele ambiente social. Esta é uma ideia que vimos no Capítulo 1, a de sanções internas, inseridas num sistema de atitudes e *status* normativos. Elas envolvem compromissos com uma estrutura de normas e com todas as suas consequências, são parte do sistema normativo que governa as práticas. Seres normativos agem segundo propriedades que especificam as consequências de suas atitudes, inclusive as punições cabíveis.

O exemplo do *shilling* introduz as ideias principais para elaborarmos um modelo de prática em termos de atitudes, *status* e sanções normativas. Brandom toma como ponto de partida David Lewis (1979), que desenvolveu um modelo de prática linguística como um "placar conversacional", inspirando-se no *baseball*. Usando a analogia e o vocabulário daquele jogo, Lewis sugere falarmos das regras ativas numa prática linguística pensando nos papéis que elas desempenham e que especificam como alterar o placar ou as que descrevem os comportamentos aceitáveis durante a partida. Segundo Lewis, com tais definições, é possível rastrear o placar e as jogadas válidas, ainda que a maioria destas regras sejam apenas implícitas. Brandom adapta o modelo de Lewis ao seu vocabulário normativo. A prática linguística deve ser vista como um jogo social em que se executam jogadas, na forma de asserções, que podem alterar o placar (alterar a

conversa). O *scorekeeping* é a atividade prática de se engajar no jogo, ou seja, dominar o jogo, ser um bom *scorekeeper*, é adotar as atitudes normativas adequadas, reconhecendo e atribuindo compromissos e direitos. Marca-se um ponto ao atribuir corretamente um *status* normativo a um jogador.

"In baseball the components of the score [*ball*, *strike* etc.] are defined in formal terms by the role they play in the process of keeping score — that is, their function in determining what count as correct play according to the kinematics of score, as codified in the score functions. So it is with the components of deontic score in terms of which linguistic practice is to be understood. The deontic statuses of commitment and entitlement are defined in formal terms by the way they can be used to keep track of the moves made in the game of giving and asking for reason — that is, their function in determining what counts as correct play according to the kinematics of score, as codified in the score function. In this way the notion of *commitment* in linguistic practice plays a role like that of *strike* in baseball: each is an artificial, scorekeeping device." (*MIE*, p. 183).

Inicialmente, podemos supor que cada jogador tem um conjunto de sentenças que ele está preparado para asserir, isto é, compromissos com os quais ele inicia o jogo. Imaginemos que ao lado de cada jogador exista uma caixa aonde seus compromissos vão sendo depositados. Como assumir um compromisso exige assumir suas consequências, os compromissos consequenciais também são adicionados à caixa. Estes compromissos são parte da pontuação do jogador. Dentro do jogo, no entanto, o jogador desempenha também o papel de *scorekeeper* em relação a seu interlocutor. Isto é, além de administrar os seus próprios compromissos, ele precisa estar atento aos do outro. Então, como cada jogador tem sua pontuação acompanhada por um interlocutor, ao lado de cada jogador há outra caixa de compromissos, controlados pelo *scorekeeper*. Quando o jogador faz uma asserção e assume um compromisso, o *scorekeeper* adiciona tal compromisso à caixa de compromissos daquele jogador, bem como suas consequências. Naturalmente, o jogador e o *scorekeeper* podem remover, a qualquer momento, os compromissos assumidos (no caso do jogador) e atribuídos (no caso do *scorekeeper*) — por exemplo, se um compromisso anteriormente aceito se mostrar inadequado após a adição de uma nova asserção ou se um compromisso assumido não for justificado.

Evidentemente, o jogador e o *scorekeeper* não precisam concordar sobre as relações inferenciais que cada um deles endossa, logo, eles não precisam considerar sempre os mesmos compromissos. Assim, há dois tipos de atribuição que um *scorekeeper* faz a um jogador: ele pode atribuir compromissos que o jogador reconhece

ou atribuir compromissos que ele, o *scorekeeper*, considera que o jogador deveria reconhecer, mas o jogador não reconhece. Em outras palavras, o jogador vê somente uma caixa de compromissos (a que ele atribui a si mesmo), mas o *scorekeeper* vê duas caixas (a que ele atribui ao jogador e a que o jogador atribui a si). Estas duas últimas caixas correspondem à diferença entre "tomar" e "reconhecer" um compromisso. Reconhecer um compromisso é atribuir um compromisso a si próprio, em uma perspectiva pessoal. Tomar um compromisso é assumir consequências que podem ir além da perspectiva individual, compromissos que o jogador não reconhece, mas deveria. Então, de fato, o jogo envolve como suas jogadas a atribuição, a tomada e o reconhecimento de compromissos.

Ora, além de ser desnecessário que dois interlocutores sejam capazes de fazer as mesmas inferenciais, não é exigido que um jogador domine todas as consequências inferenciais de uma asserção para jogar o jogo. Naturalmente, há compromissos que um jogador não reconhece, e deveria, e outros que ele reconhece sem estar autorizado ou como uma consequência indevida (por exemplo, "Dilma Rousseff é presidente da República, portanto, ela não precisa declarar imposto de renda"). Estas jogadas podem surgir durante o jogo. Ser um bom jogador envolve ser capaz de acompanhar estas jogadas, de rastrear os compromissos válidos e inválidos na perspectiva do jogador e do *scorekeeper*, "navegar entre perspectivas". Um exemplo inicial pode nos auxiliar. Suponha que A declare que "O líquido que está fervendo na panela é água". B, o interlocutor, ouve a declaração de A, olha a panela e, por reconhecer a validade da declaração, a endossa – alterando a pontuação de A ao atribuir-lhe o compromisso correspondente, como algo que A reconhece. Porém, B sabe que a água ferve a 100°C, então, ele pode especificar a declaração de A dizendo que "A acredita que o líquido que está fervendo na panela está a 100°C". Supondo que A não saiba qual é o ponto de fervura da água, então, esta última especificação, feita por B, é um compromisso que A deveria assumir, mesmo que ele não o reconheça. A assume que "O líquido que está fervendo na panela está a 100°C", mesmo sem saber que a água ferve a tal temperatura – no entanto, se ele crê que aquele líquido na panela é água, ele não poderá, por exemplo, dizer que "A água que está fervendo na panela está a 60°C", porque isso seria incompatível com o compromisso assumido de que aquilo fervendo na panela é água. Ou seja, há uma diferença entre compromissos que um jogador pode assumir e os compromissos que o *scorekeeper* pode atribuir ao jogador. Participar da conversação é

ser capaz de mapear estas diferenças (Isso ficará totalmente claro apenas quando analisarmos as atribuições de compromissos, no Capítulo 5).

No entanto, esta é uma descrição parcial do jogo, pois a prática assertiva inclui compromissos e, também, direitos. Então, o jogador e o *scorekeeper* mantém outra caixa, ao lado daquela de compromissos, com os direitos do jogador, suas autorizações a compromissos. Ora, um compromisso é adicionado quando o jogador assere ou como uma consequência do compromisso assertivo, mas não se adiciona diretamente um direito à caixa de direitos. Ele é adicionado a partir de um compromisso ou como uma consequência de outro direito já adicionado. Ou seja, quando um compromisso é assumido, um direito correspondente é adicionado à caixa de direitos. Evidentemente, um direito também pode ser questionado pelo *scorekeeper*, obrigando o jogador a justificá-lo ou a retirá-lo da caixa. Analogamente ao que ocorre com os compromissos, o *scorekeeper* pode distinguir entre os direitos que ele atribui ao jogador e os que o próprio jogador reconhece. Há, finalmente, um tipo de interação entre compromissos e direitos, que ocorre quando um compromisso impede um direito a outro. Ou seja, ocorre quando um compromisso colocado na caixa é incompatível com um direito da outra caixa, obrigando o jogador a mudar seus compromissos ou os seus direitos.

Deixando momentaneamente de lado o vocabulário normativo e esta descrição confusa, o que vemos é Brandom propor que a articulação inferencial entre as sentenças se dá de três maneiras: as relações que preservam os compromissos (*committive-inferential consequences* ou *commitment-preserving inferences*), as que preservam os direitos (*permissive-inferential consequences* ou *entitlement-preserving inferences*) e as incompatibilidades. As relações do primeiro tipo preservam os compromissos assumidos (como uma herança de compromissos), isto é, adquire-se um compromisso pela aceitação prévia de outro. Na inferência "São Paulo é maior que São Carlos, então, São Carlos é menor que São Paulo", o compromisso conceitual está sendo preservado, pois alguém comprometido com o uso de "maior" deve estar comprometido com o uso de "menor". O segundo tipo de relação pode ser visto como uma herança de direitos. Alguém autorizado a uma sentença tem como consequência o direito à outra, por exemplo, "O céu está carregado de nuvens negras, portanto, irá chover". Se alguém está autorizado a afirmar que "O céu está carregado de nuvens" (por exemplo, olhando para ele), tem o direito de afirmar que "Irá chover", mesmo que isso eventualmente não ocorra. A terceira relação é a de incompatibilidade, quando o compromisso com uma

sentença impede o direito à outra. Suponha dois conteúdos X e Y incompatíveis. Se alguém se compromete com X, precisa se comprometer com não Y. Assim, de certo modo, a incompatibilidade é um tipo de relação que também preserva o direito: se alguém está comprometido com o conteúdo X, tem o direito de não estar comprometido com o conteúdo Y. Se eu declaro que "Descarte era francês", devo me comprometer com a sentença "Descartes não era brasileiro". Estes três tipos de relações sentenciais formam a base da explicação técnica do *scorekeeping*. Tendo-as em vista, fica claro que cada nova asserção adicionada ao jogo pode alterar a estrutura de compromissos e direitos sendo tomados e atribuídos. No entanto, os compromissos e direitos são descritos a partir do que efetivamente os participantes fazem, que é reconhecer, tomar ou atribuir compromissos e direitos. São estas as jogadas que mudam o placar e alteram os compromissos e direitos sendo considerados. Voltaremos a isso. Antes, porém, analisemos um exemplo de *scorekeeping*.

3.3.1. UM EXEMPLO

Imaginemos uma conversa entre J e S. Pensemos, esquematicamente, que quando o jogador J faz uma asserção " Φ ", com um conteúdo Φ , ele:

- Atribui a sua caixa de compromissos o compromisso Φ e suas consequências. Exclui as incompatibilidades.
- Atribui os direitos correspondentes a Φ .

O *scorekeeper* S, por sua vez:

- Adiciona o compromisso Φ na caixa de compromissos de J, bem como suas consequências.
- Exclui os direitos da caixa de direitos de J que são incompatíveis com Φ . Adiciona a caixa de direitos de J os direitos que preservam os compromissos com os direitos que permaneceram na caixa de direitos de J.

- Adiciona aos direitos de J aqueles que preservam a herança de direitos em relação aos direitos que permaneceram na caixa de direitos de J.

Como J e S evoluem distintamente no jogo, segundo as relações inferenciais que cada um deles domina, e assumindo que J também é um *scorekeeper* em relação a S, não podemos nos esquecer, então, que eles também mantêm caixas para si mesmos e que tais caixas podem diferir das caixas dos seus interlocutores.

- Caixas mantidas por J: Compromissos que J reconhece. Direitos que J reconhece. Compromissos que S reconhece. Direitos que S reconhece. Compromissos que S deveria reconhecer. Direitos que S deveria reconhecer.
- Caixas mantidas por S: Compromissos que S reconhece. Direitos que S reconhece. Compromissos que J reconhece. Direitos que J reconhece. Compromissos que J deveria reconhecer. Direitos que J deveria reconhecer.

Agora, vamos imaginar que quando J e S começaram a conversar, J havia dito a S que seu cachorro estava preso no jardim (Ψ). S acreditou em J, mas permaneceu calado, pois havia notado que o portão do jardim estava aberto. Minutos depois, o assunto é retomado com J afirmando, surpreso:

"Meu cachorro está na rua" (" Φ ")

Ao asserir " Φ ", J reconhece Φ e o adiciona aos seus compromissos, bem como as consequências dedutivas de Φ que ele reconhece (por exemplo, "Thor está na rua" ou "Um animal de quatro patas está na rua", "Meu cachorro não está no jardim"). Então, J adiciona a sua própria caixa os direitos correspondentes a Φ (por exemplo, "O portão está aberto"). J também exclui de sua lista o compromisso com o conteúdo Ψ , que se tornou incompatível com a nova asserção " Φ ".

Como S entende e endossa Φ (por exemplo, por também estar vendo o cachorro na rua), ele atribui o compromisso Φ à caixa de compromissos reconhecidos por J. Em seguida, S atribui a J os compromissos que são consequenciais dedutivas de Φ , que J deveria tomar ("Um animal de quatro patas está na rua", "Um mamífero está na rua", "Um animal perigoso está na rua" e "O cachorro não está no jardim"). Então, S adiciona os direitos correspondentes que J deveria reconhecer ("O cachorro pulou o muro").

Pensemos que, em seguida, J declare que "O portão está aberto" (" Ω ").

Assim, J reconhece " Ω " e adiciona Ω aos seus compromissos, bem como as consequências de Ω que ele reconhece ("Minha filha deixou o portão aberto", "Minha filha é descuidada", "Aquela menina não tem juízo" etc.). Então, J adiciona os seus direitos correspondentes a Ω ("Minha filha saiu de bicicleta", "Não está mais chovendo", "A meteorologia sempre erra). J também exclui de sua lista de compromissos um compromisso anterior que ele havia assumido ("Minha filha está dormindo"). Por sua vez, S não endossa Ω , pois ele havia visto o cachorro pular o muro. Então, diante da nova declaração " Ω ", ele atribui a J o compromisso Ω como algo que J reconhece, mas não como algo que ele próprio S reconhece. Nesse caso, S pode desafiar J a explicar por que ele acredita que o cachorro saiu pelo portão (questionar o direito de J a Ω) ou simplesmente adicionar uma asserção nova a conversação ("Quando cheguei o cachorro estava na rua"). Vale notar como o mapeamento dos compromissos não é o mesmo em J e S. Eles extraem consequências dedutivas e indutivas diferentes de Ψ , Φ e Ω , devido ao conjunto de premissas que cada um deles possui (S sabia que o cachorro não estava no jardim, J sabia o nome do cachorro, S considera que cachorros são animais perigosos etc.).

É notório que este exemplo é muito simples quando comparado à complexidade de um diálogo completo e o detalhamento de todas as inferências sendo feitas a cada momento (a dinâmica de inserir e retirar compromissos e direitos das caixas dos jogadores a cada instante). De fato, parece impossível tal descrição, e o objetivo foi apenas ilustrar o modelo, mostrando que ele envolve perspectiva. Entretanto, é possível observar como os conteúdos sendo asseridos vão determinando as atitudes dos participantes, ou seja, como o papel inferencial das sentenças proferidas altera o que os praticantes fazem. Tanto J quanto S "consultam" seus compromissos e direitos, respeitando as relações conceituais que eles dominam, de modo a determinar o que eles podem tomar, atribuir ou reconhecer como relações conceituais na conversação. S, por exemplo, não assume o compromisso com " Ω ", e o que ele faz, neste caso, é a atitude de não reconhecer " Ω ". Obviamente, J e S não precisam manter caixas, adicionar e remover compromissos e direitos a elas, saber explicitar as atitudes que estão tomando, saber como está o placar etc. Tudo o que eles precisam fazer é explicitar seus compromissos, asserindo, e serem capazes de navegar através dos conteúdos fazendo

inferências. Somos nós, como teóricos externos observando e tentando descrever a prática linguística de J e S, que precisamos ser capazes de fazermos isso, de explicitar compromissos e as atitudes de J e S. Em outras palavras, somos nós, os teóricos interpretando a conversação do ponto de vista externo, que podemos, usando um metavocabulário, acompanhamos a evolução do placar e tratarmos seus jogadores atribuindo-lhe explicitamente certas atitudes. Nós, os intérpretes externos, usamos um vocabulário desenvolvido para tal finalidade e o aplicamos a prática de J e S, tentando descrevê-la. Esta observação não é trivial e será fundamental no desfecho deste trabalho. No momento, porém, temos muito que discutir sobre a dimensão pragmática, normativa, intersubjetiva e racional do modelo de *scorekeeping*.

3.4. A DIMENSÃO PRAGMÁTICA E NORMATIVA

Uma questão que permanece diz respeito à relação entre conteúdo e prática. Como, exatamente, o modelo explica que a semântica responde à pragmática?

A asserção é o reconhecimento de um compromisso com o uso de uma sentença. Seu papel depende das inferências que constituem tal uso, segundo as relações inferenciais assumidas. Mas avaliar um compromisso é avaliar o posicionamento prático dos participantes. Isto é, compromissos e direitos são rastreados a partir das atitudes desempenhadas pelos agentes, eles são mapeados segundo o modo como os participantes do jogo linguístico agem. Portanto, explicar o conteúdo de uma sentença é explicar as propriedades inferenciais que governam seu uso no contexto de uma prática social descrita em termos das atitudes realmente desempenhadas. Por isso, o *scorekeeping* é essencialmente um "fazer algo", onde se avalia publicamente as ações dos envolvidos diante dos *status* normativos. Ora, cada uma destas atitudes altera a prática porque cada sentença se relaciona com outras. Então, o sentido pragmático do jogo deve ser entendido como a "força" que a asserção tem de alterar o placar, de ser a responsável pelas transformações que vão ocorrendo na estrutura de compromissos e

direitos dos envolvidos. Ela é imprescindível na medida em que uma atitude altera a sequência da prática, modifica suas consequências. Ou seja, dada a força assertiva, pode-se usar uma sentença para mudar as atitudes dos jogadores, pois toda vez que uma asserção é introduzida uma reação prática é esperada.

Neste sentido, a asserção deve ser compreendida em termos da força pragmática que determina suas propriedades de uso e que estão associados às atitudes dos agentes. A partir de três tipos de relações sentenciais, as jogadas da linguagem vão sendo considerados válidas ou inválidas, alterando as atitudes dos jogadores diante delas, isto é, diante dos conteúdos que elas expressam. Então, são as atitudes dos jogadores frente a tais jogadas que determinam o que é considerado correto, o próprio *uso* das sentenças é que determina como elas devem ser usadas para terem um conteúdo associado a elas. Uma vez que a articulação de asserções é inferencial, são as relações inferenciais, portanto, ao determinar as relações entre todas as sentenças da linguagem, que articulam os compromissos e direitos do sujeito. Ou seja, a articulação inferencial de sentenças é, na verdade, a articulação inferencial de *status* normativos. Portanto, "inferência" é o conceito que relaciona o conteúdo sentencial à força pragmática, ao efeito da asserção, ao autorizar atitudes inferencialmente relacionadas. Deste modo, a prática linguística consiste numa série de atitudes normativas que instituem as inferências que regulam os compromissos e direitos sendo preservados e transferidos entre os jogadores. São as práticas que instituem as normas que regulam os usos dos conteúdos conceituais porque obrigam os participantes a assumirem as relações inferenciais das sentenças que produzem, articulando, assim, seu conteúdo. Assim, como almejado, essa é a explicação de como os *status* normativos são instituídos pela articulação inferencial das práticas racionais dos agentes, pelo conjunto de atitudes de atribuição e tomada de compromissos.

"For not only can propositional semantic contents be understood as inferential roles, but proprieties of inference can be made sense of pragmatically, and specifically assertional significance can be understood in terms of them." (*MIE*, p. 189).

"Understanding the content of a speech act or a belief is being able to accord the performance of that speech act or the acquisition of that belief the proper practical significance – knowing how it would change the score in various contexts. Semantic, that is to begin with, inferential, relations are to be understood in terms of this sort of pragmatic scorekeeping." (*AR*, pp. 165-6).

A asserção desempenha um papel prático porque seu uso modifica a conversação, sua significação afeta a prática social, alterando as atitudes dos participantes. Mas uma conversa não é mudada aleatoriamente; ela muda segundo as regras que determinam as relações entre sentenças. O compromisso assertivo, que envolve o compromisso com os usos de conceitos, é *normativo*, ou seja, o *scorekeeping* tem uma característica normativa sem a qual ele não é propriamente um jogo. Esse entendimento normativo do uso de conceitos, segundo Brandom, é uma das diferenças entre Descartes e Kant:

"Cartesians think of concepts as something like mental particulars. The principal question about them concerns the thinker's grasp of them: how well do we really understand them. Kantians think of concepts rather as norms or rules that bind those who apply them, determining what would count as a correct judgment in which they are applied, or a successful intention in which they were applied." (*ISC*, pp. 668-9).

Para os kantianos, a questão principal é como os conceitos limitam os comportamentos racionais. Em termos linguísticos, a questão poderia ser formulada assim: como aplicar um conceito numa sentença e ser avaliado publicamente por isso?

Como vimos, a resposta foi considerar a contagem de pontos em um jogo. O jogador, a cada instante, tem um placar que, dentro do jogo, possui um "significado": ele obriga o jogador a fazer alguns movimentos, impede-o de fazer outros, autoriza-o, sem obrigá-lo, a outros tantos, e assim por diante. Todos estes movimentos respeitam regras, isto é, os conteúdos conceituais são governados por normas, que são as propriedades de inferenciais que estão implícitas na prática social – solução adequada à interpretação que Brandom faz de Wittgenstein, discutida anteriormente – e que leva seus agentes a tratarem algumas performances como corretas e outras como incorretas. O *scorekeeping* (ou a prática de dar e pedir por razões), só faz sentido se seus praticantes puderem ser avaliados como autorizados ou desautorizados ao usarem conteúdos. Eles devem ser capazes de responder praticamente por aqueles conteúdos que estão sendo analisados nas relações linguísticas e que envolvem as normas de uso de conceitos naquela comunidade.

A prática linguística requer a distinção entre aquilo para o qual se está autorizado ou não se está, distinção ela mesma feita em termos normativos. Porém, nem todas as regras precisam ser conhecidas para se utilizar conceitos e se engajar em uma prática

assertiva. Posso jogar *baseball* conhecendo somente as regras básicas e sendo sancionado quando eu infringir alguma regra ignorada, mas que outros jogadores conheçam e sigam. Ou seja, as regras do jogo podem ir além das regras que eu reconheço, os compromissos que deveriam ser tomados superam os compromissos efetivamente reconhecidos. Entretanto, mesmo neste caso, as regras estão lá, ativas. Transpondo esta ideia para o jogo assertivo, logo se percebe que não é necessário que eu saiba, por exemplo, todas as inferências consideradas válidas com a sentença "Wittgenstein declarou-se um não behaviorista" para eu me engajar em uma conversa sobre Wittgenstein. Posso não saber se ele trata do assunto nas *Investigações Filosóficas* ou posso supor, sem saber como justificar, que ele leu Ryle ou Watson e, ainda assim, ser capaz de executar outras inferências que serão consideradas adequadas por meus interlocutores. Em todo caso, o meu uso de "Wittgenstein declarou-se um não behaviorista" estará sujeito às regras que podem ultrapassar meu conhecimento delas, indo muito além das inferências que eu posso fazer. Então, mesmo admitindo que os jogadores possam extrair conclusões muito diferentes dos mesmos conteúdos, todos são restringidos pelas mesmas regras conceituais. Se os jogadores têm usos diferentes para sentenças envolvendo "Wittgenstein" e "behaviorista", isso não altera o que se segue objetivamente de "Wittgenstein" e de "behaviorista", como veremos nos Capítulos 5 e 6.

3.5. INFERÊNCIA, ASSERÇÃO E RAZÃO

Começamos este capítulo desenvolvendo uma explicação da asserção. Poderíamos, caso quiséssemos, ter iniciado com a análise do *scorekeeping* e, em seguida, ter introduzido a exigência de que este modelo contenha asserções. Isto seria possível porque a prática assertiva e o *scorekeeping* têm a mesma estrutura, são duas maneiras de descrever a prática de dar e pedir por razões. Ou seja, ambas ocorrem num espaço lógico que demanda justificações e impõe consequências. Na prática assertiva, quem asseire deve compreender o que justifica a sua asserção e aquilo que a sua asserção justifica. A

prática discursiva, por sua vez, envolve compromissos e atribuições de compromissos, e depende da capacidade dos jogadores de sustentar os compromissos e reconhecer seus direitos. A estrutura é única. Sustentar um compromisso/asserção é saber quais outros compromissos/asserções o autorizam. Compreender as consequências de um compromisso/asserção é compreender quais outros compromissos/asserções aquele compromisso/asserção justifica. Portanto, falar de compromissos ou de asserções é falar em ser capaz de dar e pedir por razões, saber quais são as razões para um compromisso ou uma asserção e quando um compromisso ou asserção podem ser oferecidos como uma razão. Então, o *scorekeeping* poderia ser pensado como a prática de uso da linguagem que oferece razões, como resultados de inferências, comunicadas na forma de asserções. "Inferências", "asserções" e "razões" são conceitos "primos", que mostram diferentes aspectos de uma mesma prática. Quando se afirma uma sentença com a exigência para que ela seja considerada uma asserção, ela toma o sentido de uma razão, aquilo que os praticantes podem aceitar ou oferecer como razões numa prática racional.

Ora, outras práticas de uso da linguagem podem envolver as ideias de justificação e consequência. Porém, ao vincular seu modelo ao jogo de dar e pedir por razões, de Sellars, Brandom está mostrando que a prática assertiva precisa estar relacionada à capacidade de inferir, de articular inferencialmente as razões que são dadas e exigidas na conversação. Assim, examinar a relação entre asserção, inferência e razão é reafirmar as características do espaço das razões, como o espaço de justificação e endosso das sentenças que nele ocorrem. Portanto, o modelo apresentado pode perfeitamente ser visto como um desenvolvimento do "funcionamento" do espaço das razões, uma prática assertiva especificada no interior de uma discursiva (ou, a mesma prática especificada de outro ponto de vista, se preferirmos). Assim, o que vimos, na verdade, é Brandom explicar o que é estar em uma posição no espaço das razões, em termos de compromissos e direitos a estes compromissos. Ocupar uma posição neste espaço, nesta explicação, é dominar as relações inferenciais entre conteúdos, que podem ser expressos por asserções. Estar no espaço das razões é, primeiro, assumir um compromisso e, segundo, herdar o seu direito a ele de outro compromisso. Quando estas duas exigências são satisfeitas, o compromisso tanto pode servir como uma razão como exigir uma razão. Fazer isso é tomar a asserção como demarcando uma posição no espaço das razões e Brandom, assim, mostra como uma prática linguística e social pode dar sentido à noção originalmente pensada por Sellars de dar e pedir por razões. Por

isso, convêm frisar que a prática de asserir é uma prática articulada por relações inferenciais entre razões, relações que são *racionais*, que articulam os conteúdos de performances consideradas racionais. Asserir e inferir é jogar o jogo de dar e pedir por razões. Voltaremos ao assunto no capítulo final. No momento, porém, vamos analisar a dinâmica do jogo deôntico de uma terceira forma: a epistemológica.

"Practitioners who can produce and consume assertions are *linguistic* beings. Practitioners who can produce and consume reasons are *rational* beings. Practitioners who can produce and consume knowledge claims are *cognitive* beings. On the account presented here, these are three ways of talking about the same practices and the same capacities." (*MIE*, p. 203)¹⁵.

A aplicação conceitual é sempre explicada em termos de compromissos que exigem justificativas inferenciais. Segundo Brandom, uma atribuição de compromisso também pode ser descrita como uma atribuição de conhecimento, ou, dito de outra forma, o conhecimento pode ser visto como a estrutura que envolve as perspectivas de atribuir e reconhecer compromissos. Portanto, a prática assertiva não precisa ser entendida apenas como o jogo de dar e pedir por razões, mas, também, como o "jogo de dar e pedir por declarações de conhecimento", isto é, oferecer e defender declarações que expressem conhecimento. Segundo Brandom (*MIE*, *RP*), explicar a prática linguística em termos de atribuições de conhecimento é fundamental por permitir que aquilo sendo atribuído seja considerado válido e possa ser empregada como premissa de inferências de *qualquer* pessoa. Isto é, há bons motivos para endossar declarações que expressem conhecimento, pois, como consequência, pode-se usá-los para construir com segurança as próprias declarações.

Acompanhando Sellars, Brandom propõe que aquilo que alguém atribui, numa atribuição de conhecimento, deve ser entendido a partir do modelo clássico de "crença verdadeira justificada" (*MIE*, *AR*, *RP*, *TSAI*). Atribuir conhecimento é atribuir uma crença verdadeira justificada, porém, para entendermos o que isso quer dizer em termos do jogo deôntico, precisamos analisar o que alguém está fazendo quando atribui conhecimento. Segundo Brandom, atribuir uma crença verdadeira justificada é adotar três atitudes práticas: atribuir um compromisso com um conteúdo proposicional (crença), reconhecer o direito a ele por parte da pessoa para quem a crença está sendo atribuída (reconhecer que ele pode justificá-la) e endossar a mesma crença sendo

¹⁵ Um "ser lógico" será discutido no Capítulo 6.

atribuída (atribuí-la a para si, considerando-a verdadeira). Assim, o que vemos é a utilização da mesma estratégia usada para explicar a prática linguística na descrição epistemológica do *scorekeeping*. Atribuir conhecimento é atribuir compromissos, é atribuir credibilidade ao uso de um conteúdo conceitual a partir das atitudes normativas que um sujeito pode desempenhar.

3.6. PERCEPÇÃO E AÇÃO

O *scorekeeping* pode ser analisado em termos de asserções, de razões ou de conhecimento. O que todas as três descrições têm em comum, além da estrutura de funcionamento, é a centralidade do conceito de "inferência", pois, até aqui, descreveu-se o modelo de práticas deônticas destacando suas propriedades inferenciais. Porém, uma ideia importante, mencionada antes, é que uma prática verdadeiramente discursiva deve contemplar as circunstâncias e as consequências *não inferenciais* da aplicação de conceitos. Portanto, é preciso enriquecer o modelo, adicionando a análise dos conteúdos empíricos (percepção) e práticos (ação). Sem estes dois componentes, o *scorekeeping* teria pouca utilidade, explica Brandom, pois estaria muito distante do funcionamento efetivo das linguagens naturais.

Sellars (2007, *Some Reflections on Language Games e Meaning as Functional Classification*) defendeu que há três tipos de movimentos que tornam possível o domínio de ações linguísticas e não linguísticas: movimentos de entrada, intralinguísticos e de saída, que correspondem, respectivamente, à percepção, inferência e volição. As transições de entrada estão relacionadas às declarações não inferenciais de relatos observacionais, enquanto as transições de saída consistem em ações. Os movimentos intralinguísticos são aqueles realizados somente entre sentenças.

- "(1) Language Entry Transitions: The speaker responds to objects in perceptual situations, and in certain states of himself, with appropriate linguistic activity.
(2) Intra-linguistic Moves: The speaker's linguistic conceptual episodes tend to occur in patterns of valid inference (theoretical and practical), and tend not to occur in patterns which violate logical principles.
(3) Language Departure Transitions: The speaker responds to such linguistic conceptual episodes as 'I will now raise my hand' with an upward motion of the hand, etc."
(SELLARS, 2007, MEANING AS FUNCTIONAL CLASSIFICATION, pp. 87-8).

Ao contrário dos movimentos intralinguísticos, que ocorrem exclusivamente dentro da linguagem, alguém inserido numa ambiente social adquire, por treinamento, padrões de comportamento que podem ocorrer em situações não linguísticas, como estímulos de entrada ou respostas práticas de saída. Na percepção, responde-se a uma situação não linguística e não inferencial adotando uma posição no jogo linguístico. Na ação, adota-se uma atitude não linguística e não inferencial a partir de uma posição no jogo linguístico.

Brandom acompanha Sellars, mas reformula a discussão segundo seu próprio vocabulário normativo. Nas situações de entrada da linguagem, aprende-se a reagir não inferencialmente a certas circunstâncias pelo reconhecimento de determinados compromissos. Por exemplo, um observador treinado responde a presença de um objeto vermelho reconhecendo o compromisso de que ele vê um objeto vermelho, compromisso determinado pelos estímulos recebidos (sua disposição a responder a objetos) e pelas conexões inferenciais entre o estímulo e seus outros compromissos. Por analogia, pode-se estender a explicação às transições de saída: ações intencionais também são o reconhecimento de compromissos, manifestados na produção de ações práticas¹⁶. Assim, as dimensões empíricas e práticas são explicadas pelo tomada de compromissos, que servem como razões mesmo em situações não inferenciais. Ou seja, conteúdos conceituais relacionados às situações de entrada e saída da linguagem relacionam, no primeiro caso, estados de coisas e objetos que elicitam o reconhecimento de compromissos e, no segundo caso, ações práticas que são elicitadas por tais compromissos. Ou seja, tanto a percepção quanto a ação intencional envolvem componente causais e inferenciais. A dimensão causal é dada pela resposta confiável ao *input* não inferencial, no caso de relatos empíricos, e a própria ação, no caso da prática

¹⁶ Então, o vocabulário intencional é explicado em termos do vocabulário normativo. Compromissos que se manifestam linguisticamente correspondem ao vocabulário intencional tradicional de "crenças" e os que se manifestam praticamente, às "intenções".

intencional. A dimensão inferencial significa que o *input* ou o *output* devem participar do jogo de dar e pedir por razões – o *input* precisa ser inserido no espaço lógico e o *output* originou-se dele. Como resultado, a prática discursiva sendo descrita neste trabalho, ao envolver entradas e saídas, relacionam a linguagem ao mundo, elas "are solid (even lumpy), in that they involve actual objects and states of affairs, as well as the deontic statuses in terms of which score is kept" (*MIE*, p. 632). Não iremos nos aprofundar nesse assunto no momento, porque ele será tratado adiante.

CONCLUSÃO

O objetivo principal deste capítulo foi discutir as condições suficientes para descrever uma prática normativa inferencialmente articulada. A prática examinada tem como elementos centrais a asserção e o reconhecimento de circunstâncias de aplicação válidas e suas consequenciais adequadas. A asserção é o movimento fundamental da linguagem, pois envolve um compromisso com um conteúdo e suas implicações, bem como a necessidade de justificá-la, mostrando as premissas de onde ela saiu. Para isso ser possível, no entanto, a asserção precisa se vista como a contraparte de uma inferência. Ou seja, asserir exige o domínio prático das relações inferenciais que envolvem as sentenças sendo proferidas como asserções. Também foi crucial observar que a prática assertiva pode ser considerada uma instanciação do jogo de dar e pedir por razões. Como razões exigem justificações e implicam em consequências, nas regras do jogo das razões, a asserção pode ser vista como aquilo que os usuários da linguagem podem aceitar ou oferecer como tal. A conclusão é que performances linguísticas que contam como tendo conteúdos assertivos inferencialmente articulados podem ser vistos como racionais, performances em que as sentenças podem ser usadas como razões e para as quais, portanto, razões podem vir a ser solicitadas.

A estrutura básica da prática deôntica inclui a declaração de uma asserção e sua justificação, bem como sua aceitação ou recusa por parte do interlocutor. Quando uma asserção é feita, demanda justificação e exige compromissos consequenciais, ficando sujeita a aplicação de sanções, também entendidas normativamente. Deste modo, uma asserção tem um efeito na conversa. Tal significação pragmática é o modo como as asserções alteram a conversação, em função das consequências de seu uso. Assim, embora a prática linguística possa ser descrita em termos dos compromissos e direitos, ela é corretamente entendida em termos das atitudes desempenhadas, o que os agentes linguísticos fazem quando produzem e consomem asserções.

Embora o foco deste capítulo tenha sido os compromissos envolvidos em asserções, preocupou-se em oferecer, adicionalmente, uma explicação das circunstâncias não linguísticas pelas quais alguém está autorizado a um relato inferencial. O modelo de *scorekeeping* foi ampliado para contemplar os compromissos tomados e reconhecidos na percepção e na ação prática intencional. Isso é possível porque podemos usar as mesmas noções de compromissos normativos para entender os conteúdos de declarações associadas às entradas e as saídas do jogo de dar e pedir por razões.

É interessante observar que a explicação da normatividade tratada neste capítulo é um desenvolvimento teórico dos conceitos desenvolvidos no capítulo inicial, mesclados à semântica discutida no segundo capítulo. Aceitar uma asserção como correta e justificada ou como uma razão é reconhecer que ela seguiu as normas que a autorizam. Nada se avançou, porém, em relação à discussão sobre a origem da normatividade e as questões correlatas, levantadas anteriormente, como o reducionismo e a circularidade. Isto é, a prática aqui descrita mostra como podemos entender as ideias contidas nos capítulos 1 e 2, mas não oferece subsídios para solucionar as ameaças que se impuseram. Outra conclusão importante deste capítulo é que o uso do vocabulário intencional, segundo Brandom, é análogo à capacidade de um usuário da linguagem tem de descrever um fato empírico. Ações intencionais são expressões do reconhecimento (atitudes, portanto) de certos compromissos deônticos. Por isso, não precisamos do vocabulário intencional, mas do normativo. Assim, as conclusões deste capítulo apenas reforçam as premissas iniciais de um entendimento da conduta humana priorizando sua explicação normativa e adequando-o à articulação inferencial dos conteúdos. Agir normativamente é inseparável da capacidade de manusear os conteúdos conceituais em

termos de inferências. Tendo isto em mente, o que os próximos capítulos farão é mostrar e desenvolver novas características da prática do *scorekeeping*, de modo que ele possa ser detalhado e permita uma avaliação mais precisa do que está sendo proposto.

CAPÍTULO 4 – A SEMÂNTICA DE TERMOS SUBSENTENCIAIS

Nos capítulos anteriores, discutiu-se o conteúdo conceitual sempre em sua forma proposicional, aquilo que pode servir como premissa ou conclusão de uma inferência. Tratar do conteúdo de sentenças é explicar o primeiro nível da semântica de três níveis que Brandom denomina ISA (Inferência, Substituição e Anáfora). Entretanto, há diversas categorias linguísticas que significam algo, mas, não sendo sentenças, não podem ser explicadas deste mesmo modo. Termos singulares, por exemplo, não são proposições e não se pode inferir diretamente com eles. Assim, se já se mostrou como a prática deôntica se relaciona a uma semântica inferencialista sentencial, falta complementá-la com uma semântica inferencialista subsentencial, o que faremos a seguir, discutindo os dois últimos níveis da semântica ISA.

INTRODUÇÃO

A prática assertiva descrita no Capítulo 3 não exige uma explicação teórica dos termos *subsenciais*. Ou seja, é possível produzir e consumir sentenças, segundo as especificações do jogo deôntico, sem a necessidade da compreensão semântica de partes de sentenças. Então, se cada lance no jogo envolve uma sentença completa, por que descer de nível? Ao fazer isso, Brandom busca solucionar duas questões fundamentais que desafiam qualquer teoria da linguagem. O principal problema semântico que a introdução da análise subsentencial visa resolver é o de novas sentenças, explicar a infinidade de sentenças inéditas que um agente linguístico pode produzir e consumir. De fato, mesmo que seja viável participar do *scorekeeping* somente usando sentenças, parece claramente improvável fazê-lo sem essa habilidade da formação de novas sentenças. O segundo problema que este capítulo tenta solucionar é a exigência semântica de explicar como dois termos distintos podem ter o mesmo conteúdo ("José é

advogado" e "*Ele* [apontando para José] é advogado") e como dois termos idênticos podem ter conteúdos diferentes ("Não gosto desta *manga*", que poderia ser sobre uma fruta ou parte do vestuário).

Evidentemente, uma abordagem inferencialista genuína não pode contar com uma explicação não inferencial – referencial, por exemplo – para as duas questões acima. Portanto, o desafio é conciliar a *prioridade* semântica da sentença com a constatação óbvia que partículas sentenciais podem ter significados e que tal significado precisa ser adequado à estratégia inferencial. A seguir, veremos que o primeiro problema é resolvido recorrendo-se à decomposição e recomposição usando o conceito de "substituição", e o segundo é explicado pelo conceito de "anáfora".

4.1. SUBSTITUIÇÃO

O inferencialismo semântico desenvolvido por Brandom assume que a semântica deve responder à pragmática. A análise da significação começa com a "força pragmática" de um ato de fala que tem a capacidade de alterar a conversação. Como o ato de fala sendo considerado é a asserção, naturalmente, está consolidada a prioridade da sentença sobre suas partes. Sem sentença não há prática linguística, pois ela é parte essencial do que é usar a linguagem para alterar os compromissos normativos dos participantes. Ora, os termos subsentenciais não têm esta força, palavras isoladas não alteram a conversação, no sentido discutido. Em consequência disto, elas não podem ter o mesmo tipo de conteúdo semântico que as asserções. Ainda assim, mesmo que não apareçam diretamente na prática de dar e pedir por razões, é lícito perguntar: o que são expressões subsentenciais e por que eles existem? Quais requisitos de uso (condições e consequências) são suficientes para que um termo subsentencial tenha um "conteúdo semântico"?

Brandom considera que sua explicação para estas indagações é inspirada (novamente) no jovem Frege, que teria adotado uma análise inferencialista para o conteúdo de tais expressões propondo o conceito de "substituição".

"A pair of sentences may be said to have the same pragmatic potential if across the whole variety of possible contexts their utterances would be speech acts with the same pragmatic significant (Fregean force)". (MIE. p. 129).

A ideia de "substituição" sugere que a maneira como as sentenças se relacionam umas com as outras não é alterado por substituições equivalentes. Então, duas partes de sentenças com o mesmo conteúdo, se intercambiadas, preservam a validade das inferências em que participam. Ou seja, duas expressões subsentenciais são equivalentes se a substituição de uma pela outra não altera o potencial inferencial das sentenças nas quais os termos estão sendo substituídos. As sentenças têm um uso na prática linguística e uma substituição adequada mantém este uso, conserva o papel funcional da sentença em que ocorre a substituição. Consideremos a inferência abaixo:

"'Érico Veríssimo é o autor de *O Tempo e o Vento*' então 'O pai de Luis Fernando Veríssimo é o autor de *O Tempo e o Vento*'".

A inferência de "Érico Veríssimo é o autor de *O Tempo e o Vento*" (1) para "O pai de Luis Fernando Veríssimo é o autor de *O Tempo e o Vento*" (2) é válida, uma vez que a substituição de "Érico Veríssimo" por "O pai de Luis Fernando Veríssimo" preserva o potencial inferencial de "{ } é o autor de *O Tempo e o Vento*". A "inferência de substituição" de (1) para (2) é obtida aplicando uma substituição na qual "Érico Veríssimo" e "O pai de Luis Fernando Veríssimo" são consideradas "variantes substitucionais". Segundo Brandom, o conjunto de substituições que mantém o potencial inferencial de uma sentença é o que confere às expressões substitutivas o seu papel inferencial "indireto".

Para explicar esta ideia segundo a prática deôntica, Brandom adota o conceito de "compromisso substitucional", por exemplo, o compromisso tomado com a inferência de (1) para (2). Uma substituição é válida se preservar os compromissos assumidos na passagem da premissa para a conclusão, isto é, os compromissos assumidos na premissa

devem ser válidos como compromissos assumidos na conclusão. Assim, no exemplo acima, a inferência de (1) para (2) é válida porque a substituição de "Érico Veríssimo" por "O pai de Luis Fernando Veríssimo" preserva a "verdade" da inferência, o que, no contexto deste trabalho significa somente dizer que os compromissos assumidos em (1) são os mesmos compromissos assumidos em (2). Um compromisso substitucional (ou "substitucional-inferencial") preserva os *status* deônticos na passagem da premissa para a conclusão de uma inferência. Para outro exemplo, considere a inferência abaixo:

"O autor de *Olhai os Lírios do Campo* lecionou literatura brasileira nos EUA' então 'O pai de Luis Fernando Veríssimo lecionou literatura brasileira nos EUA'".

Não é difícil notar que as mesmas propriedades (compromissos) que governam a substituição de "O autor de *Olhai os Lírios do Campo*" por "O pai de Luis Fernando Veríssimo" aparecem em:

"O autor de *Olhai os Lírios do Campo* falava inglês' então 'O pai de Luis Fernando Veríssimo falava inglês'". (3)

"O autor de *Olhai os Lírios do Campo* nasceu em Cruz Alta' então 'O pai de Luis Fernando Veríssimo nasceu em Cruz Alta'". (4)

"O autor de *Olhai os Lírios do Campo* morreu em Porto Alegre' então 'O pai de Luis Fernando Veríssimo morreu em Porto Alegre'". (5)

Isto mostra que o compromisso assumido na alteração de "O autor de *Olhai os Lírios do Campo*" por "O pai de Luis Fernando Veríssimo" permite numerosas substituições. Brandom denomina o compromisso com estas substituições de SMSIC (*simple material substitution-inferential commitment*) e é ele quem captura o papel inferencial "indireto" de "O autor de *Olhai os Lírios do Campo*" ou "O pai de Luis Fernando Veríssimo". Um compromisso SMSIC indica que alguém comprometido com a substituição de (1) para (2) também deve estar comprometido com (3), (4) e (5), que são casos particulares de um "esquema geral" de substituição.

"[...] any subsentential expression so discerned will have indirect inferential content determined by the set of SMSICs relating that expression to other. Attributing such substitutional commitments to a gameplayer, in addition to inferential commitments, is the second tier of Brandom's inferentialist semantics." (WANDERER, 2008, p. 131).

Ora, um compromisso substitucional é um tipo de compromisso, como os já citados, e pode, portanto, ser atribuído ou tomado por um usuário da linguagem, da maneira antes discutida. Suponha que X declare que "Gregório de Matos escreveu o soneto *Carregado de mim ando no mundo*". Y, o interlocutor, ouve a declaração de X e, por reconhecer sua validade, a endossa, alterando a pontuação de X ao atribuir-lhe o compromisso correspondente, como algo que X reconhece. Porém, Y conhece poesia barroca e sabe que Gregório de Matos era apelidado de "o boca do inferno". Então, Y pode especificar a declaração de X dizendo que "X acredita que o boca do inferno escreveu o soneto *Carregado de mim ando no mundo*". Supondo que X não saiba que "Gregório de Matos" é "o boca do inferno", esta última especificação de Y é um compromisso substitucional que X assume, embora não o reconheça. X assume que "O boca do inferno escreveu o soneto *Carregado de mim ando no mundo*" mesmo sem saber quem é "o boca do inferno". Isso ocorre porque Y conseguiu extrair informação da declaração de X e descrevê-la segundo seus próprios compromissos, o que mostra que um compromisso substitucional vai além dos compromissos que alguém reconhece, como vimos no Capítulo 3.

Estes exemplos são suficientes para entendermos o nível 2 da semântica ISA. Embora detalhes técnicos sejam irrelevantes no contexto deste trabalho, convém destacar que a noção de substituição permite redefinirmos as relações de equivalência semântica e sintática. Dois termos são *semanticamente* equivalentes se a substituição de um pelo outro não altera o potencial inferencial das sentenças em que ocorrem, não altera a força pragmática. Dois termos são *sintaticamente* equivalentes se sua substituição não faz uma sentença bem formada tornar-se mal formada.

4.2. ANÁFORA

Vimos como entender semanticamente pedaços de sentenças usando um "substitutional scalpel to dissect sentential contents into sub sentential components" (*MIE*, p. 376). Contudo, uma teoria semântica estará incompleta se não for capaz de oferecer uma explicação de dêiticos, como demonstrativos e pronomes, o que procura resolver o terceiro nível da estratégia ISA. Segundo Brandom, a orientação recente da linguística foca na irredutibilidade da explicação de tais termos, além de tratar a "anáfora" como um conceito não essencial. Na contramão destas ideias, *MIE* defende que a compreensão da anáfora não é uma questão periférica porque o uso de dêiticos a pressupõe. Pode existir uma linguagem com anáforas e sem dêiticos, mas não o contrário – é impossível, por exemplo, uma linguagem que contenha demonstrativos se ela já não possuir pronomes funcionando como termos anafóricos. Então, sem envolver anáforas, os dêiticos não desempenham papéis semânticos; sua ocorrência com significado depende da recorrência.

"Recurrence is presupposed by the possibility of substitution, and the possibility of substitution is presupposed by picking out occurrences as semantically (that is, as indirectly inferentially and so assertively significant). Since deictic uses as such are not type-recurrent, that recurrence must be understood as token recurrence – in particular, as anaphoric." (*MIE*, p. 465).

A anáfora é uma "estrutura de recorrência" em que uma ocorrência se refere à outra (o "antecedente"), da qual herda o significado. Na sentença "Beto está cansado, pois ele foi correr ontem", "Beto" e "ele" são "dependentes anafóricos" em relação ao significado. Contudo, como a semântica inferencialista prefere não tratar de significados, mas de compromissos, ela não considera uma "cadeia anafórica" em termos da herança de significados, mas como uma herança de compromissos. Considerar que dois termos formam uma cadeia anafórica é assumir um "compromisso anafórico" (ou "compromisso de recorrência"), reconhecendo que um deles é anáfora do outro. No vocabulário da prática deôntica, dizer que um termo é anaforicamente

dependente de outro é dizer que ele adquire do antecedente os compromissos substitucionais que determinam seu uso.

Do ponto de vista prático, deve-se entender um compromisso anafórico como se entende os compromissos inferenciais e substitucionais, ou seja, em termos de atribuições e tomadas de compromissos. Na afirmação que "Beto está cansado, pois ele foi correr ontem", o autor da declaração assume o compromisso de ligar "ele" a "Beto", conferindo a "ele" todos os compromissos substitucionais presentes em "Beto" – o compromisso anafórico garante que todos os compromissos em que "Beto" e "ele" estão envolvidos são os mesmos. Assim, o compromisso anafórico permite que certos termos sejam intercambiáveis e, então, possam estar em sentenças e participar de inferências. Ou seja, vamos do entendimento de um termo como uma anáfora a uma substituição e, em seguida, a uma sentença inferencialmente articulada.

Evidentemente, há situações mais complexas de termos não repetíveis, por exemplo, se eu olhar para uma flor que jamais vi e anunciar "*Isto é uma flor*". O demonstrativo desta sentença é elicitado não inferencialmente, como uma resposta ao ambiente (a flor) que, neste caso, cumpre o papel de "iniciador" da cadeia anafórica, tornando "Isto" disponível para participar de inferências de substituição. "Isto", neste exemplo, não é uma simples resposta condicionada, mas cumpre um papel *inferencial*, em virtude do qual ele tem um conteúdo. Esta ideia é análoga ao uso de sentenças observacionais. O som "A gaiola é branca", feito por um papagaio, não é uma asserção por não ter envolvimento inferenciais ("A gaiola é colorida", "A gaiola não é azul" etc.), que são requeridos na prática linguística. Da mesma maneira, não se entende um demonstrativo sem pressupor suas conexões inferenciais, substitucionais e anafóricas, mesmo que ele seja o iniciador da cadeia anafórica. Assim, ao envolver relações inferenciais, a cadeia anafórica é normativa e não pode ser explicada causalmente, ela depende da tomada de compromissos:

"Anaphoric chains running through bits of discourse are not naturalistic features of them like which audience produces the tokening, or when or where it is produced. They are *normative* features attributed to the discourse by deontic scorekeepers, matters of conditional commitments or commitment inheritance – of the obligation that the significance assigned to, or score kept on, one part of the discourse answer in systematic ways to the significance assigned to, or the score kept on, another" (*MIE*, p. 460).

É fundamental ressaltar que o compromisso anafórico não pode ser confundido com o compromisso substitucional. O compromisso deôntico anafórico é um compromisso normativo atribuído ao uso de uma recorrência, e indica que dois termos têm o mesmo significado. Mas o significado não é a anáfora em si mesma, a cadeia anafórica só tem um significado quando explicada pelos compromissos SMSIC. Ou seja, o compromisso anafórico não fornece o significado de um termo, ele apenas o liga a outro. A anáfora permite que o papel de um termo seja herdado de outro, mas são as substituições que estabelecem os papéis que o termo cumpre e determinam, assim, sua significação (indireta). Isto é, são os compromissos substitucionais que governam as relações entre termos repetíveis e lhes confere conteúdo, embora a anáfora seja necessária para explicar termos não repetíveis. A anáfora permite que um termo como "Isto" possa ser substituído por outro que envolva os mesmos compromissos. Assim, tanto a substituição como a anáfora são noções igualmente importantes para o entendimento semântico. Loeffler comenta:

"Anaphoric and substitutional commitments thus give discourse a dense two dimensional structure. Anaphoric commitments tie the term tokens making up different linguistic performances into tight, concrete anaphoric chains, thus stringing these linguistic performances themselves anaphorically to each other and giving discourse, so to speak, spatiotemporal depth. And substitutional commitments link certain pairs of anaphoric chains to each other. They never connect tokens in the same anaphoric chain—anaphoric commitments do that — but rather constitute paths between anaphoric chains, thus linking different linguistic performances, in which members of the two chains occur, together and giving discourse, so to speak, breadth. In short, anaphoric commitments and substitutional commitments together form, each in their own characteristic way, a tight grid that mediates between the linguistic performances in discourse." (LOEFLER, 2005, p. 44).

Uma diferença importante entre o compromisso anafórico e o substitucional torna-se claro quando avaliamos o *scorekeeping*. O compromisso substitucional é perspectivista, depende de inferenciais colaterais, mas os agentes linguísticos precisam concordar sobre os compromissos anafóricos. Se eu afirmo que "O meu carro é azul" e, em seguida, que "Ele está estacionado lá fora", para que um interlocutor possa saber que o carro azul estacionado lá fora é o meu, eu e meu interlocutor precisamos concordar que "O meu carro" e "Ele" formam uma cadeia anafórica. Se nós não pudermos relacionar estas expressões da *mesma* maneira, não seremos capazes de dialogar. Não faz mal se meu interlocutor inferir que "O carro azul que está lá fora não é o do meu

vizinho Teodoro" e eu não, mas ambos temos que assumir o compromisso anafórico entre "O meu carro" e "Ele".

4.3. UMA NOTA SOBRE TERMOS SINGULARES E OBJETOS

Embora os termos subsentenciais tenham sido tratados da mesma maneira – a partir de inferências de substituição – é evidente que eles não são todos iguais. Como diferenciar, por exemplo, duas categorias clássicas da análise linguística: termos singulares e predicados? Considere as seguintes afirmações:

"Pelé jogou no Santos Futebol Clube". (6)

"Edson Arantes do Nascimento jogou no Santos Futebol Clube". (7)

"Pelé jogou no clube da cidade de Santos". (8)

Alguém que se comprometa com a inferência de (6) para (7), deveria, também, se comprometer com a inferência de (7) para (6). Porém, mesmo que ele se comprometa com a inferência de (6) para (8), não deve comprometer-se com a inferência de (8) para (6) – afinal, em Santos há também a Portuguesa Santista e o Jabaquara. No primeiro caso, há uma relação de substituição *simétrica*. No segundo, *assimétrica*. Esta distinção é o critério de Brandom para diferenciar termos singulares de predicados. Os termos singulares ocorrem em inferenciais de substituição simétricas, enquanto os termos que não podem estar presentes neste tipo de inferências são os predicados. Portanto, "Pelé" e "Edson Arantes do Nascimento" são termos singulares; "[O] clube da cidade de Santos" é um predicado.

Ora, é habitual, ao se falar em termos singulares, pensar que estes termos se referem a objetos. Para compreender em que sentido, na explicação ISA, um termo singular é *sobre* ou *representa* um objeto, temos que analisar que tipo de conteúdo pode ser associado ao uso destes termos, afinal, um termo sempre depende dos compromissos

que fixam seu uso, ele envolve os compromissos que as pessoas assumem ao usar um termo. A estratégia inferencialista é assumir que certos termos são associados a um conjunto de compromissos inferenciais que os fixa. Então, referir-se a um objeto depende somente do tipo de inferências de substituição feitas com o termo. Portanto, não é necessária uma explicação causal, mas explicar o papel substitucional que termos que se referem a objetos desempenham na linguagem. "Pelé" nada mais é que a reunião dos compromissos assumidos por diferentes interlocutores com o uso desta palavra, diante de certos estímulos exteriores que já são analisados dentro da aplicação conceitual-inferencial.

"To talk about the singular referential purport of singular-term usage is to talk about what kind of substitutional commitment one must attribute ([..] and acknowledge) in order for what one is doing – the practical deontic scorekeeping attitude one is adopting – to count as taking someone to be using an expression as a singular term. To be doing that, one must treat the use of the expression as governed by proprieties determined by symmetric simple material substitutional commitments [..] The substitutional commitments involving a singular term that a scorekeeper attribute and undertake determine the pragmatic significance, for the scorekeeper, of each use of that term. That significance for deontic scorekeeping of its occurrences is to be determined in this way is what treating it as a singular term (as purporting to pick out an object) consist in." (*MIE*, p. 431).

"Acknowledging material inferential and incompatibility relations essentially involves representing objects as having properties (perhaps complex relational ones) that stand in corresponding relations to one another. In drawing inferences and 'repelling' incompatibilities, one is taking oneself to stand in representational relations to *objects* that one is talking *about*. A commitment to *A*'s being a dog does *not* entail a commitment to *B*'s being a mammal. But it *does* entail a commitment to *A*'s being a mammal. Drawing the inference from a dog-judgment to a mammal-judgment *is* taking it that the two judgments represent one and the same *object*. Again, the judgment that *A* is a dog is not incompatible with the judgment that *B* is a fox. It *is* incompatible with the judgment that *A* is a fox. Taking a dog-judgment to be incompatible with a fox-judgment *is* taking them to refer to or represent an *object*, the *one* object to which incompatible properties are being attributed by the two claims." (*BSD*, p. 187).

Deste modo, não é preciso uma noção de "objeto" anterior ao uso da linguagem. Esta afirmação, porém, não deve ser entendida como a negação de que termos singulares se referem a objetos *reais*, algum tipo de idealismo. Há uma "dependência de sentido" entre termos singulares e os objetos aos quais eles se referem, mas não uma dependência da referência (um compromisso com a referência). Brandom não está negando que existam objetos, mas defendendo que não se entende o que é um objeto sem entender o que é *usar* um termo singular para se referir a um objeto. Não é que eles

não existam se não falarmos deles, mas que entendê-los inclui (depende de) ser capaz de falar deles. Na verdade, a noção de "objeto" é entendida em termos dos compromissos substitucionais que envolvem um termo cujo propósito é se referir a um objeto (externo a linguagem). A dependência anafórica também ajuda a entender um termo singular. Indexicais, por exemplo, expressam o reconhecimento de certos compromissos como resposta a fatores externos. Referir-se a um objeto, neste caso, é cumprir o papel de iniciador anafórico que pode aparecer em compromissos de substituição, por isso a anáfora garante a correferência. Então, embora a acusação de idealismo seja equivocada, a estratégia de iniciar a análise semântica com as sentenças tem, realmente, uma implicação ontológica: o privilégio de fatos em relação a objetos. A linguagem é inteligível a partir das declarações verdadeiras, sentenças que expressam fatos, e objetos só são inteligíveis quando podem ser identificados no interior dessas sentenças¹⁷.

4.4. INFERÊNCIA, SUBSTITUIÇÃO E ANÁFORA

Os dois últimos níveis da semântica ISA, relativas aos termos subsentenciais, mostram como "Isto", "Pelé" e "O atual rei da França" tem um entendimento adequado à ideia central desenvolvida no Capítulo 2. A articulação semântica é sempre entendida em termos de inferências. A prática deôntica atribui e reconhece compromissos inferenciais diretos, isto é, sentenças com conteúdos proposicionais e suas relações com outras sentenças. Contudo, na mesma prática, pode-se atribuir e reconhecer compromissos inferenciais indiretos, substitucionais e anafóricos, que relacionam partes de sentenças entre si e que permite inseri-las em sentenças. Portanto, essa é uma estratégia de decomposição e recomposição. Ou seja, decompõem-se as sentenças em partes menores, usando substituições para identificar a significação indireta destas partes, e recompõem-se formando novas sentenças, baseando-se no papel semântico indireto das partes identificadas.

¹⁷ Para uma discussão breve sobre o assunto, veja WANDERER, 2008, p. 136ss.

"For the first, or compositional stage, sentences are to be analyzed into subsentential components by being assimilated as substitutional variants of one another—that is, related by being substitutionally accessible one from another. Regarding two sentences as substitutional variants of one another is discerning in them applications of the same function, in Frege's sense. In the second, or recompositional stage, novel sentences (and their interpretations) are to be generated as applications of familiar functions to familiar substitutable expressions. Familiar sorts of substitutional variation of familiar classes of sentences result in a host of unfamiliar sentences." (*MIE*, p. 367).

De todo modo, a articulação semântica básica é sentencial-inferencial. Os termos subsentenciais podem ser entendidos, neste contexto, apenas segundo o papel que eles desempenham em inferenciais de substituição, em virtude do qual eles têm um uso. Dêiticos e outros termos não repetíveis, por exemplo, também são semanticamente articulados, pois estão em relações anafóricas que podem ser envolvidas em substituições. Então, os compromissos anafóricos podem ser entendidos considerando os compromissos substitucionais, e estes são entendidos considerando os compromissos inferenciais. Mas o que tem um "conteúdo" é mesmo a sentença, que cumpre um papel no raciocínio. "O autor da *Crítica da Razão Pura* era alemão" tem significado porque pode aparecer em relações inferenciais – digamos, "O autor da *Crítica da Razão Pura* era europeu". Mas "O autor da *Crítica da Razão Pura*" tem um significado somente em função do modo como aparece em compromissos substitucionais que participam de sentenças, isto é, as transformações que podemos fazer com as sentenças (por exemplo, "O autor da *Crítica da Razão Pura* era alemão" para "Kant era alemão"). Assim, a semântica inferencialista é realmente *top-down* e se inicia com as sentenças completas.

Finalizamos comentando outros dois pontos importantes. Em primeiro lugar, que as atribuições e reconhecimentos de compromissos inferenciais, substitucionais e anafóricos estão implícitos nas atitudes práticas dos participantes do jogo dêitico, no que eles fazem. Ou seja, tais atribuições fazem parte do modo como os agentes linguísticos usam sua linguagem, tais atribuições são parte integrante do que é usar a linguagem, elas estão no interior da prática linguística. Por isso, os usuários da linguagem não precisam explicitamente conhecê-las para se engajar em práticas linguísticas. Em segundo lugar, convém mencionar que esta visão é claramente uma forma de *holismo* semântico. No nível das inferências, temos um "holismo inferencial" – dominar o uso de uma sentença é dominar o uso inferencial de todas (ou muitas, ao menos) – e no nível subsentencial temos um "holismo substitucional" – dominar uma subexpressão exige o domínio de todas as outras subexpressões (ou muitas, ao menos).

CONCLUSÃO

Brandom propõe uma semântica inferencialista descendente de três camadas. Na primeira, entendemos o conteúdo proposicional a partir do papel inferencial que uma sentença desempenha no jogo de dar e pedir por razões, como asserções que expressam compromissos. Na segunda camada, entendemos as expressões subsentenciais como conteúdos inferenciais indiretos, explicados segundo sua contribuição para definição do papel inferencial das sentenças em que eles ocorrem. As relações neste nível são entendidas a partir inferências de substituição, que permite reconhecer diferentes partes de expressões como envolvendo os mesmos compromissos. Na terceira camada, termos não repetíveis, como dêiticos, são entendidos como conteúdos inferenciais também indiretos por estarem em relações anafóricas com outros termos que, estes sim, podem ser explicados a partir de compromissos substitucionais (e, conseqüentemente, inferenciais). Ou seja, a noção de conteúdo subsentencial é derivada da noção de conteúdo sentencial. Sempre a sentença é necessária para entender a significação, logo, não se pode entender os termos que não são sentenças isoladamente. Por isso a estratégia é *top-down*.

Em termos muito gerais, a principal questão que este capítulo tentou responder é: por que reconhecemos partes de sentenças? E a resposta foi: para criar novas sentenças. Uma sentença pode ser transformada em outras usando variantes substitucionais, fazendo substituições. Assim, foi oferecida uma explicação destas partes e as operações sobre elas, uma mistura de decomposição e recomposição. Esta é uma questão importante, visto que uma explicação que não ofereça uma boa solução para a exigência de novas sentenças enfrentará um problema aparentemente intratável. Tendo em vista a semântica ISA (Inferência, Substituição e Anáfora), uma prática como o *scorekeeping* deve envolver o reconhecimento e atribuição de compromissos inferenciais, substitucionais e anafóricos, isto é, entender uma conversação envolve reconhecer estes três tipos de compromissos, adotando uma atitude em relação a eles. Fazer isso é dominar o "compromisso discursivo". Assim, é interessante notar como

Brandom consegue conciliar sua defesa do inferencialismo semântico com a descrição da prática deôntica (pragmatismo normativo) discutida no Capítulo 3, especialmente.

CAPÍTULO 5 – REPRESENTAÇÃO, OBJETIVIDADE E COMUNICAÇÃO

Nos capítulos anteriores, discutiu-se um modelo de interação social que mostra como as atitudes normativas dos usuários da linguagem lhes confere conteúdos proposicionais inferencialmente articulados, descrito através de relações entre compromissos e direitos. Este capítulo mostra como entender a dimensão representacional e oferece uma explicação da objetividade do conteúdo conceitual. Adicionalmente, ele aborda a questão da comunicação. Assim, embora se trate de temas aparentemente marginais em relação aos interesses desta pesquisa, será mostrado que, de fato, este é um capítulo fundamental, que pode ser visto como complementar ao *scorekeeping* discutido.

5.1. INFERENCIALISMO EXPRESSIVO

No Capítulo 2, foi dito que o inferencialismo *expressivo* se opõe ao representacionalismo por explicar o conteúdo conceitual a partir da função que as representações desempenham no entendimento. Isto não significa ignorar o vocabulário representacional ou negar a existência das representações. De fato, o conteúdo conceitual tem um sentido tanto expressivo quanto representacional. A ideia principal, segundo o teórico inferencialista expressivo, é que o vocabulário representacional é usado para *tornar explícito* o que está *implícito* na prática discursiva, ele é uma "expressão da articulação social da prática inferencial" (MIE, p. 497). Porém, esta observação não se restringe a palavras do vocabulário relacionado às representações, como "refere", "denota" ou "representa"; há um segundo tipo de vocabulário com esta

mesma função: as atribuições de conteúdo proposicional. Brandom considera que tais atribuições expressam o uso que fazemos do vocabulário intencional que está presente na linguagem e no pensamento, e sugere pensarmos a intencionalidade separando-a em dois tipos. A intencionalidade do tipo "de" indica a dimensão representacional, enquanto a intencionalidade do tipo "que" indica a dimensão expressiva. Para compreendermos isso, a estratégia é, uma vez mais, entender o que alguém faz quando declara uma sentença com um ou outro sentido. Por isso, "esta é uma estratégia para entender a intencionalidade, em geral, de um ponto de vista pragmático" (AR, p. 170).

A seguir, mostraremos que as intencionalidades "de" e "que" podem ser identificadas através do uso de atribuições de atitude proposicional *de re* e *de dicto*, respectivamente. Tudo o que é necessário para a análise já foi apresentado: as atitudes práticas de atribuir e reconhecer compromissos inferenciais, substitucionais e anafóricos.

5.2. ATRIBUIÇÕES DE RE E DE DICTO

Considere a seguinte sentença, adaptada de Brandom (MIE, AR): "O presidente do Brasil será negro em 2020". Se tomarmos a sentença em seu sentido *de re*, entendemos que a *res* mencionada (o presidente do Brasil) será negro em 2020, isto é, Dilma Rousseff será negra em 2020. Considerando a mesma sentença em seu sentido *de dicto*, entendemos que o *dictum* (a própria sentença) será verdadeiro em 2020, ou seja, "O presidente do Brasil será negro em 2020" será verdadeira porque, naquele ano, o presidente do Brasil será uma pessoa da cor negra. Este exemplo mostra que a interpretação de sentenças pode ser confusa, e a sugestão é que as atribuições de atitudes proposicionais desempenham um papel que permite diferenciar uma interpretação como *res* ou como *dicto*.

Brandom defende que a atribuição de um conteúdo proposicional na prática linguística deve ser entendida como a atitude prática de atribuição de um compromisso.

O que alguém faz, quando atribui uma atitude proposicional – por exemplo, "X declara que Φ ", "X pensa que Φ " ou "X acredita que Φ " – é explicitar tal atribuição. Isto é, uma atribuição proposicional é o modo como os usuários da linguagem expressam quais compromissos estão sendo atribuídos uns aos outros na prática linguística, como eles especificam as atribuições de *status* normativos no *scorekeeping*. Porém, o modelo dêontico defende que toda atribuição de compromisso envolve a tomada de outro compromisso. Então, na verdade, adotam-se sempre duas atitudes: atribui-se um compromisso e assume-se outro, com a própria atribuição¹⁸. Por exemplo, se eu ouvir Carlos afirmar que "Wittgenstein sabia falar português", posso atribuir a ele um compromisso dizendo que "Carlos pensa *que* Wittgenstein sabia português" (ou "Carlos pensa *de* Wittgenstein *que* ele sabia português", como veremos abaixo). Ao mesmo tempo, comprometo-me com a sentença expressa que eu atribuí a Carlos, digamos: "Eu disse (ou acredito) que Carlos pensa que Wittgenstein sabia português".

Ora, vimos que a atribuição de um compromisso depende do contexto, da articulação inferencial na qual o compromisso está inserido, o conjunto de compromissos que se tem disponível para articular. Se atribuir um compromisso depende de "hipóteses auxiliares", é natural supor que as relações que estabelecem os compromissos que são expressos em atribuições possam ser distintas em quem atribui e no alvo da atribuição. Assim, uma atribuição de um compromisso pode ser feita sempre de duas maneiras: com as propriedades inferenciais do atribuidor ou com as propriedades inferenciais daquele para quem a atribuição é dirigida. Segundo Brandom, quando a especificação do compromisso depende de premissas auxiliares que o alvo reconhece (está comprometido), temos uma atribuição *de dicto*. Quando a especificação do compromisso depende de premissas auxiliares que o atribuidor endossa, mas o alvo não o faz, temos uma atribuição *de re*. Em outras palavras, a especificação do conteúdo que aparece em atribuições *de dicto* é aquela que o alvo deve reconhecer como expressão do que ele se comprometeu. A especificação do conteúdo que aparece em atribuições *de re* é aquela que o atribuidor do compromisso reconhece como uma expressão do que ele, enquanto atribuidor, está comprometido, mas não necessariamente o alvo da atribuição está. Portanto, atribuir atitudes proposicionais na forma *de re* ou *de dicto* corresponde às duas maneiras de atribuir compromissos na conversação,

¹⁸ Portanto, o entendimento tradicional de atitudes de atribuição de conteúdos proposicional estaria incorreto. Atribuir uma atitude proposicional não é atribuir um conteúdo, mas expressar duas atitudes que correspondem a dois *status* dêonticos (compromissos).

correspondendo às duas perspectivas da prática linguística que discutimos no *scorekeeping* (note como isso complementa algumas afirmações feitas no Capítulo 3).

Suponha que Marcelo afirme:

"Wittgenstein escreveu o *Tractatus*". (1)

Ao ouvir esta declaração, José pode expressar o conteúdo de (1) como uma atitude de atribuição de um compromisso a Marcelo, dizendo:

"Marcelo disse *que* Wittgenstein escreveu o *Tractatus*". (2) (*de dicto*)

Então, José, em (2), está atribuindo um compromisso a Marcelo que Marcelo deveria reconhecer, como uma expressão do compromisso que Marcelo tomou ao afirmar (1). José está tornando explícito que Marcelo é o responsável pelo compromisso correspondente a (1). Portanto, esta é uma atribuição *de dicto*, que explicita que Marcelo (o alvo da atribuição) é quem se comprometeu com (1), e não José (o atribuidor). Assim, se José não concorda com (1), se, por exemplo, ele não quer assumir o compromisso expresso em (1), ele pode expressar esse desacordo fazendo uma atribuição *de dicto*. Contudo, se ele concorda, poderá fazê-lo na forma de uma atribuição *de re*:

"Marcelo disse *de* Wittgenstein *que* ele escreveu o *Tractatus*". (3) (*de re*)

A diferença entre (2) e (3) é que em (3) José está endossando (1), diferentemente de (2), e está deixando isto claro no modo como fala, como atribui o compromisso. Ou seja, (3) é construída com compromissos que não são assumidos apenas pelo alvo da atribuição (Marcelo), mas também pelo atribuidor (José).

"The part of the content specification that appears within the *de dicto* 'that' clause is limited to what, according to the ascriber, the one to whom the commitment is ascribed would (or in a strong sense should) *acknowledge* as an expression of what that individual is committed to. The part of the content specification that appears within the scope of the *de re* 'of ' includes what, according to the *ascriber* of the commitment (but not necessarily according to the one to whom it is ascribed), is acknowledged as an expression of what the target of the ascription is committed to. (This is what the target should, according to the ascriber, acknowledge only in a much weaker sense of 'should'.)" (AR, pp. 177-8).

Para esta distinção de perspectiva ser possível, as atribuições de compromissos devem especificar o indivíduo alvo da atribuição, o tipo de compromisso que está sendo atribuído ("pensa", "acredita", "disse", etc.) e o conteúdo do compromisso sendo atribuído, na forma *de re* ou *de dicto*. Portanto, é a própria expressão linguística da atribuição que deve indicar a significação pretendida, para evitar confusões. Brandom sugere que a maneira geral de entender as atribuições é a seguinte: "de" marca atribuições *de re*, enquanto que "que", sem "de", marca atribuições *de dicto* – a ausência de "de" e "que" pode tornar as atribuições ambíguas. Ele adota, ainda, a seguinte "fórmula" de conversão, como uma regra sintática para construir atribuições *de re*: uma atribuição *de dicto* como "S acredita que $\Phi(t)$ ", torna-se uma atribuição *de re* se for expressa na forma "S acredita de t que $\Phi(it)$ ".

É importante observar que a diferença de pontos de vista, capturada em atribuições *de re* e *de dicto*, deve ser pensada em termos dos dois tipos de intencionalidade. As atitudes *de dicto*, que correspondem à intencionalidade "que", especificam como os compromissos são representados pelo alvo da atribuição do compromisso, ressaltando a dimensão *expressiva* da linguagem. Por outro lado, as atribuições *de re* servem para especificar o que está sendo representado como *res* na atribuição do compromisso, ou seja, elas especificam compromissos que transcendem a perspectiva individual, são "sobre" ou "de" objetos e estados de coisas, isto é, a dimensão *representacional* do discurso. Num certo sentido, esta dimensão também tem um sentido expressivo, de tornar explícito, mas que supera as perspectivas envolvidas. Assim, o sentido representacional da linguagem presente em atribuições *de re* nada mais é do que o modo como os compromissos sendo atribuídos vão além da perspectiva do alvo da atribuição. Falaremos disso a seguir.

5.3. NAVEGAR ENTRE PERSPECTIVAS E SUBSTITUIÇÃO

As atribuições *de re* e *de dicto* tornam explícitos os compromissos sendo tomados e atribuídos na prática linguística. Estes compromissos são inferencialmente articulados e dependem das relações indutivas, dedutivas e incompatibilidades que cada indivíduo é capaz de fazer. Portanto, um atribuidor pode reconhecer um compromisso que o alvo não reconhece, ou o contrário. Ora, para que a comunicação seja possível, para eles serem capazes de assumir ou rejeitar os compromissos um do outro, eles não deveriam ser capazes de traçar as mesmas inferências? Se isso não ocorre, como eles se comunicam? Veremos a resposta depois. Por hora, limitamo-nos a dizer que, para que haja comunicação, para dois falantes se entenderem, eles devem ser capazes de navegar entre as perspectivas, explicitadas pelo uso de atribuições *de re* que permitem "traduzir" a perspectiva alheia. Portanto, esta capacidade de assumir o ponto de vista do interlocutor é imprescindível.

A análise dos indexicais, no capítulo anterior, sugeriu um modo de entender como compromissos expressos em diferentes construções linguísticas podem ser entendidos ("Kant gostava de maçã" e "Ele [referindo-se a Kant] gostava de maçã", por exemplo). Seguindo esta sugestão, Brandom propõe que, para navegar entre perspectivas, é preciso efetuar algumas "substituições" com as sentenças do interlocutor. Ou seja, a capacidade de substituir expressões que mantenham as mesmas relações inferenciais é o que permite "acomodar as diferenças na perspectiva discursiva, navegar através delas" (*MIE*, p. 588).

Para que uma substituição seja possível é preciso ser capaz de fazer uma "interpretação substitutiva" com as sentenças do interlocutor, isto é, a diferença de perspectivas (o entendimento da linguagem) envolve algum tipo de *interpretação*. Porém, se queremos evitar o argumento das *Investigações Filosóficas* sobre o regresso das interpretações, discutido no Capítulo 1, devemos considerar uma interpretação segundo a sugestão do próprio Wittgenstein: a substituição de uma expressão por outra (*IF* §201). Ou seja, a interpretação é uma habilidade prática (e implícita) de tomar uma expressão e substituí-la por outra que mantenha o potencial inferencial da sentença em

que ela ocorre. Neste caso, os compromissos oriundos de tais substituições podem ser explicitados em atribuições *de re*. Ou seja, a função destas atribuições é tornar explícitos os compromissos substitucionais que estão sendo atribuídos e tomados. Quando o atribuidor emprega compromissos substitucionais que ele próprio reconhece, independentemente do alvo, temos uma atribuição *de re*. Atribuições *de re* derivam de atribuições *de dicto* e de substituições autorizadas por compromissos que o próprio atribuidor assume.

Os casos triviais de interpretação intralinguística são o uso de pronomes pessoais. Ora, se digo a alguém que "Eu estou escrevendo um trabalho sobre Robert Brandom", a pessoa que ouviu a frase precisa ser capaz de fazer a substituição de "Eu" por "Ele" (ou "Você" ou "Marcelo" ou "O cara que está falando" etc.), pois, da perspectiva dele, a frase original não fará sentido (a menos que ele também esteja escrevendo um trabalho sobre o assunto). O uso de demonstrativos também é simples: "Isto é uma caneta" para "Aquilo é uma caneta". Vejamos um caso mais complexo. Vamos supor que Alan afirme:

"O *Tractatus* não foi escrito por Wittgenstein". (4)

Lauro, diante de (4), poderia afirmar que

"Alan afirmou *que* Wittgenstein não escreveu o *Tractatus* (5),

que é uma atribuição *de dicto* e expressa o compromisso que Lauro atribui a Alan, ou ele poderia afirmar:

"Alan afirmou *de* Wittgenstein *que* ele não escreveu o *Tractatus*" (6),

que é uma atribuição *de re* que indica que Lauro identificou aquilo sobre o qual o compromisso assumido em (4) expressa. Se isso ocorre (a identificação do objeto sendo falado), Lauro pode afirmar, no caso de conhecer o assunto:

"Alan afirmou *do autor das Investigações Filosóficas* que ele não escreveu o *Tractatus* (7). (*de re*)

Assim, (7) mostra que Lauro considera correta a substituição de "Wittgenstein" por "O autor das *Investigações Filosóficas*", embora provavelmente ele não concorde com a afirmação original de Alan (de que "Wittgenstein" ou "O autor das *Investigações Filosóficas*" não escreveu o *Tractatus*). O interessante é observar que (7) é uma atribuição do compromisso que Alan assumiu ao afirmar (4), isto é, Lauro torna explícito que Alan deveria reconhecer o compromisso com a substituição de "Wittgenstein" por "O autor das *Investigações Filosóficas*". Assim, o papel expressivo marca a declaração do compromisso substitucional de identidade (em relação a "Wittgenstein" e "O autor das *Investigações Filosóficas*") que o atribuidor compromete-se, e julga que o alvo também deveria fazê-lo, mostrando isso usando parte do conteúdo do compromisso original do falante. Percebe-se, assim, como Lauro "navega" entre a sua perspectiva e a de Alan e como as atribuições desempenham um papel importante ao exhibir publicamente as perspectivas adotadas. Nota-se que (5), (6) e (7) continuam sendo atribuíveis a Alan, embora mostrem diferentes perspectivas (compromissos) em relação à afirmação original (4). Especialmente, (7) mostra que o compromisso substitutivo que Lauro toma supera a perspectiva de Alan (supera o que foi afirmado em (4)), mas, que uma vez que Alan aceitou (4), deveria aceitar (7). Também é importante perceber que (5) não está adicionando nenhum tipo de informação a (4), além de expressar algo que Alan já tinha dito (ou seja, tem uma função meramente expressiva). É a atribuição *de re* que permite ir além do compromisso embutido em (4) – ou seja, (6) e (7) incluem informações que não são da perspectivista de um único indivíduo. (7) Efetua uma alteração que indica o compromisso de substituir "Wittgenstein" por tudo o que lhe seja correferencial, e considerar suas relações inferenciais. Mesmo que Alan não saiba que tal substituição seja possível, ela pode lhe ser atribuída, porque atribuições *de re* representam objetos ou estados de coisas que podem ser descritos objetivamente. Antes de falarmos desse assunto, porém, ainda temos o que discutir sobre as relações de substituição.

Entender um conteúdo é ser capaz de se "mover" entre as perspectivas da prática deôntica. Se alguém é incapaz de executar as substituições interpretativas, é incapaz de entender o que a outra pessoa está dizendo, porque a comunicação exige a capacidade

de utilizar o conteúdo do interlocutor como base para suas próprias declarações. Se, ao ouvir Mateus afirmar que "A cidade onde serão realizados os jogos olímpicos de 2016 está debaixo d'água", devo ser capaz de inferir, por exemplo, que "O Rio de Janeiro está debaixo d'água" ou que "A cidade onde está o famoso Cristo Redentor está sob forte chuva". Ir além da perspectiva do interlocutor é ser capaz de especificar os compromissos dele usando atribuições *de re*, pois as atribuições *de dicto* não são suficientes para estabelecer a diferença de ponto de vista que a comunicação requer. Somente a atribuição *de re* garante as conexões necessárias para que o locutor faça suas próprias inferências, pois envolve compromissos que transcendem os compromissos pessoais, envolvendo objetos e estados de coisas. Considere uma nova declaração, feita por Benedito:

"O chá de folhas verdes do meu quintal combate à ressaca". (8)¹⁹

Com base em (8), Maria poderia afirmar:

"Benedito acredita *que* o chá de folhas verdes do quintal dele combate à ressaca. (*de dicto*)" (9)

Porém, Maria, que é nutricionista, reconhece as folhas do quintal de Benedito como sendo "boldo". Assim, ela poderia dizer:

"Benedito acredita *de* boldo *que* ele combate à ressaca". (*de re*) (10)

Ora, especificar o conteúdo de (8) usando uma atribuição *de dicto* é insuficiente para permitir que um terceiro ouvinte, Mônica, faça determinadas inferências. De fato, ela poderia perguntar: "Quais folhas verdes? A erva? Ou as folhas da goiabeira?". Somente a especificação *de re* (10) do conteúdo de (8) identifica o que está sendo falado, insere informação a (8). Expressar (8) como (10) é permitir que Mônica, ou qualquer outro ouvinte, seja capaz de falar *sobre* aquilo a qual (8) se refere. É (10) que permite afirmar algo sobre uma folha verde chamada "boldo", que as pessoas indicam para combater à ressaca, que a nutricionista Maria sabe que contém propriedade que

¹⁹ Exemplo inspirado em Brandom (*MIE, AR*).

auxiliam a recuperação dos efeitos do álcool etc. Ou seja, saber que se trata de "boldo" permite fazer inferências com os compromissos colaterais que cada um tem em relação ao boldo. "Boldo" tem conexões inferenciais que diferentes pessoais sabem empregar em suas sentenças, regidas por compromissos que superam a perspectiva individual de Benedito, que sequer sabe identificar a planta.

"Thus only expressions the believer acknowledges being committed to intersubstitute, and so treats as ways of recognizing the same object again, are intersubstitutable in these contexts, *salva veritate* (that is, preserving doxastic commitment)." (*MIE*, p. 503).

Assim, Brandom está propondo que as especificações *de re* não são apenas o modo de representação de objetos ou estados de coisas, mas são as formas na quais as "condições de verdade" dos compromissos atribuídos são expressos pela linguagem.

"De re specifications of conceptual content attempt to say what *really* follows from the claims made, what is *really* evidence for or against them, and so what the author has *really* committed herself to, regardless of her opinion about the matter". (*TMD*, p. 102).

Portanto, entender a "verdade" de uma afirmação requer a compreensão das duas perspectivas da prática linguística (*I-Thou*) ou, mais precisamente, a capacidade de assumir ambas. É isso que a análise da distinção entre atribuições *de re* e *de dicto* procura mostrar. A ideia de "verdade" é a de declarações que expressam conteúdos não perspectivistas e que, por isso, podem ser endossados por diferentes pessoais envolvidas numa prática de uso de conceitos.

"The sense in which they present a claim's representational content (the information it makes to another interlocutor) is that they express – from the point of view of the interpreter attributing, the commitment – what would be required for the claim in question to be *true*." (*MIE*, p. 515).

Extraír informação de uma afirmação de outra pessoa é ser capaz de usá-la. Ou seja, efetuar interpretações substitucionais que podem ser explicitadas em atribuições *de re* verdadeiras. Fazer isso é entender a articulação inferencial objetiva da prática linguística. Assim, todo o entendimento proposicional tem suas raízes na interpretação

de um sujeito sobre o outro. Comunicar-se envolve interpretar e reconhecer a diferença de perspectiva entre intérprete e interpretado e o sentido de conteúdo representacional, em termos de compromissos (inferenciais, substitucionais e anafóricos) que incorporam o discurso da intencionalidade. Os dois usos do vocabulário intencional, expressos em atribuições *de dicto* e *de re*, expressam as duas perspectivas sociais.

"[...] the conceptual contents employed in *monological* reasoning, in which all the premises and conclusions are potential commitments of one individual, are parasitic on and intelligible only in terms of the sort of content conferred by *dialogical* reasoning, in which the issue of what follows from what essentially involves *assessments from the different social perspectives of scorekeeping interlocutors* with different background commitments." (MIE, pp. 590-1).

"We typically think about inference solely in terms of the relation between premise and conclusion, that is as a monological relation among propositional contents. Discursive practice, the giving and asking for reasons, however, involves both *intercontent* and *interpersonal* relations. The claim is that the representational aspect of the propositional contents that play the inferential roles of premise and conclusion should be understood in terms of the social or dialogical dimension of communicating reasons, of assessing the significance of reasons offered by other." (AR, p. 166).

Portanto, o que se discutiu acima é uma explicação inferencial da representação. Tratar um conteúdo segundo suas relações inferenciais pode servir para tratá-lo como uma representação e considerar que ele é sobre algo. Assim, o inferencialismo expressivista se ocupa da representação no nível das inferenciais que são constitutivas do significado e não no nível dos referentes. Para algo ser uma representação, ela deve estar, antes de tudo, em relações inferenciais, e estas relações instituem o seu conteúdo. Por isso, o enfoque foi mostrar como certas locuções (atribuições *de re*) são entendidas em termos dos papéis inferenciais que lhe garantem um entendimento representacional.

5.4. OBJETIVIDADE

A atribuição de uma atitude proposicional tem o papel de tornar explícitas a adoção e atribuição de compromissos deôntico. Uma locução deste tipo atribui um compromisso que expressa uma perspectiva, identificada como um tipo de intencionalidade. Todas as relações entre dois agentes linguísticos são construídas a partir da dupla possibilidade de pontos de vista. Portanto, o conteúdo conceitual não tem uma perspectiva privilegiada, a partir da qual é considerado correto. Qualquer aplicação de conceitos está sujeita a erro. Ora, se todas as perspectivas são igualitárias, o desafio é oferecer um sentido de "conteúdo objetivamente correto" compatível com o sentido intersubjetivo que a comunicação exige.

Atribuir um conteúdo é atribuir um compromisso. Atribuições *de re* e *de dicto* se diferenciam pelo reconhecimento de quais compromissos são atribuídos, isto é, atribuições *de dicto* atribuem compromissos do ponto de vista do alvo e atribuições *de re* atribuem compromissos que o atribuidor reconhece, mesmo que o alvo não o faça. É precisamente esta distinção a chave para o entendimento da *objetividade*. A distinção entre endossar ou não um compromisso é o reconhecimento de que um interlocutor pode assumir um compromisso indevidamente, pode aplicar um conteúdo erroneamente. Assim, a diferença entre aplicações objetivas e subjetivas é a diferença entre um *scorekeeper* que atribui um compromisso que o interlocutor e ele reconhecem ou que apenas o interlocutor reconhece, isto é, a diferença entre endossar ou não um compromisso atribuído. A objetividade é um tipo de "forma perspectiva" presente em todo *scorekeeping*, é uma "característica estrutural" presente em todas as perspectivas. É ela quem transcende as perspectivas pessoais. Isto é, a forma estrutural da objetividade consiste na distinção entre aplicações conceituais consideradas corretas e aquelas que são erroneamente reconhecidas como tal. O que todos os usuários da linguagem compartilham é essa dupla possibilidade, o reconhecimento de propriedades não perspectivas que regulam o uso de conceitos, em oposição ao que está subjetivamente regulando sua aplicação, a perspectiva individual. Esta característica da estrutura de

interação entre *scorekeepers* confere "conteúdos conceituais compartilháveis, objetivos e atemporais" (*MIE*, p. 631).

Do ponto de vista do *scorekeeper*, o que é objetivamente correto é que o interlocutor assume como correto transcendendo o ponto de vista dele. Isso ocorre porque a aplicação de conceitos depende de como as coisas são e não apenas de como elas são reconhecidas por um sujeito. Um exemplo auxiliará na compreensão da ideia. Vamos supor que Leandro diga que "O autor do livro *Auto-de-fé* escreve muito bem", mas ele não sabe quem é o autor do livro porque o achou na rua, sem a capa, a contracapa e com as primeiras páginas arrancadas. Alexandre, que conhece o livro, pode afirmar que "Leandro falou *de* Elias Canetti *que* ele é um bom escritor". Nota-se que Alexandre não deveria dizer "Leandro falou *que* Elias Canetti é um bom escritor", por que Leandro não identificou o autor do livro, ele apenas disse "que o autor de *Auto-de-fé* é um bom escritor". Este é justamente o contraste que explica a objetividade, o contraste entre atribuir um compromisso com relações que Leandro realmente assumiu (afinal, "o autor de *Auto-de-fé*" é mesmo "Elias Canetti", ainda que Leandro jamais venha saber disso) e as que Leandro realmente reconheceu (que "O autor do livro é um bom escritor"). Ou seja, se o *scorekeeper* sabe que um compromisso com "p" envolve um compromisso com "q" e um sujeito X qualquer está comprometido com "p", então o *scorekeeper* assume o compromisso de que X está comprometido com "q". E esta noção não aparece em atribuições *de dicto*. Por isso, o entendimento da objetividade é expresso pelas atribuições *de re*, que especificam os objetos ou estados de coisas sendo falados (a intencionalidade "de"), de um ponto de vista que supera o entendimento individual.

"We sapient are discursive scorekeepers. We keep track of our own and each other's propositionally contentful deontic statuses. Doing that requires being able to move back and forth across the different perspectives occupied by those who undertake commitments and those who attribute them" (*MIE*, p. 591).

"The crucial feature of the perspectival structure of objectivity is the *symmetry* of state and attitude between ascriber and the one to whom a commitment is ascribed. The author of a *de re* ascription treats it as specifying the objective representational content of the attributed commitment (as specifying the status in question, and what it is really about), and its *de dicto* correlates as specifying the subjective attitude that the target of the attribution has toward that state-what the one whose status it is *takes* it to be about." (*MIE*, p. 600).

Outra possibilidade é discutir a objetividade em termos das características da estrutura inferencial de compromissos e direitos que articulam o aparato conceitual de seus usuários. Neste caso, tudo o que é necessário é pensarmos que compromissos e direitos geram incompatibilidades e consequências, eles demarcam relações que precisam ser respeitadas e estão disponíveis para uma comunidade que as reconhece, como uma articulação de suas práticas. Quem atribui um compromisso sabe (implicitamente) que sua especificação pode ser feita com as relações inferenciais no contexto de seus próprios compromissos ou no contexto dos compromissos do alvo da atribuição. Isso significa entender que as relações inferenciais entre compromissos e direitos podem ser acessadas objetivamente (usando hipóteses auxiliares ou fatos que não são frutos da perspectiva do interlocutor) ou subjetivamente (usando hipóteses auxiliares que são endossadas apenas pelo interlocutor). Assim, as propriedades inferenciais que governam os compromissos e direitos transcendem as perspectivas pessoais, são verdadeiras ou falsas independentemente de um interlocutor específico as assumir. Isto é reconhecer que alguns compromissos são objetivos, neste sentido particular e restrito.

Ora, é natural supor que a ideia de objetividade consiste em tratar a correção da aplicação de normas conceituais num sentido que responde a realidade (ontológica) dos fatos e das coisas. Os compromissos tomados em relação à aplicação de conceitos ultrapassam as perspectivas individuais por estarem relacionadas ao *mundo*, ao modo como a comunidade responde a aplicações de conceitos no mundo – como ela sanciona, toma ou trata tais aplicações em relação aos objetos e estados de coisas. O conteúdo objetivo é instituído por relações inferenciais entre compromissos e direitos que não correspondem a uma perspectiva individual, mas "como o mundo é". Se há muitas perspectivas, há um único mundo (*MIE*, p. 594), e o significado dos nossos conteúdos depende dele, mesmo que um de nós (ou mesmo todos nós) não saiba verdadeiramente como as coisas são (*MIE*, p. 647). Isso quer dizer que nossos conteúdos conceituais podem ser revisados, por exemplo, se alguma descoberta científica leva-nos a recusar compromissos anteriormente assumidos. Nossos compromissos nada mais são do que as relações inferenciais que tomamos diante do mundo. No entanto, embora claramente Brandom considere a realidade do mundo, sua posição a este respeito não é muito mencionada. Ele está preocupado com o que as pessoas *falam e fazem*, o modo como a linguagem incorpora o mundo e se inclui *dentro* dele; não há um interesse filosófico em

investigar a natureza do mundo. Por isso, seu entendimento da objetividade deixa insatisfeitos aqueles que esperam uma solução ontológica, talvez causal, cujo foco não é o de Brandom. A própria explicação da dimensão objetiva é uma noção normativa, característica da aplicação de conceitos numa prática linguística.

"That is the lesson that the normative understanding of the representation relation teaches: what is represented is what serves as a standard for assessing what thereby, in this normative sense, counts as a representing (an appearance) of it." (*RP*, p. 100).

Por isso, a principal lição da discussão sobre a dimensão objetiva e representacional da aplicação conceitual é a importância social para sua constituição, ou seja, seu entendimento em termos das práticas próprias de uma comunidade usuário de linguagem. Ambas as dimensões têm suas raízes nas diferenças de perspectiva inferencial de agentes interagindo. Assim, explica-se a dimensão representacional e objetiva do uso da linguagem a partir do jogo de dar e pedir por razões, pois estes conceitos devem ser entendidos a partir da estrutura social da articulação inferencial do jogo das razões. Em outras palavras, elas são características da prática racional, da reflexão sobre as práticas que instituem os conteúdos conceituais usados por tais seres.

5.5. A DIMENSÃO INTERSUBJETIVA: COMUNICAÇÃO

Vamos assumir que a comunicação ocorre quando uma declaração "p", de um agente A, torna-se disponível para ser usada como premissa em uma inferência de um agente B. Para isso ocorrer, B precisa entender "p", atribuindo corretamente o compromisso correspondente a "p" para A. Contudo, como a significação de "p" depende dos compromissos colaterais que A e B reconhecem, o que eles reconhecem pode levar a um entendimento diferente de "p" em cada um deles. Ainda assim, não deve ser uma exigência que eles tenham os mesmos compromissos para poderem conversar, pois, de

fato, se isso fosse requerido comunicar-se seria impossível. Como as inferências que eles fazem dependem do que cada um deles endossa, das sentenças que eles têm para usar como suas premissas, eles podem discordar sobre quais sentenças são corretas e sobre o que se segue do quê. Então, como é possível que eles entendam um ao outro e continuem a conversar? Se, devido aos nossos compromissos colaterais, Stephen Hawking e eu entendemos algo muito diferente por "O tempo é contínuo", como eu poderia discordar dele ou ele de mim? De fato, como Brandom (*ISC*) reconhece, o maior desafio para as teorias semânticas holísticas – incluindo a inferencialista – é explicar a possibilidade de comunicação, explicar como eu e Stephen Hawking podemos conversar sobre o "tempo".

Brandom rejeita o modelo de comunicação que se baseia na "transmissão" de uma informação de um agente para o outro. O problema é que este modelo assume que a comunicação exige compartilhamento e, o que é ainda pior, supõe que o que é compartilhado é um conteúdo (num sentido amplo), *trocado* na comunicação.

"The motivating picture is at root a Lockean one: the speaker has an idea in his head, and his uttering the words he does succeed in communicating that idea to me if the idea hearing them uttered arouses in me is the same (repeatable) as the one he has. The meaning or content is, as it were, to be transported from his head to mind, or reproduced in mine" (*ISC*, pp. 666-7).

O modelo proposto por Brandom sugere que dois falantes são capazes de usar as declarações um do outro em seus próprios raciocínios sem exigir que eles compartilhem significados ou estados mentais. A comunicação se baseia na prática cooperativa. A e B podem se comunicar se ambos conseguirem navegar entre ambas as perspectivas (é por isso cada jogador também precisa ser um *scorekeeper*). B entende as declarações de A se ele pode rastrear a significação inferencial das declarações de A, do seu ponto de vista e do de A. Ou seja, para que haja comunicação, B deve ser capaz de endossar ou rejeitar os compromissos de A, extraindo informações da declaração de A, usando-a. Para que isso ocorra, ele precisa mapear as declarações de A em algo seu, através do qual ele pode extrair consequências inferenciais. Isto é, B deve ser capaz de selecionar uma sentença sua, em meio aos seus compromissos, que tenha o mesmo potencial inferencial da declaração de A – o que, como vimos, pode ser feito com substituições e anáforas. Portanto, para a comunicação ocorrer, basta A disponibilizar uma sentença que

B consiga usar como premissa de uma inferência sua, ou seja, B entende A se ele puder fazer uso das observações de A em seus próprios raciocínios. Portanto, a capacidade de B entender A é a habilidade prática de navegar entre as perspectivas criadas pelos compromissos colaterais de ambos. Assim, A e B não compartilham um conteúdo, mas, ainda assim, podemos dizer que eles compartilham algo:

"But what they share is like the dance that Fred and Ginger are doing together — one and the same dance, even though individually they are doing different things (him going forward, her backward; she dipping, he holding; she twirling, he leaping...). It is not like the cadence that the soldiers marching in step share: something visible already in what each is doing individually, simply repeated across them all. We can think of conceptual (that is, inferentially articulated) content as like Fred and Ginger's dance: something that is essentially perspectival, in that grasping it (like engaging in the dance) requires doing different things from each individual participating (in the conceptual case, depending on the background constituted by their other commitments). This is a different model of understanding and communication from the Lockean repetition or reproduction model — the soldiers marching model. An account of this shape will count as leaving communication unintelligible only to those who insist upon the Lockean model as the only way to understand understanding each other. (ISC, p. 688; cf. também *FNNF*).

Ora, todos os soldados fazem a mesma coisa, compartilham a marcha, mas na dança, o que Fred e Ginger compartilham é de outro tipo. Eles fazem coisas *diferentes* (se um vem pra frente o outro vai para trás, por exemplo), embora estejam dançando a *mesma* dança. Comunicar-se é como a dança de Fred e Ginger. Eles podem fazer coisas diferentes (assumindo compromissos e executando inferências diferentes), mas compartilham a estrutura da prática linguística.

"What is shared by all discursive perspectives is *that* there is a difference between what is objectively correct in the way of concept application and what is merely taken to be so, not *what* it is — the structure, not the content". (*MIE*, p. 600).

Por isso a comunicação é um tipo de atividade de cooperação em que se compartilha a própria prática (*scorekeeping*), a capacidade de especificar os compromissos de diferentes pontos de vista. Esta capacidade envolve interpretar o outro e assumir compromissos inferenciais, substitucionais e anafóricos, bem como a capacidade de explicitar a perspectiva em atribuições de atitudes proposicionais.

"The substitutional commitments that govern the expressions used to specify the content of the commitment ascribed can similarly either be attributed to the one to whom the doxastic commitment is ascribed or be undertaken by the one ascribing it; that social difference of deontic attitude turns out to be what determines whether the ascription is *de dicto* or *de re*. Communication requires that scorekeepers be able to move back and forth between the significance tokenings have as governed by the commitments they themselves acknowledge, on the one hand, and by the commitments they take the speaker to acknowledge, on the other. This is why the expressive power of interpersonal anaphoric recurrence chains is important for securing the possibility of communication. It also turns out that what is expressed by *de re* ascriptions is just the understanding of what is represented by a speaker's claim or beliefs – what they are *about*. (MIE, p. 503).

A dimensão representacional é necessária para a comunicação porque permite especificar aquilo *sobre* o qual se está falando, ou seja, Stephen Hawking e eu usamos atribuições *de re* para sermos capazes de falar sobre as mesmas coisas, a despeito de nossos compromissos colaterais.

"Talk about representational is talk about what it is to secure communication by being able to use one another's judgments as reasons, as premises in our own inferences, even just hypothetically, to assess their significance in the context of our own collateral commitments." (AR, p. 168).

Considerando esse entendimento da comunicação, uma diferença importante entre o *baseball* e o *scorekeeping*, não comentada no Capítulo 3, é que o *scorekeeping* envolve perspectiva. É uma característica da conversação que ela contemple as perspectivas interpessoais, ou seja, é fundamental que a constituição inferencial do conteúdo, as regras que determinam seu uso, não compreenda apenas o raciocínio de uma pessoa, mas tenha um sentido interpessoal sujeito à avaliação pública. Então, a prática discursiva não é linguística somente por conter asserções, mas porque seu uso é visto como uma prática comunicativa, perspectiva, que expressa relações conceituais estabelecidas intersubjetivamente, frutos da prática de produzir e consumir razões. Estas relações não podem ser especificadas de um ponto de vista específico. Nenhuma perspectiva é *privilegiada*, todas têm seu próprio conjunto de relações inferenciais, de premissas usadas para inferir. Como consequência, a adição ou subtração de um compromisso à conversação afeta todos os envolvidos. A intersubjetividade que institui os conteúdos altera o modo como os usuários da linguagem agem diante dos conteúdos

conceituais que lhe são apresentados. Então, a estrutura de compromissos e direitos tem uma dimensão "interpessoal" (perspectiva) e "intrapessoal" (inferencial intralinguística).

"This combination of the *personal-based* authority (invoked by *deferring* to the claim of another) and *content-based* authority (invoked by *justifying* the claim through assertion of other sentences from which the claim to be vindicated can appropriately be inferred) is characteristic of asserting as a doing. This constellation – of commitment and entitlement, of authority and responsibility, and of an inheritance of entitlement to assertional commitment that is *interpersonal* and *intracontent* as well as *intrapersonal* and *intercontent* – constitutes a fundamental substructure of the model of assertional practices presented here." (*MIE*, p. 175).

CONCLUSÃO

O objetivo deste capítulo foi discutir a explicação de Brandom sobre as atribuições de atitude proposicionais, dada a sua importância para a compreensão do *scorekeeping*. Embora a dimensão representacional e a objetividade da aplicação conceitual sejam tópicos relevantes, procurou se concentrar no entendimento pragmático de tais atribuições, isto é, aquilo que alguém faz quando atribui um conteúdo proposicional na forma *de re* ou *de dicto*. Neste sentido, destacou-se o aspecto social da prática discursiva, evidenciando a diferença entre os pontos de vista envolvidos numa conversação.

A ideia principal tratada no capítulo foi o desenvolvimento de uma afirmação que já havia sido feita, a de que os conteúdos semânticos são sempre perspectivistas. As linguagens naturais oferecem, através da diferença entre atribuições de atitudes proposicionais *de dicto* e *de re*, condições de desfazer as ambiguidades da linguagem ao tornar explícito qual significação cada expressão assume quando de seu uso. Tais atribuições têm o papel expressivo de mostrar a articulação inferencial, substitucional e anafórica implícita no uso de conceitos. As atribuições *de re*, particularmente, tornam explícitas as diferenças de perspectivas que constituem a dimensão social da prática e são a forma primordial das linguagens naturais expressarem conteúdos representacionais. Por isso, este capítulo explicou, sem o uso de um vocabulário

representacional e a partir do entendimento inferencial do conteúdo, o que está sendo expresso pelo vocabulário tradicional do representacionismo. Isto é, foi-se da dimensão inferencial para proposições que são sobre objetos ou estados de coisas. Os compromissos inferenciais, substitucionais e anafóricos são suficientes para explicar a intencionalidade "de", ou seja, a dimensão representacional implícita na linguagem aparece em atitudes *de re* que são explicadas em termos inferenciais.

As diferenças de perspectiva na prática linguística também permitem explicar o conceito de "objetividade". A objetividade dos pensamentos e das declarações linguísticas é entendida como aquilo que está além da perspectiva pessoal, permitindo entender como as práticas sociais instituem conteúdos interpessoais. É sempre necessário navegar entre as perspectivas de quem atribui um conteúdo e do alvo da atribuição e, sendo assim, a objetividade é uma característica da estrutura articuladora dos compromissos e direitos dos agentes imersos em jogos de dar e pedir por razões. Portanto, o entendimento da objetividade apaga a ideia de que o inferencialismo privilegia um único ponto de vista na instituição do conteúdo conceitual. Por fim, discutimos também a questão da comunicação, pendente desde o Capítulo 3. O entendimento linguístico depende da habilidade de navegar entre as perspectivas e especificar os compromissos implicitamente assumidos sob a forma de conteúdos explícitos. Essa capacidade depende da habilidade interpretar o interlocutor, por meio de substituições, e conseguir "consumir" suas declarações. Assim, o jogo deôntico é uma forma de comunicação e um tipo de interpretação, como veremos em detalhes a seguir, o que reforça a importância deste Capítulo para o objetivo desta pesquisa.

CAPITULO 6 – NORMATIVIDADE, EXPRESSIVISMO E RACIONALIDADE

Após oferecermos as motivações teóricas para uma abordagem normativa e inferencial da prática racional (Capítulos 1 e 2), desenvolvemos, no Capítulo 3, um modelo de prática deontica que institui os conteúdos inferencialmente articulados de estados intencionais, expressões linguísticas e ações intencionais dos agentes. Em seguida (Capítulo 4), desenvolvemos a explicação dos níveis subsentenciais da semântica inferencialista e, no Capítulo 5, detalhamos as atribuições de atitudes proposicionais, destacando sua função representacional. Neste capítulo, retomamos a explicação da normatividade através da noção de interpretação. Tal análise nos levará diretamente ao expressivismo lógico, através do qual iremos finalizar o capítulo, discutindo o racionalismo expressivista e a racionalidade em geral. Pretende-se, assim, que todo este capítulo seja visto como uma conclusão do trabalho, pois ele tentará dar sentido ao percurso filosófico desde o início.

6.1. NORMATIVIDADE

No Capítulo 3, descreveu-se um modelo de prática social em termos do jogo de dar e pedir por razões. Seus participantes produzem e consomem conteúdos proposicionais inferencialmente articulados, na forma de asserções, com os quais realizam suas jogadas, atribuindo e reconhecendo compromissos e direitos, os conceitos normativos usados na descrição do jogo. Podemos pensar nesta caracterização como o "nível 1" do entendimento das normas. Neste nível, descrevemos as práticas linguísticas em termos de permissões, obrigações e incompatibilidades entre *status* normativos, numa espécie de rede inferencial de direitos e deveres que determinam os usos dos conteúdos

conceituais. Fazer uma jogada exige atenção a estas relações e permite que o jogo evolua.

Contudo, Brandom, que é pragmatista, almeja explicar as relações conceituais a partir das atitudes dos agentes. Ele sugere que os *status* normativos são instituídos por aquilo que os agentes fazem, suas ações como seres que usam uma linguagem e estão inseridos em práticas sociais. Ora, a estratégia nunca foi explicar o que são *status* normativos, mas as atitudes que os institui. Isto é, não explicamos as normas, mas as atitudes práticas que as estabelecem. Essa estratégia foi denominada "fenomenalismo sobre normas", no Capítulo 1 e, como lá se discutiu, gera a suspeita de reducionismo – explicar normas reduzindo um tipo de conceito (ou ontologia, se quisermos) em outro, reduzindo o normativo ao não normativo. Brandom sabe disso, mas, por opção, mantém o fenomenalismo sobre normas, fornecendo pistas, ao longo de *Making It Explicit*, que há algo além dele. Então, a difícil e extensa conclusão da obra altera o panorama ao inserir na discussão uma nova estratégia, também fenomenalista, que o autor chama de "fenomenalismo normativo".

"The (normative) phenomenalist strategy that has been pursued throughout is to understand normative statuses in terms of normative attitudes – in terms of (proprieties of) *taking* to be correct or incorrect. This strategy dictates two questions concerning proprieties of scorekeeping practice. First (apropos of phenomenalism about norms), what must one be doing in order to count as taking a community to be engaging in implicitly normative social practices – in particular in deontic-status-instituting, conceptual-content-conferring discursive scorekeeping practices? Second (apropos of its being a normative phenomenalism), what is it about the actual performances, dispositions, and regularities exhibited by an interacting group of sentient creatures that makes it correct or appropriate to adopt that attitude-to interpret their behavior by attributing those implicitly normative discursive practices?" (*MIE*, p. 628).

A diferença entre esta nova formulação e a anterior não é clara e sua inclusão não tem sido bem compreendida pelos leitores de Brandom. O fenomenalismo sobre normas considera o que deve ser tomado de forma *apropriada* na prática normativa. Mas o fenomenalismo normativo considera o modo *apropriado* de algo ser tomado de forma *apropriada* na prática normativa. Em ambos os casos, não se consideram *status* normativos, mas atitudes normativas. No entanto, no fenomenalismo normativo, não estamos mais avaliando as atitudes práticas dos agentes, mas sua aquisição e alteração, ou seja, o reconhecimento de que estas atitudes são elas mesmas regidas por normas.

Então, este novo fenomenalismo propõe explicar as atitudes práticas a partir das propriedades normativas que as regem – uma vez que tais propriedades são *status* normativos, isso significa explicar as atitudes normativas a partir de *status* normativos. Portanto, passamos a falar de atitudes que são regidas por normas. Não devemos considerar as atitudes realmente sendo feitas, mas as normas que as regem e pelas quais elas devem ser avaliadas. Por isso, o fenomenalismo normativo pode ser vista como uma "evolução" do fenomenalismo sobre normas, introduzido antes por estratégia metodológica. Entender as normas é entender como adotar corretamente (normativamente) atitudes práticas. Esta descrição, oferecida pelo fenomenalismo normativo, é o "nível 2" da explicação que podemos dar das práticas normativas.

Por que fazer isso? O objetivo é claramente evitar o reducionismo. O fenomenalismo normativo não é reducionista por não reduzir as normas às atitudes, mas por considerar que as próprias atitudes que instituem as normas seguem normas. Contudo, se essa ideia evita a redução, nada explica da relação entre o normativo e o não normativo, além de reforçar o risco de circularidade, já discutido. A solução, então, é adicionar o "nível 3" da explicação de normatividade, em termos de interpretação. Ou seja, a diferença entre as duas formulações fenomenalistas conduz à discussão do conceito de "interpretação", que será explicado como dois tipos de posturas (atitudes "intencionais") que alguém pode adotar ao atribuir um *status* normativo. Este passo havia sido anunciado no início de *MIE*, quando Brandom discute brevemente a filosofia de Dennett. Seu objetivo, porém, permanece obscuro até a parte final da obra. A seguir, mostraremos como entender os dois tipos de fenomenalismos como dois tipos de interpretação. O fenomenalismo sobre normas avalia o que um agente tem que fazer para atribuímos a ele práticas normativas, isto é, o que ele faz que nos autoriza a interpretá-lo de tal modo. No fenomenalismo normativo, analisa-se quando é apropriado interpretar um agente atribuindo-lhe propriedades normativas. A diferença consiste entre interpretar ou entre propriedades que autorizam a interpretar, entre avaliar as atitudes e avaliar as propriedades que regem as atitudes. Investigar as normas, neste terceiro nível, é investigar as propriedades que autorizam a interpretação de um agente, como sugere o fenomenalismo normativo.

6.1.1. INTERPRETAÇÃO SIMPLES E INTERPRETAÇÃO ORIGINAL

Considerou-se as práticas normativas em termos de propriedades normativas e atitudes (fenomenalismo sobre normas) e em termos de propriedades que regem as atitudes normativas (fenomenalismo normativo). Por fim, a normatividade é avaliada segundo a interpretação normativa, uma estratégia alinhada ao fenomenalismo normativo. Neste último caso, o ponto de partida de Brandom é Dennett (1989, 1971)²⁰, cuja estratégia é entender a intencionalidade em termos de atribuição de intencionalidade, ou seja, entender o que é um sistema intencional em termos das atitudes de tratar algo como um sistema intencional.

"One way in which the significance of the social character of the attitudes that institute intentional norms can begin to be approached is by considering the relation between the practical activity of intentional interpretation and the intentional states that are attributed by such interpretations." (*MIE*, p. 55).

Dennett chama de postura (*stance*) a atitude de oferecer uma explicação intencional do comportamento de um sistema atribuindo-lhe estados intencionais, isto é, considerando-o como um sistema intencional. Um sistema intencional é, assim, instituído por estas atitudes (por isso, *tratar* algo como um sistema intencional é anterior ao conceito de *ser* um sistema intencional). Visando desenvolver tal proposta, Dennett distingue entre sistemas intencionais simples, que são interpretáveis, dos sistemas intencionais originais, que podem adotar a postura intencional em relação a outros sistemas. Ou seja, Dennett distingue entre a intencionalidade instituída externamente (dependente dos teóricos que a descrevem) e aquela que é instituída originalmente por seus membros, que não é derivada. Inspirando-se nestas ideias de Dennett, Brandom oferece uma teoria que deve ser vista como uma explicação da atitude de atribuir intencionalidade original, porém, como sua explicação sobre estados intencionais foi substituída pela explicação normativa, o que ele almeja é oferecer uma

²⁰ É importante mencionar que tanto Brandom quanto Dennett são fortemente influenciados por Davidson, nesta área.

explicação das atitudes normativas que instituem os *status* normativos, instituem as normas conceituais. Falar de *status* normativos pode ser entendido apenas em referência as atitudes normativas de tratar algo como um sistema normativo, ou seja, interpretá-lo como tal. Adotar a interpretação normativa (que substitui a interpretação intencional) é uma atitude prática governada por propriedades que instituem *status* normativos.

Na visão de Brandom, as atitudes intencionais simples e original são duas formas de interpretação de um agente em relação a outro, atribuindo-lhe "intencionalidade" – que, neste caso, significa apenas dizer que se atribui a ele conteúdos conceituais, explicados como compromissos, que cumprem o papel teórico dos estados intencionais. A interpretação original é autônoma e deve ser tomada quando for apropriado adotar a atitude de interpretar um agente (ou uma comunidade) atribuindo-lhe propriedades inferencialmente articuladas que lhe confere conteúdos conceituais. Segundo Brandom, o fenomenalismo sobre normas incorpora a interpretação simples e o fenomenalismo normativo aplica uma versão da interpretação original para o problema da compreensão dos *status* normativos como as propriedades implícitas nas práticas de *scorekeeping*. Porém, para entendermos o nível 3 do entendimento normativo, é preciso aplicar a mesma estratégia adotada no fenomenalismo normativo, isto é, a relação entre a interpretação simples e a original é análoga aquela entre *status* e atitudes normativas. A ideia é explicar as propriedades que determinam a interpretação de uma comunidade como possuindo intencionalidade original, ou seja, não explicamos o que é a interpretação original, mas como ela deve ser feita, segundo propriedades que autorizam o intérprete a interpretar aquela comunidade como apresentando intencionalidade original. Dito de outro modo, algumas propriedades licenciam o intérprete a tomar um compromisso com a prática sendo interpretada, a partir das quais ele pode considerar o agente como engajado em práticas sociais que instituem conteúdos inferencialmente articulados e objetivos que articulam os conteúdos implícitos de suas expressões e performances. Portanto, a questão imediata é: quando é apropriado adotar a atitude de interpretar uma comunidade como engajada neste tipo de prática? Quando é correto adotar a interpretação original?

Novamente, aborda-se a questão analisando o que alguém faz ao interpretar outro agente. Para isso, é útil analisar a relação entre alguém interpretando os membros de sua própria comunidade (intérprete interno) ou interpretando uma comunidade estando fora dela (intérprete externo). Ora, o intérprete interno pode explicitamente

atribuir *status* normativo e assumir que seus pares também são capazes de fazer isso, mas ele não atribui explicitamente atitudes normativas. O intérprete externo atribui explicitamente *status* e atitudes normativas e trata seus pares como possuindo a mesma habilidade. Isto é, a diferença é que o intérprete interno apenas implicitamente toma ou trata os outros como comprometidos, enquanto que o intérprete externo faz isso explicitamente. Apesar da diferença entre externo e interno, a distinção fundamental a ser notada é aquela entre o que está *implícito* ou *explícito*. Quem pode tornar explícitos os *status* normativos implícitos em seu comportamento pode adotar a interpretação simples. Quem pode adotar a interpretação simples e, adicionalmente, pode tornar explícitas suas atitudes normativas, pode adotar a interpretação original. Portanto, para considerar as práticas de uma comunidade como práticas que conferem conteúdos conceituais, um intérprete deve ser capaz de *dizer* o que eles estão *fazendo*, tornando explícitas as propriedades inferenciais implícitas que governam suas atitudes.

Detalhemos o que foi dito. Ora, o que alguém faz ao interpretar outro agente? Ele lhe atribui certas características, com as quais descreve seu comportamento, suas atitudes, seus estados "mentais" etc. Neste sentido, os intérpretes internos e externos fazem o mesmo. O interprete interno se engaja em atividades práticas julgando que seus pares podem asserir e entender a articulação que aquelas práticas exigem. Isto é, ele participa da prática e trata seus pares como engajados na mesma prática que ele, produzindo e consumindo conteúdos inferenciais expressos como compromissos e direitos. Mas ele não precisa dizer quais atitudes práticas ele está adotando ou atribuindo, estas atribuições de atitudes ficam implícitas no que ele faz, sendo mapeadas através das asserções realizadas. O intérprete externo (interpretando, digamos, uma comunidade de *scorekeepers* sem estar participando dela), precisa ser capaz de atribuir explicitamente certas atitudes aos interpretados, dizendo, por exemplo, se "X está comprometido com a declaração 'p' então X está autorizado a 'q'". Ou seja, alguém capaz de adotar a interpretação original deve ser capaz de atribuir explicitamente não somente as propriedades inferenciais ativas, mas, também, as atitudes apropriadas relativas às práticas sendo avaliadas.

"Only someone who can *say* something of the form 'S is committed to the claim that if a scorekeeper *does* attribute to A commitment to *p*, then the scorekeeper *should* attribute to A commitment to *q*' can adopt the attitude that it makes explicit." (*MIE*, p. 640).

Então, o que Brandom faz é substituir a noção de interpretação intencional, de Dennett, pela de *scorekeeping*. Tanto na interpretação simples quanto na original, os intérpretes tomam seus interlocutores como comprometidos, autorizados etc. de acordo com propriedades que correspondem à articulação inferencial de seus compromissos, mas o intérprete original pode expressar as atitudes práticas que instituem estes compromissos, enquanto os intérpretes simples as dominam apenas "internamente". Ora, no *scorekeeping* do Capítulo 3, os agentes daquela prática não faziam atribuições explícitas de suas atitudes. Portanto, aquela era uma versão *simplificada* do *scorekeeping*. Em tal versão, o interpretado mostra quais compromissos ele está comprometido fazendo algo e, assim, o intérprete pode atribuir compromissos que o interpretado deveria reconhecer implicitamente nas suas atitudes. Na interpretação original, eles podem *dizer* quais atribuições estão sendo feitas. O *scorekeeping* simplificado é compatível com o fenomenalismo sobre normas, enquanto aqueles que podem explicitar suas atitudes são descritos pelo fenomenalismo normativo.

6.1.2. COLAPSO DOS NÍVEIS

O intérprete externo é capaz de expressar as atitudes normativas dos seus interpretados e, para isso, ele os interpreta como se tais atribuições estivessem internalizadas nas práticas deles. Então, ele interpreta que os interpretados estão fazendo com seus pares exatamente o mesmo que ele está fazendo de fora em relação ao interpretados – atribuindo atitudes normativas –, mas ele, intérprete, faz isso explicitamente. Assim, o que o interprete externo faz *explicitamente*, o interno faz *implicitamente*. Portanto, a interpretação externa é apenas um caso especial da interpretação interna: ser capaz de distinguir os compromissos que está sendo reconhecidos, tomados e atribuídos e, adicionalmente, explicitá-los.

Quando um intérprete externo reconhece sua capacidade de tornar explícitas as suas atribuições de atitudes, ele alcança um "equilíbrio interpretativo" explícito, e quando isso acontece, o abismo explicativo entre as interpretações simples e original desaparece: elas *coincidem*, a diferença entre elas é somente expressiva. Este "colapso dos níveis" mostra que a diferença entre as interpretações é a diferença entre criaturas que são capazes ou não de se expressarem, criaturas lógicas ou racionais. Uma vez que os recursos expressivos da linguagem são dominados, os "seres lógicos" podem teorizar sobre suas próprias atitudes, suas atribuições de *status* normativos e suas relações inferenciais, que passam a ser objetos de justificação e argumentação. Eles podem tornar-se explícitos, para si mesmos, como seres discursivos, e reconhecer-se como uma comunidade: eles podem dizer "nós" e demarcar os limites conceituais, normativos e expressivos do seu próprio espaço das razões. Isto é, tanto os participantes do *scorekeeping* simplificado quanto os expressivos estão engajados em práticas que conferem conteúdos conceituais, mas apenas os últimos podem falar sobre as propriedades que governam as atitudes que instituem tais conteúdos.

"By its means we come to be able to talk about proprieties of *inference*, about the structures of score keeping attitudes within which a performance can be accorded the significance of acknowledging or undertaking a *commitment*, and about the relations between these characteristics of specifically *discursive* practice as such. The complete and explicit interpretive equilibrium exhibited by a community whose members adopt the explicit discursive stance toward one another is social self-consciousness. Such a community not only *is* a *we*, its members can in the fullest sense *say 'we'*". (MIE, p. 643).

Antes de prosseguirmos, convém fazermos três observações. A primeira é que, no nível 1, o normativo aparece como *status* normativos inferencialmente articulados. Mas falar de *status* normativos é falar de atitudes normativas – *status* normativos são usados somente para identificação e individuação de atitudes normativas –, então, no nível 2, o normativo aparece como *status* normativos que governam a adoção e alteração de atitudes normativas. No nível 3, explicamos as normas como propriedades regendo a interpretação original, mas em momento algum explicamos o que são estas propriedades. Uma restrição imediata, em relação a este aspecto, é que o vocabulário não normativo não pode ser utilizado para descrever a interpretação original, pois ela demanda propriedades normativas, que não estão na ordem causal. Uma vez que é

impossível descrever tais propriedades em termos de comportamentos ou disposições, permanece a discussão sobre a natureza das normas: o que são as propriedades que regem a interpretação original? O que são as normas?

Um segundo ponto interessante é em relação ao entendimento dos "fenomenalismos". No fenomenalismo sobre normas, as normas estão somente nos olhos de seus espectadores, os intérpretes externos. No nível do fenomenalismo normativo, estas propriedades são removidas dos olhos do intérprete externo, porque, uma vez que o intérprete externo também é um intérprete interno, estas propriedades estão dentro de nossas próprias práticas, e não apenas disponíveis para observadores de fora. Ou seja, com o colapso das interpretações simples e original, as propriedades normativas são assimiladas às propriedades comuns das nossas práticas discursivas, elas contêm estas propriedades. Tudo o que precisamos fazer é explicitá-las, teorizando sobre a nossa linguagem e sua conexão com as nossas práticas normativas. Por isso, esta é uma explicação pragmática que não oferece uma resposta ontológica para a normatividade. O que Brandom faz é explicar o que "nós", *scorekeepers*, fazemos, como seres normativos, e como entender a normatividade associada com nossas práticas de *scorekeeping*.

O terceiro ponto de discussão é: como saber que a interpretação que fazemos é a correta? Segundo Brandom, não há uma resposta para esta questão. Deve-se adotar a atitude interpretativa discursiva (dizer "nós") sempre que se pode adotá-la, quando for possível adotá-la e relacioná-la as nossas práticas. Pode-se argumentar que toda interpretação pode ser descrita de modo alternativo, isto é, vários outros conjuntos de propriedades podem ser oferecidas como interpretações de um comportamento associados às práticas discursivas (*gerrymandering*). Isso não acontece, segundo Brandom, porque, com o colapso das interpretações, temos de projetar a interpretação externa para dentro de nossa própria comunidade. Nós interpretamos as *nossas* práticas, assumimos compromissos com a adequação das *nossas* performances. Isto é dizer que a interpretação apropriada deve concordar com as propriedades que regulam as nossas práticas reais. Se se interpreta um agente da nossa comunidade segundo um conjunto de propriedades incompatíveis com as nossas práticas, oferece-se uma interpretação diferente, atribui-se a ele um conjunto diferente de propriedades que não são aquelas que a nossa comunidade está assumindo. Ou seja, a interpretação correta é restringida

pela interpretação perspectivista da prática social e, dependendo do modo como alguém interpreta uma comunidade, ele está ou não interpretando a nossa comunidade.

6.1.3. EXTERNALISMO SEMÂNTICO

Os dois tipos de fenomenalismos citados devem ser entendidos como dois tipos de interpretação. Como o colapso das interpretações mostra que a diferença entre as duas interpretações é apenas expressiva, interpretamos nossa comunidade tomando seus membros como adotando a atitude de interpretar uns aos outros como intérpretes lógicos e teorizando sobre as nossas normas conceituais. E não há uma resposta sobre como determinar as propriedades normativas que regem a interpretação original. Sabemos, apenas, que não podemos nos focar nas interpretações feitas, mas em como elas devem ser feitas. Isso significa que a interpretação correta é normativamente determinada, mas, ainda assim, seus intérpretes são delimitados por normas conceituais "objetivas, compartilhadas e de forma inequívoca, projetáveis". Como isso é possível?

As propriedades que regem a aplicação conceitual de uma comunidade são em parte determinadas pelo mundo (como as coisas são) e em parte determinadas pela própria linguagem (relações sentenciais-inferenciais). Em outras palavras, o conteúdo dos compromissos atribuídos depende dos objetos sendo falados e dos compromissos que os agentes linguísticos assumem. Dominar as práticas de atribuição de compromissos conceituais é aprender a dominar estes dois elementos: objetos e estados de coisas e *status* normativos. No primeiro caso, o conteúdo dos compromissos atribuídos não pode ser especificado a revelia de sua referência, o que realmente se segue do quê depende dos fatos, de como o mundo determina o que é correto afirmar em situações factuais e contrafactuais. Então, compartilhamos conceitos que determinam nossas atitudes de acordo com os fatos; a semântica depende de como as coisas realmente são. No segundo caso, as normas inferenciais que regem o uso da linguagem determinam quando é apropriado aplicar conceitos segundo as próprias

relações conceituais. Estes dois aspectos determinam que todos os usuários de uma linguagem são delimitados pelas mesmas propriedades conceituais, apesar das diferenças em seus pontos de vista. Como a objetividade é um aspecto da estrutura social e normativa das práticas, interpretar os membros de uma comunidade como engajados nas mesmas práticas é interpretá-los como restringidos por conceitos objetivos, cujas propriedades de uso ultrapassam as disposições individuais a aplicá-los, são propriedades que superam os compromissos pessoais reconhecidos. Isto é compatível com a ideia de assumir que a comunidade usuária de uma linguagem fala sobre os mesmos objetos, responde aos mesmos conjuntos de fatos objetivos. A linguagem envolve o mundo e é inseparável dele: "Nossas práticas nos colocam em contato com os fatos e os conceitos que os articulam – nós os entendemos" (*MIE*, p. 632).

Este externalismo semântico "começa em casa", com todos os recursos da primeira linguagem do intérprete sendo aplicados para que ele consiga distinguir as propriedades objetivas presentes nos conceitos que ele começa a empregar. Compartilhar conteúdos – comunicar-se segundo uma semântica inferencial que reconhece os diferentes repertórios de premissas dos agentes – exige, assim, dois elementos. A dimensão inferencial, social e perspectivista, e a interpretação normativa, a capacidade de usar adequadamente os conceitos objetivos de sua comunidade por interpretá-la corretamente. Desta forma, quando alguém está interpretando outros indivíduos segundo as mesmas propriedades que o governam, está aceitando que todos eles compartilham conteúdos conceituais objetivos e são capazes de ter uma conversa. Portanto, o conteúdo conceitual não é somente perspectivista, mas interpretativo, através do qual duas pessoas podem se envolver em discussões explícitas a respeito de suas práticas de uso de conceitos.

6.1.4. REDUCIONISMO, CIRCULARIDADE E OUTRAS CRÍTICAS

Brandom admite a distinção entre seres que podem interpretar sua comunidade como adotando normas e os que não podem adotar (seres que não são normativos), e usa um vocabulário normativo próprio para descrever a atitude dos primeiros. A dimensão normativa pode ser explicada a partir de três níveis de entendimento: em termos de *status* normativos, em termos de propriedades governando as atitudes de atribuir *status* normativos e em termos de propriedades governando a interpretação de atribuições de normas. *MIE* desenvolve tardiamente os dois últimos níveis, uma vez que a prática descrita como o jogo deôntico funciona perfeitamente no primeiro nível de explanação. Esta conduta, por si só, fornece indicativos dos objetivos de Brandom, e pode-se considerar que os níveis 2 e 3 são apenas refinamentos do *scorekeeping*, associados ao expressivismo e as tentativas de evitar as armadilhas geradas pelo fenomenalismo sobre normas. Falaremos do expressivismo abaixo. Antes disso, vejamos os perigos e soluções que a explicação da normatividade em cada nível enfrenta.

REDUCIONISMO

O primeiro nível da explicação normativa (fenomenalismo sobre normas) gera um problema de redução, pois explica os *status* normativos em termos das atitudes práticas dos agentes (crítica elaborada no Capítulo 1). Segundo Brandom, porém, a normatividade é *irredutível*, de modo que ele precisa oferecer uma solução para o problema. O reducionismo é resolvido pela introdução do fenomenalismo normativo. Nele, não consideramos as práticas atualmente feitas, mas as normas que governam tais práticas. Avaliar uma prática normativamente é avaliar a aquisição e alteração das

atitudes normativas considerando suas propriedades normativas, ou seja, avaliar como e quando é correto adquirir e alterar certas atitudes deônticas.

Status normativos são propriedades governando as relações inferenciais entre conteúdos. Eles não são as propriedades que todos reconhecem, mas as que todos deveriam reconhecer. Se "p" implica "q", por exemplo, alguém que reconheça o compromisso com "p" pode não reconhecer o compromisso com "q", mas deveria. É por isso que tais propriedades não podem ser identificadas com aquilo que um indivíduo reconhece, mas, ao invés disso, devem ser identificadas como os movimentos inferenciais que devem ser feitos. Porém, de acordo com a insistência na primazia das atitudes, Brandom evolui esta explicação. Falar de *status* normativos é falar de propriedades implícitas que regem as atitudes normativas, as atitudes práticas de atribuições de *status* normativos. A instituição destes *status*, por atitudes normativas, não pode ser entendida a partir das atitudes feitas, mas de acordo com propriedades controlando como elas devem ser feitas, ou seja, como os agentes são "obrigados" a adotar e alterar suas atitudes diante de certos compromissos conceituais de uma comunidade. Por esta razão, elas não podem ser descritas em um vocabulário não normativo. É por isso que o nível 2 incorpora uma versão refinada do fenomenalismo sobre normas. Antes, consideravam-se *status* normativos em termos de atitudes; agora, tomam-se os *status* normativos das atitudes.

Esta explicação resolve o problema do reducionismo porque, embora ainda seja construída sobre atitudes, são atitudes regidas elas mesmas por normas. Vale lembrar que no nível 3 também não falamos da atitude interpretativa, mas dos *status* normativos que a governam – não como interpretamos, mas como devemos interpretar. Por isso, nenhum destes níveis apresenta reducionismo, pois se considera normas em todos os casos. Estamos sempre dentro do espaço normativo, descrevendo e explicando nossas práticas em termos destas propriedades. Porém, se não há reducionismo, por outro lado, a explicação não oferece qualquer contribuição em relação à origem da normatividade ou uma explicação suficiente da relação entre práticas normativas e comportamentos não normativos. A solução avança somente no entendimento de seres que seguem normas e daquilo que eles fazem como tal. Ademais, esta solução impulsiona o problema da circularidade.

CIRCULARIDADE

Embora a ameaça mais evidente da estratégia de Brandom seja mesmo o reducionismo, é provável que a acusação de circularidade seja mais difícil de ser combatida. Vejamos qual é o problema e, em seguida, uma sugestão de análise que o dissolve.

A explicação do fenomenalismo normativo e da interpretação normativa é feita considerando que as atitudes dos seres normativos são governadas por propriedades que indicam o que deve ser feito, pensado etc. Não devemos considerar as atitudes realmente sendo feitas (no reino causal), mas as propriedades que as governam (reino normativo). Como Brandom recusa que o normativo possa ser reduzido ao causal, seres racionais (e seres lógicos) estão todo o tempo dentro do espaço normativo irreduzível. Há sempre uma limitação por normas, que se sustentam umas nas outras e exigem um vocabulário específico para descrevê-las. Neste sentido, dizer que o *scorekeeping* é normativo é atribuir a ele uma especificação que só pode ser dada em termos normativos; aquele jogo não pode ser descrito num vocabulário não normativo. Ora, se o normativo e o não normativo são inconciliáveis, e explicamos normas sempre usando normas, temos, em princípio, uma ameaça de circularidade.

Uma boa maneira de investigar a circularidade é pensar em como novas normas são instituídas, isto é, quando práticas que ainda são não normativas tornam-se normativas. Sugerimos o seguinte. Alguns tipos de seres são "normativos", eles têm uma habilidade inata para tratar a si mesmos e aos outros seres que ele considera iguais a ele como seres que seguem normas. Assim, em uma nova situação, uma situação em que não há uma norma presente, um ser normativo age considerando que os outros seres normativos vão agir da mesma forma que ele age (ou seja, ele age atribuindo aos seus iguais a capacidade de engajar normativamente naquela nova situação). Os outros seres normativos, evidentemente, estão fazendo o mesmo, a mesma interpretação normativa dos seus pares. Assim, o que todos estão fazendo é atribuindo normas, para os outros e para si mesmos (não faz qualquer diferença aqui se são normas implícitas ou explícitas). No decorrer do tempo, seus comportamentos vão sendo refinados, ajustados na direção dos comportamentos mais comuns ou os que pareçam mais adequados pelo conjunto dos seres engajados naquela prática (por exemplo, comportamentos que são sustentados

em "boas" razões ou facilmente justificáveis). Isto é, as práticas vão sendo modificadas pela interação entre os agentes para considerarem ou refletirem as "normas" da comunidade, e não as suas próprias maneiras de agir²¹. Então, um ser normativo passa a reconhecer certas situações como regidas por normas (como obrigações, direitos, deveres, implicações, consequências etc.), e, principalmente, reconhecer um sentido de objetividade nelas: reconhecer que elas superam seu entendimento pessoal do que deve ser feito. Uma vez que Brandom se omite a este respeito, *MIE* pode ser lido desta maneira, evitando a circularidade ao considerar que a interpretação original resolve o problema. Entretanto, embora não haja circularidade, a atenção de Brandom ao aspecto normativo da história racional pode ser (mal) visto como um tipo de "idealismo".

IDEALISMO

Em oposição àqueles que acusam Brandom de reducionista, há os que o acusam de perder o contato com o mundo. Esse tipo de crítica pode ser classificada como idealista, por interpretar que *MIE* posiciona os seres racionais dentro de um jogo normativo sem oferecer uma explicação adequada da relação do normativo com o causal. Neste caso, isso implica em uma cisão entre norma e fato, entre mente e mundo.

Brandom entende que uma das diferenças de Kant em relação a Descartes foi uma mudança de um dualismo ontológico para um deontológico. Este tipo de observação e a ênfase na irredutibilidade do vocabulário normativo podem sugerir um dualismo entre o normativo e o não normativo. De fato, o vocabulário normativo da prática deôntica reconhece a distinção entre o normativo e o não normativo, mas isso não significa um dualismo ontológico entre norma e fato. O *scorekeeping* é descrito em termos de atitudes que explicam nossa relação com fatos normativos e com fatos não normativos. Expressar um fato, representá-lo, é explicado em termos normativos, recorrendo às atitudes práticas de tomar ou tratar uma performance como o exprimindo.

²¹ E se eles são seres lógicos, seus comportamentos também podem ser modificados porque eles podem explicitamente discutir sobre suas normas, o que alguém deve ou não fazer, em contraste com o que um indivíduo faz.

"Os reinos do fato e da norma mutuamente incluem um ao outro: fatos são explicados em termos normativos e fatos normativos emergem como um tipo de fato" (*MIE*, p. 625). Assim, o normativo é uma "sub-região" do factual, com a função de expressar certas características que estão implícitas no comportamento racional. Há normas, e elas não têm eficácia causal; o que está no reino causal é a atitude prática que as institui (reconhecer e atribuir compromissos).

Afirmar que o *scorekeeping* é normativo é atribuir a ele uma especificação que só pode ser dada usando um vocabulário normativo. Dizer que as normas (dimensão normativa) são instituídas por atitudes (dimensão causal), significa afirmar que as práticas são implicitamente normativas e só podem ser descritas usando um vocabulário adequado. Assim, a irredutibilidade do vocabulário normativo caracteriza seres que adotam normas e é mais básico porque precisamos dele para descrever aspectos práticos que, de outro modo, ficariam encobertos. Sua introdução torna explícita a articulação implícita dos conteúdos, expressa vários tipos de uso da expressão "deveria" adotados em ações práticas. Sem as expressões normativas, relações de dever e obrigação, por exemplo, estariam implícitas; com elas é possível exibir as diferenças entre empregos de conteúdos avaliados como "corretos" ou "incorretos", descrever alguém como "comprometido" ou "autorizado" ou ações que "deveriam" ser feitas. É isso o que separa o normativo do não normativo e é por isso que Brandom insiste em usar o termo "fenomenalismo" ao se referir ao normativo. O que o *scorekeeper* atribui só pode ser especificado em termos normativos, aquilo que ele atribui só conta como uma prática normativa se puder ser especificada do modo a depender desta interpretação normativa por parte do intérprete. Assim, ao propor que o conteúdo conceitual é restringido pela perspectiva social, normativa, Brandom não quer negar a realidade do mundo, ele só não se preocupa em detalhar a relação entre mente e mundo. Portanto, a acusação de idealismo não procede. Entretanto, o que se pode realmente argumentar é que a explicação de como o mundo participa do normativo é difícil e insuficiente, ou a relação entre norma e fato não convence²².

22 Brandom não parece disposto a reconhecer este gênero de crítica quando, por exemplo, afirma:

"When concrete discursive practices (including perceptual reporting and intentional agency) are ascribed to a community, the states of affairs that properly noninferentially elicit the acknowledgment of doxastic commitments and those that are properly noninferentially elicited by the acknowledgment of practical commitments are specified in the interpreter's own language". (*MIE*, p. 633).

FRUSTRADOS

Finalmente, além dos que acusam a análise normativa de *MIE* de reducionista, circular ou idealista, há um grande número de leitores frustrados com Brandom, por motivos diversos. Em geral, eles buscam uma explicação da origem da normatividade, uma descrição detalhada da transição do normativo para o não normativo ou uma análise completa da percepção e da ação intencional. Evidentemente, existem várias estratégias explanatórias dedicadas a desenvolver estas questões, contudo, este não é o projeto de Brandom. *MIE* não tem a pretensão de discutir ontologicamente os *status* normativos e as questões acima. Brandom não apresenta nenhum argumento para defender que estas questões não podem ser respondidas, ele não é contrário à tentativa de elucidá-las, contudo, ele está mais preocupado em explicar o *funcionamento* da pragmática normativa e o caráter *expressivista* da linguagem. Ou seja, ele está empenhado em entender o que as pessoas fazem, suas ações segundo normas e o modo como usam a linguagem, em especial o vocabulário que expressa tais normas. Por isso, o fenomenalismo sobre normas, o fenomenalismo normativo e a interpretação original são parte da estratégia de explicar os *status* normativos em termos de atitudes normativas, ou seja, de descrever como uma parte essencial do jogo de dar e pedir por razões emerge de seres que adotam certas atitudes práticas. A preocupação é com a análise do espaço normativo. Quem não compreende a abrangência do projeto é que espera dele o que ele nunca se propôs a fazer.

6.1.5. ONDE ESTÃO AS NORMAS?

Discutimos quando é apropriado adotar a atitude de interpretar uma comunidade como engajada em práticas que instituem conteúdos conceituais. A resposta foi propor uma atitude interpretativa que nos leva a um reino normativo, do qual não conseguimos

superar. Podemos explicitar o que fazemos, mas isso não é explicar o que as normas são – se elas estão no nosso cérebro, como interagem com os eventos físicos ou até se elas existem realmente. Brandom está interessado em uma pragmática normativa. O que podemos fazer, de dentro da estrutura de normas, é descrevê-la, explicitando sua forma e mostrando como ela restringe as nossas atitudes e as nossas aplicações de conceitos. Para isso, precisamos de um aparato lógico. Portanto, o projeto não é uma explicação da natureza da normatividade, mas das praticas normativas, não é uma ontologia da normatividade, mas um expressivismo lógico.

Nossas normas estão sempre conosco, nossa linguagem e nossas práticas já vêm com normas embutidas. Estamos sempre dentro do jogo de dar e pedir por razões. O vocabulário não normativo não tem o poder expressivo suficiente para especificar esta dimensão da vida de seres normativos. Nós, seres que seguimos normas, habitamos um espaço normativo e de seu interior teorizamos sobre o que fazemos, como interpretamos os outros ou avaliamos as propriedades que nos regulam. O foco é nas práticas, que nos caracterizam tal como somos, e em mostrar como elas instituem os conteúdos compartilhados por todos nós. Assim, o que Brandom faz é descrever de uma maneira detalhada a sua visão do espaço lógico das razões, com a adição de um aspecto pouco discutido por Sellars, o expressivismo. Seja como for, permanece a questão: onde estão as normas? Ficamos sem uma resposta.

6.2. EXPRESSIVISMO

Segundo Brandom, a investigação sobre a origem da normatividade leva-nos de volta às nossas próprias práticas implicitamente normativas. O equilíbrio interpretativo é alcançado por uma comunidade que se reconhece e tem recursos linguísticos para explicitar suas normas. Interpretar uma comunidade como engajada em tais práticas é reconhecer seus membros como um de nós, como seres normativos imersos em um jogo

racional. A insistência em focar na articulação normativa e inferencial das atitudes práticas culmina em um projeto "expressivista".

"This is an explication of explicitly normative conceptual contents in terms of implicitly normative practices, rather than a reduction of normative terms to nonnormative ones. It illuminates the normative dimension of discursive practice in line with the methodological principle that implicit structures are often best understood by looking at how they can be made explicit." (*MIE*, xiv).

A diferença entre intérpretes racionais e lógicos é expressiva. Os seres lógicos, dotados com ferramentas conceituais para análise lógica, podem tornar explícita a articulação normativa de suas práticas: "A lógica transforma as práticas semânticas em princípios" (*MIE*, p. 402). Isso explica porque *MIE* se esforça tanto para explicar como introduzir, no *scorekeeping*, os diversos vocabulários considerados lógicos, necessários para explicitar a estrutura implícita de tal prática. Ora, se as práticas instituem as normas conceituais, variados vocabulários são instituídos por variadas práticas. Assim, um dos principais objetivos do autor é discutir a "completude expressiva", mostrar como e quando alcançamos, com as locuções lógicas, a explicitação que nos caracteriza como seres lógicos. Neste sentido, a lógica, para o expressivista, tem um papel distinto daquele defendido pela lógica clássica:

"So an *expressive* theory of logic is presented here. On this view, the philosophical significance of logic is not that it enables those who master the use of logical locutions to *prove* a special class of claims – that is, to entitle themselves to a class of commitments in a formally privileged fashion. The significance of logical vocabulary lies rather in what it lets those who master it say – the special class of claims it enables them to express. Logical vocabulary endows practitioners with the expressive power to make explicit as the contents of claims just those implicit features of linguistic practice that confer semantic contents on their utterances in the first place. Logic is the organ of semantic self-consciousness. It brings out into the light of day the practical attitudes that determine the conceptual contents members of a linguistic community are able to express – putting them in the form of explicit claims, which can be debated, for which reasons can be given and alternatives proposed and assessed. The formation of concepts – by means of which practitioners can come to be aware of anything at all – comes itself to be something of which those who can deploy logical vocabulary can be aware. Since plans can be addressed to, and intentional practical influence exercised over, just those features of things of which agents can become explicitly aware by the application of concepts, the formation of concepts itself becomes in this way for the first time an object of conscious deliberation and control." (*MIE*, xix).

Mas, afinal, o que significa dizer que o vocabulário lógico "torna explícito" relações presentes nas práticas de uso de conceitos? Dizer que um vocabulário tem papel expressivo é afirmar que ele coloca na forma de um conteúdo proposicional explícito um compromisso conceitual que está apenas implícito no comportamento (verbal ou não) de um agente, isto é, um compromisso com um uso, em função do qual um conceito tem o conteúdo. Expressar é tornar explícito o que está implícito, mostrando sua articulação inferencial. Sem a introdução de um vocabulário com tal finalidade, esta articulação permanece escondida no que é feito.

A diferença entre explícito e implícito é fundamental, portanto. O que está implícito na capacidade de fazer algo é um *know-how* de saber que algo é o caso e, assim, engajar-se ou não em uma prática. É a habilidade prática, por exemplo, de conseguir tratar uma asserção considerando suas consequências inferenciais, habilidade que está implícita no modo de tratá-la (recusá-la, perceber uma incompatibilidade etc.). Com a introdução dos recursos lógicos para a análise da linguagem, adquire-se a capacidade de expressar estes compromissos e estas relações: essa é a motivação para uma "teoria expressiva da lógica". No entanto, há dois sentidos de "expressão". No sentido trivial, o agente pode expressar um conteúdo proposicional simplesmente afirmando algo (uma asserção feita é o resultado de conexões conceituais implicitamente consideradas). No sentido lógico, o agente pode expressar as relações inferências que envolvem um conteúdo. A seguir, desenvolvemos a segunda ideia, tanto do ponto de vista semântico como pragmático.

Ora, se as práticas instituem o conteúdo conceitual, variadas práticas instituem variados conteúdos, descritos por variados vocabulários. *Making It Explicit* discute alguns tipos de locuções mostrando o que eles tornam explícito, e faz isso analisando quais práticas de uso estão associadas a cada um destes vocabulários (ou seja, que tipo de conteúdo eles instituem). Brandom analisa o vocabulário lógico (condicional, negação, identidade, quantificação), representacional e semântico ("verdade", "refere", "representa", "denota") e intencional ("de" e "acredita que" ou "pretende que" etc.), além, claro, do vocabulário normativo ("está comprometido", "deveria", "compromisso", "direito" etc.). Para Brandom, todos estes vocabulários são lógicos, no sentido expressivista. Importante notar, também, que nem todos têm a mesma função expressiva, mas alguns tornam explícito as características semânticas e outros as pragmáticas das ações dos seres racionais. Para tornar explícito o aspecto semântico, é

preciso vocabulários capazes de expressar as relações inferenciais, substitucionais e anafóricas. Para tornar explícito o aspecto pragmático, é preciso vocabulários que expressem o endosso de normas conceituais, ou seja, que sejam capazes de explicitar a atribuição e o reconhecimento de compromissos normativos.

"Conditional, negating, identity, and quantificational locutions make explicit the inferential and substitutional commitments that articulate the *semantic contents* of states, attitudes, and performances. Ascriptional locutions, by contrast, make explicit *pragmatic* attitudes – paradigmatically attributions of commitment – which articulate the scorekeeping practices that confer those contents. In this sense they are pragmatic, rather than semantic, explicating vocabulary – a different species within the genus of locutions qualifying as logical in virtue of their explicating role." (*MIE*, p. 530).

Comecemos pelo vocabulário da lógica: condicional, negação, identidade e quantificação. Como antecipamos, ele torna explícito os compromissos inferenciais e substitucionais que articulam o conteúdo semântico. O "caso paradigmático" é o uso de condicionais (*MIE*, xix; p. 121; p. 498; p. 530). Conforme a proposta de fundar a semântica a partir da pragmática, as atitudes dos agentes linguísticos conferem conteúdos conceituais a estados e expressões do sujeito porque seus membros reconhecem e tratam uns aos outros como comprometidos com as condições e as consequências relacionadas ao uso de expressões linguísticas. Numa linguagem sem o recurso lógico, seus falantes tratam na prática as inferências como boas, por exemplo, adicionando à conversação uma asserção "q" que é consequência da asserção original "p". Em uma linguagem com condicionais, eles podem explicitar tal consequência dizendo "Se 'p' então 'q'", que explicita o compromisso prático reconhecido pelo sujeito de que "q" segue-se de "p". A negação é um caso similar, que explicita incompatibilidades conceituais, isto é, casos em que os interlocutores podem expressar que a aceitação de "p" impede a aceitação da "q". Com a introdução da negação, pode-se explicitamente dizer que as sentenças são incompatíveis, que se "p" é incompatível com "q", deve-se assumir o compromisso com "p" e com não "q". As locuções de identidade e quantificação também são analisadas desta maneira. A identidade explicita as relações inferenciais e substitucionais que articulam o conteúdo dos termos singulares. A ideia pode ser estendida aos quantificadores, que tornam explícito as relações inferenciais e substitucionais implícitas nos compromissos com o uso de predicados.

6.2.1. VOCABULÁRIO REPRESENTACIONAL, SEMÂNTICO, NORMATIVO E INTENCIONAL

Em geral, uma teoria semântica inclui uma explicação de "significado" e de "verdade", e dos termos representacionais. Brandom não se recusa a fazê-lo, mas, como vimos, oferece um sentido inferencialista para eles. Para compreendê-los, é preciso estar atento à estratégia pragmática: entender o que estamos fazendo quando interpretamos a nós mesmos e aos outros como seres que usam declarações com sentidos semânticos e representacionais. O ponto de partida é a tese de que estes vocabulários, sendo lógicos, tornam explícito o que está implícito na articulação social e inferencial da prática linguística.

O Capítulo 5 ofereceu uma parte fundamental do entendimento do vocabulário representacional: as atribuições de atitudes proposicionais *de re*. Estas locuções explicitam certas características da comunicação, da dimensão interpessoal do jogo de dar e pedir por razões, e mereceram atenção especial. Embora nada tenha sido dito naquela ocasião, tais atribuições são um tipo de vocabulário lógico, cuja função é tornar explícito as atribuições de atitudes proposicionais e a dimensão representacional do conteúdo. Além delas, expressões como "refere-se", "representa" ou "denota", e "verdade", são apenas uma maneira conveniente de tornar explícito outras características implícitas nos atos de fala e nas atitudes que envolvem conteúdo conceitual. Elas expressam certas relações substitucionais e anafóricas relacionadas à representação de objetos e estados de coisas. Então, Brandom assume um sentido deflacionário do papel desempenhado pelo vocabulário semântico e representacional básico, explicados a partir do conceito de "inferência". O mesmo ocorre em relação à "verdade". Então, descrever a prática assertiva, em termos da articulação inferencial que determina os papéis desempenhados pelos conteúdos proposicionais que contam como razões e que podem ser explicitada pelo vocabulário lógico, é falar de semântica. Com exceção das atribuições *de re*, uma explicação dos termos representacionais e semânticos não é fundamental para o objetivo desta pesquisa. Nossa atenção, desde o princípio, esteve direcionada aos termos normativos que podem ser usados para descrever a prática linguística.

O vocabulário normativo desenvolvido em *MIE* marca a diferença entre seres que podem adotar atitudes normativas e os que não podem adotar. Ele é irreduzível, precisamos dele para descrever aspectos de nossas práticas que são diferentes de disposições e comportamentos condicionados e são especificados por termos como "correto" e "apropriado". Contudo, uma norma não tem eficácia causal, apenas a atitude de atribuir ou reconhecer uma norma é que tem. Portanto, *status* normativos são usados em atitudes – digamos, como argumentos de funções, como objetos de atitudes dêonticas – e *expressam* permissões, autorizações e incompatibilidades implícitas nestas atitudes. Afirmar que "X está comprometido com..." ou "X deveria..." são expressões lógicas de normas práticas.

Esta explicação do vocabulário normativo também nos leva à compreensão do vocabulário intencional. Como vimos, os agentes linguísticos têm de serem capazes de navegar entre as perspectivas da prática linguística (rastrear os compromissos e direitos do interlocutor nos seus próprios). Esta habilidade pode ser expressa por atribuições de atitudes, por exemplo, "X está comprometido com...". Tendo isto em vista, uma sentença do tipo "Marcelo *acredita* que Sellars falava francês" nada mais é do que o reconhecimento de compromissos dêonticos, expressos em um vocabulário que avalia o que está correto ou incorreto no raciocínio que culminou em tal sentença. Assim, o vocabulário intencional – que permitiria identificar diretamente as atribuições de estados intencionais – é capturado por termos que envolvem deveres ou obrigações. Ou seja, o vocabulário intencional nunca²³ é usado, pois no lugar das noções de estados intencionais (crenças, desejos, intenções etc.) Brandom coloca os *status* normativos, e no lugar da interpretação intencional (atribuição de intencionalidade) ele coloca o jogo dêontico (atribuição e reconhecimento de compromissos). O *scorekeeping*, portanto, também é uma explicação social e linguística da intencionalidade, em termos normativos. Falar de intencionalidade é reconhecer a dimensão normativa, isto é, um *scorekeeper* executa ações "intencionais" se suas atitudes são expressões do reconhecimento de certos compromissos normativos. Portanto, a análise da intencionalidade de Brandom está adequada a uma tendência atual na filosofia da mente de tomar a intencionalidade em termos da normatividade.

²³ "The specification of use employed here [*MIE*] is neither so generous as to permit semantic or intentional vocabulary nor so parsimonious as to insist on purely naturalistic vocabulary. Instead, it makes essential use of *normative* vocabulary." (*MIE*, xiii).

CONSIDERAÇÕES FINAL SOBRE O EXPRESSIVISMO

"At the most general level, inferential connections are made explicit by conditionals, and their normative force is made explicit by deontic vocabulary. Different branches of philosophy can be distinguished by the different sorts of inference and normativity they address and explicate, the various special senses of "if ... then ____" or of 'ought' for which they care. Thus philosophers of science, for instance, develop and deploy conditionals codifying causal, functional, teleological, and other explanatory inferential relations, value theorists sharpen our appreciation of the significance of the differences in the endorsements expressed by prudential, legal, ethical, and aesthetic 'oughts', and so on." (*RP*, pp. 125-6).

Começamos este trabalho defendendo uma concepção normativa da racionalidade e descrevendo um modelo de prática social compatível com esta ideia. A discussão culminou na análise da interpretação de seres normativos, da qual passamos a uma teoria expressivista, que defende que parte do nosso vocabulário é usada para tornar explícitas as normas que permitem interpretar alguém como engajado na prática social. Ou seja, o uso destes vocabulários expressa os conteúdos em virtude dos quais os seres lógicos podem se interpretar. Certamente, é possível adotar o *expressivismo lógico* sem o *inferencialismo semântico* ou o *pragmatismo normativo*, porém, nesta pesquisa, estes conceitos foram reunidos.

Ao introduzirmos a dimensão expressivista da linguagem, afirmou-se que os vocabulários semântico, representacional, normativo e da lógica são todos *lógicos*, com a mesma função básica: tornar explícito o que está implícito. Não podemos esquecer, porém, que em um sentido mais simples, asserir também tem a função de expressar os compromissos assumidos, mostrar a articulação inferencial cujo produto é a asserção. Inferências de substituição e anafóricas também têm tal propósito. Todos estes recursos explicitam as características implícitas no nosso modo de falar e agir intencionalmente. Portanto, diferentes tipos de vocabulário lógico servem para expressar diferentes aspectos da articulação conceitual; pensando inversamente, podemos compreender como diferentes práticas são suficientes para o entendimento dos mais distintos tipos de conteúdos. Esta ideia não é marginal e, ao lado do pragmatismo, são as principais orientações filosóficas de Robert Brandom. Ser capaz de expressar nosso entendimento

de nós mesmos e de nossos conceitos é parte importante da função da filosofia, como veremos a seguir.

6.3. SERES SENCIENTES, SAPIENTES E LÓGICOS

Neste trabalho, vimos Brandom unir três teses semânticas²⁴. As duas primeiras, discutidas no Capítulo 2, são que o conteúdo conceitual deve ser entendido a partir de seu papel inferencial e que as inferências materiais precisam ser consideradas. A terceira ideia, discutida acima, é o expressivismo. Todas são importantes na tarefa de explicar como podemos entender o uso de conceitos e das normas que os regem.

A semântica integra a compreensão da racionalidade e da normatividade. Ser racional, em um sentido básico, é ter estados "intencionais", ou seja, estar em um estado, usar sentenças ou produzir ações práticas que contenham um conteúdo conceitual²⁵ instituído pelas ações de seres engajados em práticas de uso de conceitos e de normas que governam tais usos. Em um sentido mais preciso – a orientação que nos guiou desde o início – ser racional é estar no espaço lógico das razões. Estes dois entendimentos da explicação da racionalidade também podem ser descritos de outra maneira. No sentido básico, ser racional consiste em dominar as práticas inferenciais que articulam o conteúdo conceitual, entendidas como uma capacidade não meramente lógica. No sentido fundamental, ser racional é ser capaz de exigir e oferecer conteúdos que cumpram o papel de razões para condutas, crenças ou sentenças. Pensando no *scorekeeping*:

"Being rational – understanding, knowing how in the sense of being able to play the game of giving and asking for reasons – is mastering in practice the evolution of the score. Talking and thinking in keeping score in this sort of game." (*MIE*, p. 183).

24 Segundo Brandom, as três aparecem no jovem Frege, em Dummett e em Sellars.

25 Por isso, sempre nos referimos a um conteúdo em um sentido amplo: o conteúdo presente em uma crença (Marcelo *acredita* que irá chover), uma asserção ("Irà chover") e a ação intencional de Marcelo (de pegar um guarda-chuva após declarar que irá chover) é o mesmo.

Ora, como uma razão também tem uma articulação inferencial, os dois sentidos acima são aspectos da mesma concepção e evidenciam a importância do conceito de "inferência" para o entendimento da racionalidade. Ser capaz de se engajar em práticas racionais somente é possível para criaturas que dominem as consequências inferenciais de um conteúdo. Um papagaio pode produzir o som "O céu é azul", mas que não conta como a asserção "O céu é azul", pois ele não assume nenhum compromisso com este som, já que é incapaz de compreender seu envolvimento inferencial. Por isso, "a asserção de sentenças declarativas é a forma do discurso cognitivo" (A, p.637); o mesmo pode ser dito de outras formas de expressão racional, desde que sejam inferencialmente articuladas. Sobre as relações inferenciais presentes na asserção, Brandom afirma:

"These are rational relations, whereby undertaking one commitment rationally obliges one to undertake others, related to it as its inferential consequences. These relations articulate the content of the commitment or responsibility one undertakes by asserting a sentence. Apart from such relations, there is no such content, hence no assertion." (AR, p. 192).

A noção de expressivismo lógico também se relaciona com a explicação da racionalidade. Uma das principais teses que *MIE* sugere é que a racionalidade é um tipo de "racionalidade expressiva", a capacidade de tornar explícito os compromissos inferenciais implícitos no uso de conteúdos. Segundo Brandom, uma sugestão tímida desta ideia estaria presente no texto *Language, Rules, and Behavior*, de Sellars:

"In dealing with such situations [justificar leis por meio de exemplos], philosophers usually speak of inductive arguments, of establishing laws by induction from instances... I am highly dubious of this conception. I should be inclined to say that the use Jones will make of instances is rather in the nature of Socratic method. For Socratic method serves the purpose of making explicit the rules we have adopted for thought and action, and I shall be interpreting our judgments to the effect that *A* causally necessitates *B* as the expression of a rule governing our use of the terms '*A*' and '*B*'. (SELLARS, 1980, p. 136).

Segundo Brandom, Sellars está defendendo que o "método socrático" é uma maneira de avaliar racionalmente nossas práticas, pois expressar um conteúdo é torná-lo público, como uma conclusão de uma inferência que pode servir como uma razão. Tendo condições e consequências, o uso de um conteúdo, ao ser expresso, torna-se objeto de confrontação, de revisão. Assim, na passagem acima, Sellars estaria mostrando que a

inferência indutiva "é uma forma de racionalidade centrada na noção de expressão: tornar explícito, na forma daquilo que pode ser pensado ou dito, o que está implícito no que é feito" (*MIE*, p. 106). O processo racional (o método socrático) dependeria desta capacidade expressiva. Brandom desenvolve esta ideia, como vimos. Expressar é disponibilizar para avaliação pública um conteúdo inferencialmente articulado no jogo das razões: "Nós, criaturas discursivas – racionais, lógicas, usuárias de conceitos – somos construídos aqui em termos *expressivos*; nós somos aqueles que podem tornar explícito" (*MIE*, p. 587). Ou seja, criaturas discursivas não são apenas usuárias de conceitos, capazes de inferir e dar e pedir por razões, elas são criaturas lógicas. A discursividade também é edificada sobre bases expressivistas. Seres lógicos podem clarificar, usando um vocabulário apropriado, a "harmonia" (Capítulo 2) entre as circunstâncias e as consequências da aplicação de seus conceitos e, fazendo isso, colaboram para o entendimento acerca daquilo que seja a sua racionalidade. Portanto, a função expressiva está alinhada a estratégia que nos direcionou desde o começo: oferecer uma explicação dos conteúdos semânticos como razões, como aquilo que pode ser oferecido ou pedido como uma razão. Nesse caso, tornar explícito também é um movimento no jogo de dar e pedir por razões. Como tornar explícito exige voluntariamente usar as locuções expressivas, fazer isso é assumir um "compromisso expressivo" com o papel da locução sendo empregada. Então, o que separa os seres racionais dos sencientes é que os primeiros, mas não os últimos, tratam suas práticas em termos de razões, através das quais suas performances podem ser avaliadas. E o que separa os seres lógicos dos racionais, é que os primeiros, mas não os últimos, podem tornar explícita a articulação inferencial de suas razões. Por isso, a capacidade dos seres lógicos *pressupõe* a racionalidade, ela é construída sobre tais capacidades.

Há outro modo de demarcarmos a distinção entre seres racionais e lógicos. Seres racionais são os que tratam os seus pares como criaturas que podem avaliar suas performances (linguísticas e não linguísticas) como sujeitas a normas conceituais inferencialmente articuladas. Eles alteram o placar dêontico ao atribuir e reconhecer compromissos normativos implícitos em suas práticas. Seres lógicos podem explicitamente dizer quais são seus compromissos e suas normas, desenvolvendo vocabulários para suprir essa demanda. Assim, eles tratam uns aos outros como seres racionais e lógicos. Por isso, a introdução das locuções lógicas serve para tornar público o jogo de dar e pedir por razões. Isso significa que as inferências que governam aquele

jogo são racionalmente apresentadas, explicitadas para análise, discussão e justificação. O racionalismo que inclui a ideia de expressivismo, conjugado ao pragmatismo, são o núcleo do projeto filosófico de Brandom. A seguinte passagem ilustra a importância do expressivismo, neste contexto:

"To the Kantian dictum that judgment is the form of consciousness has been added the claim **that logic is the expressive organ of self-consciousness**. Judging has been construed here as the practical attitude of acknowledging a certain kind of inferentially articulated commitment. Logical vocabulary then supplies the expressive resources needed to make explicit – to put in judgeable form – the semantic and pragmatic bases of judgment. By its means we come to be able to talk about proprieties of inference, about the structures of score keeping attitudes within which a performance can be accorded the significance of acknowledging or undertaking a commitment, and about the relations between these characteristics of specifically discursive practice as such. The complete and explicit interpretive equilibrium exhibited by a community whose members adopt the explicit discursive stance toward one another is social self-consciousness. Such a community not only is a we, its members can in the fullest sense say 'we'." (MIE, p. 643, grifo meu).

No Capítulo 3, descreveu-se um jogo linguístico em termos das atitudes de atribuição, tomada e reconhecimento de compromissos feitos por seus participantes, isto é, descrevemos o jogo de dar e pedir por razões usando um vocabulário normativo desenvolvido para cumprir esta função. Contudo, naquela ocasião, nada foi dito a respeito do expressivismo; tudo o que dissemos foi que aqueles jogadores não precisam explicitar as atitudes que estão tomando uns em relação aos outros, pois as propriedades que regem suas atitudes estão implícitas no que eles fazem. Isso quer dizer que aquela comunidade é uma comunidade racional, descrita por um observador externo, o teórico analisando e tentando descrever aquelas práticas. Somos nós, de fora do *scorekeeping*, que descrevemos aquele jogo, e isso é possível porque o colapso dos níveis mostra que, além de racionais, somos seres lógicos. Também somos *scorekeepers*. Em outras palavras, somos capazes de se engajar no *scorekeeping* e ainda mais: nós podemos explicitá-lo.

"Linguistic practice is what makes it possible for something to be made *explicit* (and logical practice is what makes it possible for linguistic practice itself to be made explicit)." (MIE, p. 586)

"This collapse of levels provides the key both to understanding the status of the concept-articulating norms implicit in our discursive practices and also to understanding ourselves as not merely *rational*, but *logical* normative creatures, as not merely *expressive*, but *selfexplicating* ones." (MIE, p. 639).

Portanto, em um sentido geral, uma comunidade com práticas inferencialmente articuladas que lhes confere conteúdos conceituais é uma comunidade racional. No entanto, podemos considerar a racionalidade de duas maneiras: considerando que seus membros tratam uns aos outros adotando uma interpretação simples (atribuindo compromissos proposicionais com conteúdo) ou original (atribuindo as atitudes que instituem os compromissos proposicionais com conteúdo). Intérpretes dos dois tipos podem ser considerados como engajados em práticas racionais, porém, no primeiro caso, seus membros implicitamente tratam-se como racionais e, no segundo, explicitamente. Esta diferença existe porque há criaturas racionais que são lógicas, com recursos para explicitar as propriedades implícitas que regem suas condutas. Ou seja, eles podem dizer quais as propriedades que regem a adoção de suas atitudes racionais. Então, além de serem capazes de interpretarem-se e agirem como racionais, e instituírem conteúdos, os seres lógicos tratam seus pares como possuindo uma habilidade lógica. É o que o colapso dos níveis mostra, que se alguém atribui práticas racionais para uma comunidade e as explicita, é um ser racional e lógico.

Ora, estas noções de racionalidade incorporam a exigência do entendimento de "interpretação": "As Davidson says: 'One cannot be a thinker unless one is an interpreter of the speech of others'" (*MIE*, p. 629²⁶). Ser racional depende da capacidade de tratar o interpretado como um produtor e consumidor de conteúdos sujeitos às normas, ou seja, interpretá-lo como dotado das mesmas características do intérprete. Isso é diferente, por exemplo, de quando seres racionais interpretam seres sencientes – seres racionais não dizem que os elefantes fazem as mesmas coisas que eles fazem, no sentido de dar e pedir razões. Para interpretar um ser sapiente, é preciso ser racional, e para interpretar um ser racional, é preciso ser capaz de dizer o que eles estão fazendo, ser uma criatura lógica. Assim, seres expressivos, ao tornar explícito, oferecem uma explicação teórica de sua capacidade interpretacional. Nós fazemos isso, e fazemos isso para nós mesmos, para nos entendermos. Brandom, ao invés de falar em interpretação intencional, a substitui pelo *scorekeeping* (a habilidade de jogar o jogo deôntico), a prática de atribuir e reconhecer compromissos. Portanto, o que nós interpretamos que nossos pares podem fazer é participar dessa prática, jogar esse jogo do mesmo modo como nós o jogamos.

²⁶ DAVIDSON, DONALD. Thought and Talk. In: *Inquiries into Truth and Interpretation*. New York: Oxford University Press, 1984, p. 156.

Como desde o princípio ficou claro, este modelo racional é inseparável da noção de normatividade. É preciso investigar as propriedades normativas pelas quais a avaliação da aplicação conceitual é considerada racional. Entender a característica normativa da aplicação de conceitos exige entender o papel que os conceitos desempenham nos raciocínios dos agentes, ou seja, requer o domínio das condições e das consequências para que a aplicação do conceito cumpra o papel de uma razão. Sem a compreensão destas exigências, não se está assumindo a responsabilidade normativa que a prática racional exige. Então, estar no espaço lógico das razões depende da capacidade prática de saber o que é uma razão para o quê. Saber isso é dominar as relações inferenciais conceituais, assumir compromissos de acordo com as normas inferenciais implícitas no uso dos conceitos. Como assumir um compromisso conceitual é assumir suas exigências normativas, a prática de dar e pedir por razões é essencialmente normativa. Assim, o que é comum a todos os que jogam o jogo racional é que eles aprendem a distinguir, na prática, as performances consideradas "corretas" e "adequadas". Essa não é uma habilidade mecânica e depende das atitudes normativas dos agentes de compreenderem que algumas práticas são instituídas pelos usos da comunidade e avaliadas segundo esta instituição interpessoal.

A própria noção de objetividade dos pensamentos e da linguagem é um aspecto que emerge da estrutura normativa da racionalidade. Afirmar que uma norma conceitual tem um sentido objetivo de aplicação é reconhecer que as práticas racionais reconhecem que o uso de um conceito supera o uso individual. Ou seja, afirmar que uma norma é objetiva não tem nada de metafísico e nem de desencantamento, pois se trata apenas de defender que o modo como agimos racionalmente permite entender esse conceito, como uma característica que o próprio jogo racional nos impõe. Normas objetivas transcendem o entendimento pessoal de como é apropriado agir, de como um uso de um conceito é instituído. O sentido de objetividade do mundo também pode ser visto como uma característica das práticas racionais. Objetos e estados de coisas são objetivos segundo o modo como nossos compromissos normativos se adéquam a eles. A dimensão representacional é fruto da racionalidade, e o mesmo pode ser dito da dimensão intencional. Uma performance conta como uma ação intencional se é o resultado do reconhecimento de certos compromissos inferenciais práticos. Neste caso, agir por razões é estar autorizado a um compromisso prático, mostrar as premissas que levam a conclusão da inferência prática. Portanto, o conceito de "racionalidade" também

encontra seu entendimento na aplicação inferencial de conceitos em circunstâncias de ação intencional, como condutas garantidas pela atribuição de compromissos que correspondem ao reconhecimento de compromissos racionais e cumprem o papel de "estados intencionais".

"Taking the category of rationality to be essentially involved in intentional explanation, as Dennett and Davidson for instance do, is one way of recognizing the normative dimension of intentionality." (*MIE*, p. 15).

"A scorekeeping account can pick out performances (largely nonlinguistic ones) as intentional (under some specification) and hence as actions (under any specification) insofar as they are expressions of deontic attitudes-acknowledgments of a certain kind of commitment. Practical reasoning can then be understood as leading to performances with this sort of deontic significance. And on that basis, the expressive role of distinctively *normative* vocabulary can be specified in terms of its role in making explicit the endorsement of patterns of practical reasoning." (*MIE*, p. 233).

Considerando todas estas dimensões da explicação da racionalidade, a principal tarefa da filosofia, na visão de Brandom, deve ser a de desenvolver e explicar os recursos expressivos para tornar explícito os mais variados aspectos de nossas práticas consideradas racionais. Isso significa, especialmente, expressar nosso entendimento das práticas normativas: **"O tópico da filosofia é a normatividade em todos os seus aspectos e a inferência em todas as suas formas.** E esta tarefa é uma tarefa *expressiva, explicativa*" (*RP*, pp. 125-6) Portanto, o trabalho da filosofia é produzir as ferramentas lógicas que viabilizem este desafio e permitam mostrar como nós pensamos e agimos, como seres expressivos e normativos, lógicos e racionais. Cabe à filosofia revelar as nuances racionais presentes naquilo que fazemos, desenvolvendo e aprimorando vocabulários com uma função expressiva suficientemente adequada para isso.

CONCLUSÃO

Neste capítulo final, vimos como o "pragmatismo metodológico" é necessário para o entendimento da semântica. Trata-se de evidenciar a relação entre as atitudes e aquilo que as atitudes instituem. Estar comprometido com uma norma é uma atitude e, assim, o "fenômeno básico" ou "primário" da estratégia é a atitude prática de atribuição ou reconhecimento de compromissos, feita num contexto social.

Este capítulo também discutiu as pendências surgidas no Capítulo 1, sobre a normatividade. A solução desenvolvida foi descrita em três níveis. O primeiro, em termos de compromissos. O segundo, em termos das atitudes normativas de atribuir, tomar ou tratar alguém como comprometido. O terceiro, como interpretação, a habilidade de tratar os outros como seres aqueles que seguem normas e dão razões. Este é o último nível que pode ser descrito a partir da prática linguística; a partir dele, precisamos de outro tipo de explicação, uma que busque as origens da normatividade, por exemplo. É por isso que a explicação de Brandom pode ser considerada frustrante. Ela explica as condutas normativas, mas não dá um passo para fora da prática normativa.

A análise da explicação do jogo deôntico como um tipo de interpretação nos serviu de pretexto para a discussão do expressivismo. As normas que governam os conteúdos conceituais estão implícitas nas atitudes dos seres racionais, como um *know-how* – ideia compatível com as lições que Brandom extrai de Wittgenstein –, e a capacidade lógica torna possível explicitar sua articulação inferencial. Assim, o que pode ser explícito são as características das condutas racionais e suas articulações conceituais, que se tornam inteligíveis e ficam disponíveis para discussão. Em meio à diferenciação entre implícito (no que fazemos) e explícito (no que falamos) está a distinção entre seres racionais e lógicos. Seres racionais podem agir conforme o modelo de práticas deônticas e instituir seus conteúdos conceituais; seres lógicos, adicionalmente, conseguem explicitar as atitudes que constituem aquela estrutura.

Sem dúvida, Brandom é habilidoso em explicar diversas faces da conduta racional em termos da prática normativa. Sua estratégia é mostrar o que é tomar alguém como seguindo uma norma, ao invés de explicar o que é uma norma. Portanto, o

normativo depende de criaturas que podem interpretar outras como igualmente normativas. A vantagem dessa estratégia é que, ao adotar uma solução pragmática, Brandom não se compromete com explicações ontológicas. Por isso, sua estratégia pode ser fundida ou adaptada com uma grande variedade de estratégias, desde que mantidas as exigências aqui descritas. Este ponto, curiosamente, também pode ser visto como o aspecto negativo da solução, uma vez que ela nada adiciona a discussão da origem das normas. O que fica evidente, em todo caso, é a necessidade da normatividade para um entendimento da racionalidade, para explicar o jogo de dar e pedir por razões. Brandom descreve esse jogo, usando um vocabulário que ele desenvolveu para isso, de modo a ilustrar o jogo racional em termos de asserções e normas. Muito ainda, porém, pode ser feito a partir destas ideias.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa discutiu um modelo de prática social, essencialmente linguística, em termos do jogo de dar e pedir por razões e que, segundo Robert Brandom, institui conteúdos conceituais inferencialmente articulado a estados, atitudes e performances dos seus praticantes. O Capítulo 1 ofereceu motivações para a o desenvolvimento de uma pragmática normativa, enquanto o Capítulo 2 sugeriu entender o conteúdo presente nestas práticas como uma semântica inferencial. O Capítulo 3 uniu as principais teses desenvolvidas nos Capítulos 1 e 2, introduzindo um vocabulário normativo usado para descrever um modelo de práticas deônticas. O Capítulo 4 complementou a análise semântica ao examinar inferencialmente os termos subsentenciais. O Capítulo 5 dedicou-se às atribuições de atitudes proposicionais, ao entendimento do conteúdo representacional e objetivo e a questão da comunicação. O Capítulo 6 concluiu a investigação sobre normatividade, finalizando com a discussão do expressivismo e do racionalismo. Embora os capítulos estejam, evidentemente, relacionados, os Capítulos 2 e 4 são análises semânticas, enquanto os demais são descrições de práticas de uso destes conteúdos.

Ainda que tenha sido necessário percorrer o itinerário acima, o esforço empregado visou analisar o modelo de prática social em relação à normatividade e à racionalidade. Brandom sugere que as normas ativas em uma comunidade não podem ser reduzidas a uma natureza não social. Normas são aquilo que os usuários das normas tratam como normas. Essa constatação aparentemente trivial trás consigo um entendimento pragmático que nos obriga a voltarmos nossa atenção para o que as pessoas estão fazendo ao considerarem normas, o modo como elas se comportam diante delas e os tipos de requisitos (cognitivos, linguísticos, sociais etc.) necessários para que isso ocorra (e não somente para a obediência as normas). Não existem "normas" na natureza, elas são resultados das ações de certos seres sobre o mundo não normativo. Assim, uma metafísica completa da norma exigiria mostrar como a normatividade é instituída pelas atitudes dos seres normativos e como as normas são seguidas, descrevendo suas práticas. Além disso, deve-se descrever o que o vocabulário

normativo expressa. Brandom ignora o primeiro aspecto, e poderia dedicar-se a explicar o que significa instituir uma norma e como isso ocorre. Por outro lado, ele descreve com detalhes como usamos o vocabulário normativo para que ele expresse certas características daquilo que está implícito no que fazemos. O que fica faltando, portanto, é uma resposta ao que seja propriamente a normatividade. Vale lembrar, também, que para que o modelo de Brandom seja consistente, ele depende de uma noção não explorada neste trabalho: a caracterização normativa da conduta humana e da asserção. Embora a normatividade seja um fenômeno realmente presente na conduta social (e os programas de investigação dos aspectos normativos da racionalidade estejam em evidência), é possível objetar que nem a racionalidade, nem a asserção, são práticas normativas no sentido descrito. Neste caso, Brandom estaria dando um destaque exagerado à normatividade, talvez por não se dedicar adequadamente a relação da norma com o natural. Então, uma avaliação mais precisa das origens da normatividade seria útil.

A ideia básica de que a instituição de normas depende das atitudes normativas dos agentes (basicamente, a atitude de atribuir e adotar normas) contrasta com uma visão objetivista, no sentido simples de admitir que as normas possam ser estabelecidas independentemente dos agentes que as seguem. Por isso, nós não explicamos normas, mas quando é correto tomar alguém como seguindo uma norma. Assim, Brandom oferece uma teoria que pode ser vista como uma explicação da atitude de atribuir e instituir intencionalidade original. E ele faz isso mostrando como uma interpretação precisa ser feita para ser vista como uma atitude prática que institui conteúdos conceituais. A interpretação, então, é a capacidade de se engajar no *scorekeeping*. Se as práticas tem aquela estrutura, se seus praticantes fazem aquilo que foi descrito como *scorekeeping*, eles instituem conteúdos semânticos, como produto de suas atividades. Ou seja, o que institui normas é a atitude de interpretar a si e aos seus iguais como limitados pelas mesmas propriedades de uso de conceitos. Interpretar é saber jogar o jogo, saber atribuir e reconhecer os compromissos que regulam as jogadas consideradas válidas. Portanto, o que institui uma norma é uma atitude prática, pela qual os agentes podem interpretar uns aos outros. O que institui um conteúdo, que altera o contexto em que a prática se insere, o que muda o jogo deôntico, é a atitude normativa. Isso é o pragmatismo sobre normas.

Brandom não explica o que é uma interpretação, mas quando é correto tomar alguém como um bom intérprete. Isso ocorre quando se interpreta alguém atribuindo a ele a mesma capacidade que o próprio intérprete tem de participar do *scorekeeping*. Assim, este jogo é uma especificação das condições suficientes para uma estrutura idealizada de interação entre usuários da linguagem ser descrita em termos da interpretação das atividades dos seus membros, o que os agentes devem fazer para mutuamente se interpretarem como seres engajados em atividades de uso de conceitos inferencialmente articulados. Alguém joga este jogo se está engajado em práticas em que interpreta os outros agentes como envolvidos nas mesmas práticas que ele próprio reconhece estar fazendo, ou seja, atribuindo propriedades inferenciais que regem a adoção de suas atitudes. Isto é interpretar uma comunidade como "nós". O intérprete toma seus interlocutores como comprometidos, de acordo com relações que correspondem aos conteúdos inferencialmente articulados dos compromissos que eles expressam. A interpretação significa tomar a comunidade a qual se pertence como limitada por propriedades implícitas que articulam os conteúdos conceituais de suas práticas.

A partir da análise do *scorekeeping*, mostramos como Brandom oferece uma abordagem expressiva da lógica. A lógica não tem apenas a função de fornecer "provas", sua principal função é dizer algo sobre a articulação das normas e práticas sociais. Uma prática é linguística se permite tornar explícitos os conteúdos conceituais. E uma prática é lógica se torna explícita a prática linguística. Num sentido abrangente, o projeto expressivista de Brandom – há outros gêneros de expressivismo lógico – tem o objetivo de tornar explícito, com o desenvolvimento de vocabulários adequados, as práticas deônticas que conferem conteúdos conceituais aos *scorekeepers*. Temos a habilidade prática e implícita de atribuir normas. Quando se podem expressar tais atribuições, é possível falar do que está implícito, ao invés de apenas fazer. Como o objetivo deste trabalho foi a dimensão normativa e racional da conduta dos usuários da linguagem, não foram discutidos detalhes técnicos de como o vocabulário expressivo funciona, com exceção das atribuições de atitudes proposicionais, fundamentais no entendimento do *scorekeeping*. Porém, caberia a Brandom mostrar, em detalhes, como introduzir no *scorekeeping* as locuções lógicas, ou seja, mostrar como os seres racionais se tornam lógicos. Em segundo lugar, ele poderia discorrer mais sobre a própria diferenciação entre seres lógicos e racionais, em termos de capacidades, diferenças

cognitivas e sociais. Será realmente possível que seres que agem racionalmente (segundo o modelo aqui descrito) poderiam não ser capazes de se expressar, de tornar explícito aquilo que articula suas normas e conteúdos?

O expressivismo foi abordado devido a sua íntima relação com os conceitos de "normatividade" e de "racionalidade". Mas a análise normativa é, de fato, a peça central da análise da racionalidade. Entendê-la é compreender que o conteúdo conceitual é articulado segundo o seu papel no raciocínio, segundo a "força" normativa de sua aplicação. Ser racional é jogar o jogo de dar e pedir por razões, descrito aqui com o auxílio de um metavocabulário normativo irreduzível. E o conceito que articula as noções de razão, de norma e de conteúdo é o de "inferência". Ter um conteúdo é saber como usá-lo de acordo com as práticas que o institui. Portanto, explicar o conteúdo é explicar as propriedades inferenciais que governam seu uso, no contexto de uma prática social definida em termos das atitudes que se pode desempenhar. A asserção é o movimento fundamental da linguagem, pois envolve compromissos com consequências e a necessidade de justificá-lo, mostrando as premissas de onde ela saiu. Estes compromissos com os conteúdos asseridos são aquilo que implicitamente alguém se compromete ao asserir, as normas que articulam os conceitos. Assim, o "racionalismo semântico" privilegia a inferência sobre a referência e a razão sobre a verdade. Ele substitui o vocabulário intencional pelo normativo e a noção de interpretação intencional pelo de jogo deôntico. O trabalho feito pelo conceito de "representação" e de "verdade" é explicado em termos de inferência. A semântica ISA é apresentada em três níveis, explicados segundo relações inferenciais diretas entre sentenças e as relações inferenciais indiretas (substitucionais e anafóricas) entre termos subsentenciais. Temos, portanto, uma abordagem inferencial da racionalidade, da semântica e da intencionalidade.

Em um de seus livros posteriores a *Making It Explicit*, chamado *Tales of Mighty Dead*, Brandom avalia brevemente cinco modelos de racionalidade: lógico, instrumental, interpretacional, inferencial e histórico, segundo ele, uma lista não exaustiva e não mutuamente exclusiva. Para ele, as três primeiras concepções foram amplamente elaboradas, e as outras ainda não foram exploradas devidamente.

Um modelo lógico entende a racionalidade como uma habilidade puramente lógica, isto é, a capacidade de dominar e distinguir as inferências que são boas das que não são, em termos da validade lógica dos argumentos. Um modelo instrumental

valoriza as inferências práticas, o modo como estados como desejos e crenças fornecem razões para ações (neste caso, a racionalidade é uma questão de ser capaz de articular razões com finalidades práticas). O que estes dois modelos têm em comum é que privilegiam a estrutura (forma) do raciocínio e não o conteúdo sendo racionalizado no interior da estrutura. O conteúdo é irrelevante para a validade das inferências, tanto teóricas quanto práticas. Segundo Brandom, um modelo distinto do entendimento da racionalidade é o interpretacional, defendido, entre outros, por Davidson. Segundo este modelo, um comportamento é racional se ele pode, através de uma interpretação adequada, ser mapeado no comportamento do intérprete, ou seja, se o intérprete puder usar a interpretação para construir um entendimento do comportamento racional do interpretado.

Os outros modelos sugeridos, que teriam sido negligenciados, são o inferencialista e o histórico. Nesta pesquisa, desenvolveu-se o entendimento inferencialista da racionalidade. Ser racional, neste modelo, é jogar o jogo de dar e pedir por razões, o que exige tomar os conteúdos semânticos considerando as suas relações inferenciais, a sua articulação que permite a um conteúdo ser usado como uma razão e para a qual razões podem ser solicitadas. Ser racional é produzir e consumir razões e inferir conteúdos. A semântica e a racionalidade são inseparáveis, são dois lados da mesma moeda.

Assim, o modelo inferencialista difere dos modelos lógico e instrumental por aceitar a validade das inferências sendo feitas considerando seu conteúdo (dando ênfase as inferências materiais, principalmente) e, em decorrência disso, por entender de outro modo a relação da lógica com a razão. A racionalidade não é identificada com a lógica, ser racional não é produzir razões que respeitem as regras da lógica (embora, claro, este aspecto não deva ser ignorado). A lógica é a explicitação das relações inferenciais constitutivas dos conteúdos. Ela não define a racionalidade, apenas permite tornar explícitas as relações racionais que estão na base da articulação dos conteúdos presentes em pensamentos e na linguagem. A lógica é uma ferramenta para explorar as consequências dos compromissos racionais tomados diante dos conteúdos usados. Usar o vocabulário lógico depende, antes de qualquer coisa, de ser racional, de fazer inferências consideradas corretas.

Ora, a versão da concepção inferencialista aqui tratada incorpora uma versão do modelo interpretacional da racionalidade e se afasta das visões lógica e instrumental.

Para que se possa jogar o jogo de dar e pedir por razões e tratar um interlocutor como jogando esse jogo é preciso interpretá-lo como tal, atribuindo-lhe a mesma capacidade que o intérprete tem de articular inferencialmente seus conteúdos. Ou seja, o intérprete precisa acompanhar as relações inferenciais do interpretado, sem descuidar das próprias. Mapear estas diferenças é navegar entre as duas perspectivas, é jogar o jogo deôntico. Por isso, segundo Brandom, não há uma maneira de entender as razões, o jogo sendo jogado, sem a noção de interpretação. Entender o que alguém está fazendo ao dar razões, ao inferir, exige interpretá-lo segundo as relações conceituais inferencialmente articuladas que se atribui a ele, ou seja, interpretá-lo considerando estas relações.

O último modelo, o racionalismo histórico, teria sido inaugurado por Hegel. Esta concepção é similar ao modelo inferencialista por compartilhar com ele, entre outras teses, a ideia primordial de que ser racional é ser usuário de conceitos e ser suscetível às razões dadas e recebidas. Ou seja, o racionalismo histórico equivale ao inferencial ao supor que a racionalidade consiste em aplicar conceitos respeitando as normas conceituais, contudo, ele vai além disso ao propor entender a racionalidade como um "certo tipo de reconstrução da tradição", através de um progresso cumulativo e expressivo daquilo que está implícito no uso de conceitos. Isto é, ele sugere investigar a trajetória histórica de aplicação de conceitos numa comunidade. Nesse caso, o que é tornado explícito é uma reconstrução racional da aplicação conceitual, através de sua genealogia. Isso requer olhar para os períodos históricos como movimentos racionais, como uma "marcha da razão através da história". Essa reconstrução racional da aplicação conceitual, para Hegel, é um tipo de reflexão, a trajetória da consciência que avalia seu domínio da articulação inferencial da aplicação de conceitos.

A diferença entre o racionalismo inferencialista e o histórico, então, é que o inferencialista privilegia as relações racionais segundo as aplicações inferenciais de conceitos, mas ele pouco diz a respeito de como as normas conceituais são instituídas no tempo. Seres racionais são aqueles que jogam o jogo de dar e pedir por razões, apenas isso. Por outro lado, o modelo histórico teria uma preocupação com a instituição histórica das normas que são jogadas no jogo racional. De fato, no modelo inferencialista de *MIE*, Brandom menciona, em diversas ocasiões, a "instituição" das normas conceituais, mas sempre de maneira breve e sem fundamentá-la. Jogar o jogo das razões institui as normas do jogo, mas é realmente difícil perceber como alguém pode jogar este jogo e ao mesmo tempo instituí-lo. O modelo histórico se propõe a

resolver este problema ao defender que as normas conceituais que os jogadores precisam dominar no jogo inferencial são fundadas historicamente, dependem de uma estrutura constituída como um processo no tempo; processo este que pode ser investigado. Isso significa olhar para o passado do conceito ou da norma e entender seu uso no presente, entender o jogo. Portanto, o modelo histórico pode ser visto como uma "evolução" do inferencialista, como Brandom parece acreditar. Assim, um inferencialista histórico pode manter uma descrição inferencialista, como a de *MIE*, adequando-o a uma análise histórica da trajetória de aplicação de conceitos. Pode-se imaginar que seja isso o que Brandom tem procurado fazer nos últimos 20 anos, desde que *MIE* foi publicado pela primeira vez.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDOM, ROBERT. *Articulating Reasons: An Introduction to Inferentialism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.

_____. Asserting. *Noûs*, 17, pp.637–650, 1983.

_____. *Between Saying and Doing: Towards an Analytic Pragmatism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.

_____. Facts, Norms, and Normative Facts: Reply to Habermas 'From Kant to Hegel: On Robert Brandom's Pragmatic Philosophy of Language'. *European Journal of Philosophy*, Vol. 8, No. 3, pp. 356-374, December 2000.

_____. Inferentialism and Some of Its Challenges. *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 74, No. 3, pp. 651-676, May 2007.

_____. Kantian Lessons about Mind, Meaning, and Rationality. *The Modern Schoolman: A Quarterly Journal of Philosophy*, LXXXIV, pp. 109-129, January & March, 2007.

_____. *Making It Explicit: Reasoning, Representing, and Discursive Commitment*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.

_____. *Reason in Philosophy: Animating ideas*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 2009

_____. *Tales of Mighty Dead: Historical Essays in the Metaphysics of Intentionality*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002.

_____. The social anatomy of inference. *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 53 No. 3, pp. 661-666, September 1993.

_____. Pragmatism, Inferentialism, and Modality in Sellars's Arguments against Empiricism. In: *Empiricism, Perceptual Knowledge, Normativity, and Realism*. DeVries, Willem (ed.). Oxford: Oxford University Press, 2009, pp. 33-62.

CARNAP, RUDOLF. *The Logical Syntax of Language*. London: Kegan & Truebner and Co., Ltd., 1937.

DENNETT, DANIEL. *The Intentional Stance*. Bradford Books/MIT Press. Cambridge, MA, 1989.

_____. Intentional Systems. *Journal of Philosophy*, 8, pp. 87-106, 1971.

DUMMETT, MICHAEL. *Frege: Philosophy of Language*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1981.

FREGE, GOTTLOB. Begriffsschrift. In: Heijenoort, Jean van (ed.). *From Frege to Gödel: Source Book in Mathematical Logic, 1879-1931*. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1967.

_____. *Posthumous Writings*. Hermes, Hans et al (eds.). Trans. Peter Long and Roger White. Oxford: Basil Blackwell, 1979.

HAUGELAND, JOHN. The Intentionality All-Stars. *Philosophical Perspectives*, Vol. 4, Action Theory and Philosophy of Mind, pp. 383-427, 1990.

HEATH, JOSEPH. Brandom et les sources de la normativité. *Philosophiques*, 28 (2001):27-46. Versão em inglês disponível em [http://homes.chass.utoronto.ca/~jheath/Brandom\(ev\).pdf](http://homes.chass.utoronto.ca/~jheath/Brandom(ev).pdf).

KIESSELBACH, MATTHIAS. Constructing Commitment: Brandom's Pragmatist Take on Rule-Following. *Philosophical Investigations*, 35:2, April 2012.

LEWIS, DAVID. Scorekeeping in a Language Game. *Journal of Philosophical Logic* 8, pp. 339-59, 1979.

LOEFFLER, RONALD. Normative Phenomenalism: On Robert Brandom's Practice-Based Explanation of Meaning. *European Journal of Philosophy*, Volume 13, Issue 1, pp. 32-69, April 2005.

MACFARLANE, JOHN. What Is Assertion? In: *Assertion: New Philosophical Essays*. Brown, Jessica; Cappelen, Herman (eds.). Oxford: Oxford University Press, 2011.

MCDOWELL, JOHN. Brandom on Representation and Inference. *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 57, No. 1, pp. 157-162, Mar. 1997.

_____. How Not to Read Philosophical Investigations: Brandom's Wittgenstein. *The Engaged Intellect: Philosophical Essays*. Harvard: Harvard University Press, 2009.

_____. *Mind and World*. Harvard: Harvard University Press, 1994.

_____. *Sellars and the space of reasons*. Não publicado. Disponível em <http://www.pitt.edu/~brandom/mecore/downloads/McD%20Cape%20Town%20talk--Sellars%20EPM.doc>.

PEIRCE, C. S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Hartshorne, Charles; Weiss, Paul. (eds.). Harvard University Press, Cambridge, MA. 1934.

SEARLE, JOHN. *Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

_____. *Rationality in Action*. Cambridge, Mass., MIT Press, 2001.

SELLARS, WILFRID. Is There a Synthetic a Priori? *American Philosophers at Work: The Philosophic Scene in the United States*. Hook, Sidney (ed.). New York: Criterion Books, 1956.

_____. Language, Rules and Behavior. In: SICHA, JEFFREY. *Pure Pragmatics and Possible Worlds: The Early Essays of Wilfrid Sellars*. California: Ridgeview Publishing Company, 1980.

_____. *Science, Perception and Reality*. London: Routledge and Kegan Paul, 1963.

_____. The Structure of Knowledge. (I) Perception; (II) Minds; (III) Epistemic Principles. In: Castañeda, H.-N. (Ed.). *Action, Knowledge and Reality: Studies in Honor of Wilfrid Sellars*. Bobbs-Merrill: New York, 1975.

SELLARS, WILFRID; SCHARP, KEVIN.; BRANDON, ROBERT. *In the space of reasons: Selected essays of Wilfrid Sellars*. Cambridge, Ma: Harvard University Press, 2007.

STALNAKER, ROBERT. *Context and Content*. Oxford University Press, Oxford, 1999.

WEISS, BERNHARD; WANDERER, JEREMY (eds.). *Reading Brandom: On Making It Explicit*. London: Routledge, 2010.

WANDERER, JEREMY. *Robert Brandom*. McGill-Queen's University Press, Ithaca, 2008.

WILLIAMSON, TIMOTHY. Knowing and asserting. *Philosophical Review*, 105:489-523, 1996.

WITTGENSTEIN, LUDWIG. *Philosophical Investigations*. Trans. by G. E. M. Anscombe. Oxford: Basil Blackwell, 1986.